

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

LUCAS GUSTAVO DE SOUZA FONSECA

**EM MEIO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E
EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: A INCUBADORA
TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ.**

Itajubá
2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

LUCAS GUSTAVO DE SOUZA FONSECA

**EM MEIO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E
EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: A INCUBADORA
TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ.**

Dissertação submetida a defesa no Programa de Pós
Graduação em **Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade**
– PPG – DTECS,

Área de Concentração: **Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.**

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Tecnologias.

Orientador: **Prof. Dr. Adilson da Silva Mello**

Coorientadora: **Profa. Dra. Bruna Mendes de Vasconcellos**

Itajubá
2019

FONSECA, Lucas Gustavo de Souza. *ENTRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ*: UNIFEI, 2019. NNp. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade).

Palavras-Chave: Palavras-chave: Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS); Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP); Empreendimentos Solidários; Extensão Universitária.

LUCAS GUSTAVO DE SOUZA FONSECA

**EM MEIO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E
EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: A INCUBADORA
TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ.**

BANCA EXAMINADORA

Dissertação aprovada por banca examinadora conferindo o título de Mestre em **Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade** pela Universidade Federal de Itajubá.

Prof. Dr. Adilson da Silva Mello – Orientador
Universidade Federal de Itajubá

Profª. Dra. Bruna Mendes de Vasconcellos – Coorientadora
Universidade Federal do ABC

Profª. Dr. Viviane Guimarães Pereira
Universidade Federal de Itajubá

Profª. Dr. Benedito Anselmo Martins de Oliveira
Universidade Federal de São João del-Rei

Itajubá, 28 de agosto de 2019

*“Aos que trazem muita coragem neste mundo, o mundo quebra a cada um deles e **eles ficam mais fortes nos lugares quebrados**. Mas aos que não se deixam quebrar, o mundo mata-os. Mata os muito bons, os muito meigos, os muito bravos – imparcialmente. Se não pertenceis a nenhuma destas categorias, morrereis da mesma maneira, mas não haverá pressa nenhuma em matar-vos”.*

Ernest Hemingway – Adeus às armas, 1929-

AGRADECIMENTOS

Agradecer. Verbo transitivo direto e indireto, bitransitivo e intransitivo. O frade católico do séc. XIII, Tomás de Aquino, diz que o sentido de gratidão se arranja em diversos graus. O primeiro, mais íntimo, consiste em reconhecer algo que estimamos (*ut recognoscat*); o segundo, conforme suas crenças, em louvar e dar graças (*ut gratias agat*); o terceiro, e o mais complexo deles, varia conforme as possibilidades e circunstâncias, referindo-se ao ato de retribuirmos por algo que nos foi feito (*ut retribuat*), o que varia individualmente. Segurar-me-ei nas ideias do frade, pois, se utilizar a origem e significado por outras línguas, como na inglesa *to thank* (agradecer) e *to think* (pensar) ou na alemã, *zu danken* (agradecer) e *zu denken* (pensar), eu iria longe demais para representar a mensagem que eu quero, de fato, transmitir.

Eu, pessoalmente, me sinto agradecido pelos privilégios que a vida oportunizou, por ter uma **mãe** que me apoiou nas mais excêntricas escolhas e, ainda que escondendo seus olhos úmidos dos medos que a vida oferece às lutas que escolhi, sempre confiou e mostrou um lugar para voltar. Agradeço, também, por ter um **pai** que sempre me exemplificou que o trabalho dignifica quem somos e materializa os nossos sonhos mais profundos – talvez seja por isso que a labuta me acompanha desde tão jovem. Reconheço que tive o privilégio de ter conhecido **amigos** que abriram os meus olhos quando estes estavam perdidos em lugares sombrios, que me deram a mão e mostraram que o dia de amanhã é muito maior do que um recomeço, mas sim uma possibilidade de reformar aquilo que não deu certo ontem, e citar nomes aqui, não materializaria a grandeza que os tenho dentro do meu coração.

Quanto as minhas **irmãs**, coincidentemente, me foram dado **dois trios**. Um conectado por sangue e que o amor se faz incondicional, e que mesmo entre tantas desavenças e diferenças sobre o crer, o amor sempre nos une no final. Quanto ao outro trio, me conecto pela alma e por toda a vontade que temos de tentar manter viva essa relação, que mesmo sem tantos motivos para ser, ela simplesmente é.

Quanto ao segundo sentido de Aquino, mais religioso, coloco nas mãos de **cada um** que este está a ler, pois agradeço ao seu **Deus** a oportunidade de poder compartilhar essa pequena experiência, que de pano de fundo me deu razões para acreditar em uma engenharia que englobe toda uma sociedade em disputa por espaços e existência.

Sobre o terceiro, o mais diversificado deles, estou ainda a entender. Digo isso, pois, retribuir algo que nos foi feito no mesmo peso de intenções que nos foi dado é certamente impossível. A balança pode parecer simples, mas a condição de valores que uma pena tem para quem recebeu pode não ter para aquele que agora está recebendo. Retribuir dessa maneira é, porquanto, egoísta. Quiçá os sentidos etimológicos do inglês e alemão me represente mais do que os latins estudados pelo frade. Mas por aqui, ainda, insistirei nele, e espero que a menção de pessoas e ideias sejam contempladoras desse carinho que carrego em mim.

Começo então pela pessoa que deu espaço para a origem desse trabalho, que mesmo sobre tantas circunstâncias, acreditou nesse e em mim: o meu inigualável **orientador Adilson**. Tenho certeza que a sua maneira de ver um mundo onde tudo e todos têm potencial para ser aquilo que querem ou pretendem ser, contribuiu de maneira única em como os caminhos dessa foram se escrevendo. Não me esquecerei jamais.

Outra parceira fundamental na formação dessa dissertação foi uma companheira de luta por uma engenharia mais popular e solidária, a minha estimada **coorientadora Bruna**. Se não fosse aquele nosso pequeno primeiro encontro, a alguns anos atrás, a fim de construir um evento que imbricasse relações que antes eu nunca tinha se quer cogitado, nada disso teria acontecido. Serei eternamente grato por essa passagem e em como isso mudou a minha vida.

Para a **INTECOOP/UNIFEI**, deixo a honra de ter participado desse projeto, e agradeço a oportunidade única de atuar com **seres** tão incríveis, que juntos abriram os olhos para um mundo e, por isso, não pretendemos mais fecha-los. E a todos que desse participou ou que virá a participar, os tenho em mim e espero deixar um pouco em cada um de vocês.

Agradeço, também, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (**DTecS**) e a todas as incríveis **Professoras** e **Professores**, que, junto da Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fomentaram esse sonho. E, contemplando a isso, aponto os meus companheiros de classe, que compartilhamos juntos um caminho difícil e muitas vezes conflituoso, e sem esses ombros unidos, não teríamos sido base para chegar a onde sonhamos tanto.

E por último, *in memoriam* e não menos importante (e talvez contemple os três sentidos do frade), recordo do único ser vivo que me amou inviolavelmente, que carregou e levou consigo histórias de um menino complexo e solitário, e que se não fosse pelos seus olhos negros de esperança e amor, talvez essa história já tivesse chegado ao fim.

E a todos os outros: que ninguém solte a mão de ninguém.

– *Quem estará nas trincheiras ao teu lado?*
– *E isso importa?*
– *Mais do que a própria guerra.*

RESUMO

Em uma sociedade acelerada e hierarquizada pelos novos processos tecnológicos, despreocupada com todos os/as agentes que participam dessas transformações, entra em cena estudos que relacionam integradamente a ciência, tecnologia e sociedade (CTS). Partindo disso, mobilizado pelo cooperativismo de uma economia solidária ancorada nas relações extensionistas de uma universidade, abre-se as discussões propostas nessa dissertação que, tem como objetivo, laborar uma análise sobre a construção sociotécnica da INTECOOP/UNIFEI, de modo a desenvolver um diagnóstico sobre a participação dos atores envolvidos nessas relações. Para construir esse caminho, percorre-se antes junto dos pensamentos do professor Paulo Freire sobre como se deram as disputas por novos meios de integração e possibilidades pedagógicas e socioeconômicas para os menos favorecidos dentro do retrato hegemônico, questionando-se o papel da universidade e como ela, detentora do conhecimento científico, interagia esses saberes com a comunidade que a cerca. Em meio a esse cenário, embasados nas iniciativas cooperativistas Owenistas, surgem os ideais de uma economia mais solidária pautadas pelo Professor Paul Singer que, interagindo com os novos rumos que os projetos de extensão universitários estavam tomando, compartilham no desenvolvimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Tecnológicas (ITCPs), que, teve seu surgimento em 1996 pelo COPPE-UFRJ e tinha por objetivo, (e ainda os tem) a mobilização de grupos populares via trabalho coletivo, incentivando a autogestão e desenvolvimento de tecnologias sociais – entre outros. Desse modo, no ano de 2007 ancora junto da Universidade Federal de Itajubá em parceria com o município de Itajubá a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá (INTECOOP/UNIFEI), que por meio de desafios e interesses, desenvolve assessoria com empreendimentos populares e solidários na região de Itajubá. Dentro desses estudos, conseguiu-se refletir sobre a promoção e importância da incubadora na coparticipação na luta de classes por espaços reconhecidos, e como esse diálogo pode-se tornar um potencial aglutinador dos processos de politização das classes operantes e negligenciadas. Nessa perspectiva, observa-se também que, as ITCPs são articuladoras do ensino, pesquisa e extensão e, por conseguinte, consegue produzir agentes e saberes mútuos para além do capital.

Palavras-chave: *Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS); Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP); Empreendimentos Solidários; Extensão Universitária.*

RESUMEN

En una sociedad acelerada y jerarquizada por los nuevos procesos tecnológicos, sin preocuparse por todos los agentes que participan en estas transformaciones, se integran estudios que relacionan ciencia, tecnología y sociedad (STS). A partir de esto, movilizado por el cooperativismo de una economía solidaria anclada en las relaciones extensionistas de una universidad, se abren las discusiones propuestas en esta disertación, cuyo objetivo es desarrollar un análisis de la construcción socio-técnica de INTECOOP / UNIFEI, para desarrollar un diagnóstico sobre la participación de los actores involucrados en estas relaciones. Para construir este camino, uno va primero junto con los pensamientos del profesor Paulo Freire sobre cómo ocurrieron las disputas sobre nuevos medios de integración y posibilidades pedagógicas y socioeconómicas para los menos favorecidos dentro del retrato hegemónico, cuestionando el papel de la universidad y cómo Ella, titular de conocimiento científico, interactuó con la comunidad que la rodeaba. En medio de este escenario, basado en iniciativas cooperativas Owenist, emergen los ideales de una economía más solidaria basada en el profesor Paul Singer, interactuando con las nuevas direcciones que los proyectos de extensión universitaria estaban tomando, compartiendo el desarrollo de incubadoras tecnológicas de cooperativas tecnológicas. (ITCP), que surgió en 1996 por COPPE-UFRJ y tenía como objetivo (y aún tiene) la movilización de grupos populares a través del trabajo colectivo, fomentando la autogestión y el desarrollo de tecnologías sociales, entre otros. Así, en 2007 se ancla con la Universidad Federal de Itajubá en asociación con el municipio de Itajubá, la Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de la Universidad Federal de Itajubá (INTECOOP / UNIFEI), que, a través de desafíos e intereses, desarrolla asesoría con empresas. solidaridad y solidaridad en la región de Itajubá. Dentro de estos estudios, fue posible reflexionar sobre la promoción y la importancia de la incubadora en la coparticipación en la lucha de clases por espacios reconocidos, y cómo este diálogo puede convertirse en un aglutinador potencial de los procesos de politización de las clases trabajadoras y descuidadas. Desde esta perspectiva, también se observa que los ITCP son articuladores de la enseñanza, la investigación y la extensión y, por lo tanto, pueden producir agentes mutuos y conocimiento más allá del capital.

Palabras-clave: *Ciencia, Tecnología y Sociedad (CTS); Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP); Empresas solidarias; Extensión Universitaria.*

ABSTRACT

In a society accelerated and hierarchized by the new technological processes, unconcerned with all the agents that participate in these transformations, studies that relate science, technology and society (STS) are integrated. From this, mobilized by the cooperativism of a solidary economy anchored in the extensionist relations of a university, the discussions proposed in this dissertation are opened, which aims to develop an analysis of the socio-technical construction of INTECOOP / UNIFEI, in order to develop a diagnosis. about the participation of the actors involved in these relationships. To build this path, one goes first along with the thoughts of Professor Paulo Freire on how the disputes over new means of integration and pedagogical and socioeconomic possibilities occurred for the less favored within the hegemonic portrait, questioning the role of the university and how She, the holder of scientific knowledge, interacted with the community around her. In the midst of this scenario, based on Owenist cooperative initiatives, the ideals of a more solidary economy based on Professor Paul Singer emerge, interacting with the new directions that university extension projects were taking, sharing in the development of Technological Incubators of Technology Cooperatives. (ITCPs), which had its emergence in 1996 by COPPE-UFRJ and aimed, (and still has) the mobilization of popular groups through collective work, encouraging self-management and development of social technologies - among others. Thus, in 2007 anchors with the Federal University of Itajubá in partnership with the municipality of Itajubá the Technological Incubator of Popular Cooperatives of the Federal University of Itajubá (INTECOOP / UNIFEI), which, through challenges and interests, develops advisory with enterprises. solidarity and solidarity in the region of Itajubá. Within these studies, it was possible to reflect on the promotion and importance of the incubator in the co-participation in the class struggle for recognized spaces, and how this dialogue can become a potential agglutinator of the politicization processes of the working and neglected classes. From this perspective, it is also observed that ITCPs are articulators of teaching, research and extension and, therefore, can produce mutual agents and knowledge beyond capital.

Keywords: *Science, Technology and Society (STS); Technological Incubator of Popular Cooperatives (TIPC); Solidary Enterprises; University Extension.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAT** – Associação Artes da Terra
- ACARPI** – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Piranguinho
- ACIMAR** – Associação Dos Catadores Itajubenses De Materiais Recicláveis
- AMMA** – Associação Mulheres Margarida Alves
- ANSI** – *American National Standards Insitute* (Instituto Nacional Americano de Padronização)
- ANTEAG** – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
- APRIR** – Associação dos Produtores Rurais de Itajubá e Região
- C&T** – Ciência e Tecnologia
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COPPE** – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CRNJ** – Comunidade de Recuperação Nova Jerusalém
- CTS** – Ciência, Tecnologia e Sociedade
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- CVT** – Centro Vocacional Tecnológico de Itajubá
- DDT** – Diclorodifeniltricloroetano
- ECOSOL** – Economia Solidária
- EES** – Empreendimento Econômico Solidário
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
- ENEDS** – Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social
- ESCT** – Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia
- EsF** – Engenheiros sem Fronteiras
- FACESM** – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas Gerais
- FAPEPE** – Fundação Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão de Itajubá
- FICA** – Festival Integrado de Cultura e Arte
- FINEP** – Financiadora de Estudos e Projetos
- FORPROEX** – Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
- FUNASA** – Fundação Nacional de Saúde
- ICCO** – *Interchurch Organization for Development Co-operation* (Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento)
- INCIT** – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Itajubá

INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
INTECOOP/UNIFEI – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNIFEI
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC – Ministério da Educação
MNCR – Movimento Nacional de Catadores Materiais Recicláveis
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho
MUPA – Mulheres Unidas Pela Arte
OCEMG – Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
ONG – Organização Não Governamental
PACS – Projetos Alternativos Comunitários
PLACTS – Pensamento Latino-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade
PMI – Prefeitura Municipal de Itajubá
PNSB – Política Nacional de Saneamento Básico
PRCEU – Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária
PROAP – Programa de Apoio à Pós-Graduação da CAPES
PROEX – Pró-reitoria de Extensão da UNIFEI
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RAMA – Rede Agroecológica da Mantiqueira
REDE – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMMAI – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itajubá
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESU/MEC – Secretaria de Educação Superior
SigProj – Sistema de Informação e Gestão de Projetos da UNIFEI
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRPe – Universidade Federal Rural do Pernambuco
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rey

UNE – União Nacional dos Estudantes
UNEB – Universidade Estadual da Bahia
UNICAPI – União dos Catadores de Piranguçu
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Diagrama do plano metodológico
- Figura 2:** Simbologias utilizadas dentro do padrão definido pela ANSI
- Figura 3:** Diagrama de Afinidade
- Figura 4:** Diagrama de Afinidade
- Figura 5:** Progresso dos recursos do Proext
- Figura 6:** Recursos totais investidos pela Proext
- Figura 7:** Manchetes da década de 90 sobre o desemprego no Brasil
- Figura 8:** Metodologia de incubação INTECOOP/UNIFEI
- Figura 9:** Diagrama temporal de 2006 e 2007 da INTECOOP/UNIFEI
- Figura 10:** Diagrama temporal de 2006 e 2007 da INTECOOP/UNIFEI (2)
- Figura 11:** Diagrama temporal de 2008 da INTECOOP/UNIFEI
- Figura 12:** Taxa de Analfabetismo entre as catadoras(es)
- Figura 13:** Diagrama temporal de 2010 da INTECOOP/UNIFEI
- Figura 14:** Expansão e efetivação Programa Nacional de Integração da Educação Profissional até 2010
- Figura 15:** Diagrama temporal de 2010 da INTECOOP/UNIFEI (2)
- Figura 16:** Diagrama temporal de 2011 da INTECOOP/UNIFEI
- Figura 16:** Diagrama temporal de 2011 da INTECOOP/UNIFEI
- Figura 18:** Diagrama temporal de 2013 da INTECOOP/UNIFEI
- Figura 19:** Diagrama temporal de 2014 da INTECOOP/UNIFEI
- Figura 20:** Diagrama temporal de 2017 da INTECOOP/UNIFEI

- Figura 21:** Diagrama temporal de 2018 da INTECOOP/UNIFEI
- Figura 22:** Curso de vendas pelo facebook
- Figura 23:** Gráfico da pergunta sobre a atuação
- Figura 24:** Gráfico da pergunta sobre a participação
- Figura 25:** Gráfico da pergunta sobre a relação de abertura
- Figura 26:** Gráfico da pergunta sobre a atuação nas cooperativas da incubadora
- Figura 27:** Gráfico da pergunta sobre a comunicação com os membros
- Figura 28:** Gráfico da pergunta sobre a compreensão da economia solidária
- Figura 29:** Gráfico da pergunta sobre as iniciativas da incubadora
- Figura 30:** Gráfico da pergunta sobre a estimulação da economia solidária sem facilitadores
- Figura 31:** Gráfico da pergunta sobre a estimulação do Governo nessas ações
- Figura 32:** Gráfico da pergunta sobre os incentivos da Universidade
- Figura 33:** Gráfico da pergunta sobre a avaliação da INTECOOP/UNIFEI

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Diferenças entre as tradições CTS europeia e norte-americana
- Quadro 2:** Normas estatutárias do Armazém dos Pioneiros de Rochdale
- Quadro 3:** princípios de Rochdale que foram imortalizados como os princípios universais do cooperativismo
- Quadro 4:** Diagrama temporal de 2011 da INTECOOP/UNIFEI
- Quadro 5:** Principais pontos de planejamento da INTECOOP/UNIFEI 2018
- Quadro 6:** Método o que, como, quem, quanto e quando
- Quadro 7:** Método o que, como, quem, quanto e quando.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1:** Progresso dos recursos do Proext
- Tabela 2:** Relação catadora por bairro de atuação

SUMÁRIO

1 – UM CENÁRIO A SER INTRODUZIDO: O NASCER DE UMA PESQUISA PELO RENASCER DE UM PROJETO EXTENSIONISTA.....	17
2 – AS FERRAMENTAS METODOLÓGICAS E O ROTEIRO DESENVOLVIDO.....	21
3 – VOLTANDO ÀS RAIZES TEÓRICAS E CONSTRUINDO O ESPAÇO DE ABORDAGEM	38
3.1 – A RELAÇÃO INTRINCADA ENTRE CIÊNCIA, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE.....	39
3.1.1 – O PENSAMENTO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	45
3.1.2 – O CAMINHO ABERTO ENTRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: OS PROJETOS DE EXTENSÃO.	48
3.2 – O PENSAMENTO COOPERATIVISTA E UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	59
3.2.1 - A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA	64
3.2.2 – AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES	69
4 – CARACTERIZANDO A ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO: UMA PERSPECTIVA SOBRE A TRAJETÓRIA DA INTECOOP/UNIFEI PELA INTERAÇÃO DE SEUS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E PARTICIPANTES SOCIAIS.....	74
4.1 –2006 E 2007: ENTRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, UMA DEMANDA E VÁRIOS INTERESSES.....	79
4.2 – 2008 E 2009: ABRE-SE AS PORTAS E AMPLIA-SE A AUTOGESTÃO.....	86
4.3 – 2010 e 2011: COLETANDO OS COLETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	90
4.4 – 2012, 2013 e 2014: OS CAMINHOS DOURADOS NEM SEMPRE LEVAM A OZ	105
4.5 – 2015 e 2016: UMA PAUSA.....	119
4.6 – 2017 e 2018: O RENASCER DE UM PROJETO	122
4.7 – 2019: NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM.....	146
5 – PARTICIPANDO E PARTICIPANTES: ANÁLISE DA ESTRUTURA DA INCUBADORA EM DIÁLOGO COM OS GRUPOS ASSESSORADOS	156
6 – FECHANDO UMA ABORDAGEM E ABRINDO MUITAS OUTRAS: A CONCLUSÃO ...	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	183

1 – UM CENÁRIO A SER INTRODUZIDO: O NASCER DE UMA PESQUISA PELO RENASCER DE UM PROJETO EXTENSIONISTA

A materialização da tecnologia tornou-se mais do que um instrumento para atingir fins técnicos, mas também um mecanismo que direciona as vias públicas por atender os interesses políticos e socioeconômicos de grupos iminentemente dominantes (DAGNINO, 2010; FEENBERG 2009).

Essa realidade pode ser evidenciada principalmente no alvorecer da primeira Revolução Industrial, onde o poder de controle social aloca-se dos domínios senhoriais e passa a ser exercida na relação do Burguês (detentor dos maquinários e das formas tecnológicas) para com o Proletariado. Entretanto, em reação a essa transferência de poder que não tinha limites legais para a exploração, surge no início do século XIX, conforme Singer (2002), as primeiras cooperativas de trabalhadores, baseadas nas teorias e lutas do britânico Robert Owen, que deram início à gênese da Economia Solidária.

Desse modo, abre-se uma esfera a ser abarcada quando se racionaliza as novas discussões que se abrem para esse novo modelo de cooperativismo e como esse formato deve ser entalhado junto às novas realidades sociais, principalmente quando se realoca tal posicionamento para um país latino-americano como o Brasil.

Partindo disso, principalmente nas décadas de 80 e 90, intensifica-se no Brasil uma crise generalizada, tal como visto em Vechia *et al* (2011), onde o mercado informal inflamou de maneira catastrófica, levando a uma vulnerabilidade centenas de milhares de pessoas, fazendo com que muitos dessas demandas se abastecessem em uma, como citado pelos autores, “economia da violência e da contravenção”. Em resistência a isso, segundo Fraga (2012), fortificou-se a terceira função da Universidade, que teve seu início décadas antes no país, conhecida como extensão, que junto a outras duas (ensino e pesquisa) constituiria o tripé da Universidade.

A partir da correlação dessas ideias (Economia Solidária e Extensão Universitária) e tendo em vista a democratização do conhecimento e um incentivo para as massas populares no

desenvolvimento tecnológico adequado, surge um dos principais projetos extensionista nesse sentido: As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

E é sob essas perspectivas que esta dissertação se propõe a refletir sobre o projeto extensionista desenvolvido na Universidade Federal de Itajubá: a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP/UNIFEI), que se organizou tendo como objetivo mobilizar grupos populares pelo viés do trabalho coletivo, de modo a incentivar à autogestão e a compreensão de novas perspectivas tecnológicas geradas pela participação das abordagens sociais, com o objetivo de proporcionar a cidadania através de óticas como a da economia solidária. Sua atuação efetiva começou em janeiro de 2007, ao conseguir recursos que foram investidos na contratação de uma secretária e de um assistente social, onde puderam caracterizar possibilidades de crítica e atuação a partir de uma ótica socialmente pautada da ciência e da tecnologia.

O objetivo geral desse trabalho é o de elaborar uma análise crítica sobre a construção sociotécnica da INTECOOP/UNIFEI, de modo a desenvolver um diagnóstico sobre a participação dos atores envolvidos nessas relações e os impactos que isso gera.

Para isso, listam-se abaixo os objetivos específicos para atingir esse propósito.

- (1) Caracterizar a estruturação do projeto de extensão INTECOOP/UNIFEI conforme o espaço, o tempo e os objetivos propostos;
- (2) Descrever o processo da construção participativa dos agentes e empreendimentos envolvidos pela incubadora;
- (3) Sintetizar e refletir as afinidades das interações sociotécnicas pela interpretação da economia solidária e do desenvolvimento socioeconômico.

Essa pesquisa, com cunho qualitativo, será realizada em três momentos, sendo o primeiro um levantamento de dados da INTECOOP/UNIFEI como projeto de extensão. Isso será relatado pela construção de um modelo do seu desenvolvimento pelos registros formais arquivados, para assim, paralelamente, ir realizando uma análise da sua trajetória dentro da Universidade e como que isso se estendeu para a sociedade. Para tanto, tal procedimento será feito pelo recolhimento

das informações geradas desde a sua construção até os dias atuais, intercambiando-os e relacionando-os em um mapa de linha temporal (infográfico) e num fluxograma desse processo, destacando os atores que forem surgindo conforme a abordagem construtivista¹.

O segundo momento será uma análise da construção participativa dos atores e atrizes envolvidos nesse processo. Uma vez tendo em pauta os principais indicadores correlacionados dos atores que se envolveram e desenvolveram nesse cenário, cabe agora uma reflexão qualitativa deles. Assim, uma avaliação estrutural será feita para entender esses atores, desde os participantes humanos quanto os não-humanos. Para isso, entrevistas semiestruturadas seguidas de uma abordagem qualitativa entram para direcionar o caminho que apontam, e uma vez tendo a margem dos resultados obtidos, gera-se o diagrama de afinidades para poder compreender a participação, para assim, entrar-se no terceiro momento, que é definitivo para essa dissertação.

No terceiro momento, refletir as afinidades das interações sociotécnicas pela interpretação da economia solidária e do desenvolvimento socioeconômico com o infográfico desenvolvido da INTECOOP/UNIFEI, para assim conseguir refletir e entender sobre a atuação desses atores, tal como se existiu uma ‘neutralidade’ ou se seus interesses foram aplicados, sem perder as finalidades objetivas de uma ITCP que é o desenvolvimento social para grupos suprimidos. Isso será feito em paralelo com as entrevistas por uma elaboração da síntese dos resultados, analisando as inferências e interpretações das execuções dos elementos apresentados, distinguindo se estão na direção proposta ou não, para assim ir apontado uma nova possibilidade analítica sobre o seu atual modelo de autogestão.

Entre as justificativas desse trabalho, a que se faz mais considerável é a possibilidade de lapidar e desenvolver a atuação da INTECOOP/UNIFEI dentro da comunidade Itajubense, uma vez que uma das principais funções das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares é na promoção para com novas possibilidades de desenvolvimento econômico, já que entre os

¹ Segundo os estudos de Piaget e Vygotsky, a construção de qualquer conhecimento construtivista é feita participativo em ambientes naturais pela interação social, encravados pela variação estrutural do contexto espaço-cultural ao qual ela se relaciona.

todos associados, registra-se um numero perambulante de 70 famílias que participam dessa construção.

Ante isso, se abarcarmos os reais objetivos de uma ITCP e possibilitar uma geração de registros e dados base para a sua continuação saudável, permite-se uma ampliação do desenvolvimento para alternar as possibilidades tecnológicas que se fazem essenciais na percepção e prosperidade das reais demandas sociais locais, pois, segundo Dagnino (2004), elas remodelam o acesso a bens e serviços nas relações dos atores que antes se viam limitados no processo de desenvolvimento atual, propiciando novas possibilidades e reflexões sobre.

Tendo em vista a moção da INTECOOP/UNIFEI em ampliar a importância das análises e atuações das cooperativas e somar para o aprimoramento delas, a sua participação na região de Itajubá é determinante para o desencaixotamento do modelo hegemônico de desenvolvimento que excluiu esses grupos dessa dinâmica social. Isso se consolida quando se entende que as cooperativas são formadas por atores de baixa formação estrutural (se pensarmos no modelo hegemônico assumido) e uma participação no rompimento ‘universidade X sociedade’ é capaz de agregar e integralizar esses mútuos conhecimentos para o para o funcionamento real e eficaz do chamado *summum bonum*².

Assim, entender e contribuir para o processo de incubação sintonizado com os princípios da Economia Solidária alarga o eixo de possibilidades socioeconômicas, não apenas para como um contribuinte na marcha incessante da inclusão social, mas no envolvimento dentro das instituições e para fora delas ao potencializar as possibilidades científicas e tecnológicas, que são camuflados pelos interesses que a C&T hegemônica atendem, não interagindo na sociedade como um todo, de modo a ocupar as margens econômicas e a alheação das decisões e rumos do desenvolvimento científico e tecnológico.

2 A expressão vem do latim e pode ser traduzida como “bem maior”, usada especialmente na filosofia Aristoniana e posteriormente na filosofia de Immanuel Kant ao descrever o bem maior que o ser humano deve buscar como o objetivo final, de modo a incluir valores espaciais, culturais e sociais.

2 – AS FERRAMENTAS METODOLÓGICAS E O ROTEIRO DESENVOLVIDO

O método de pesquisa utilizado no contexto deste trabalho é a abordagem qualitativa, pois para a realização desse trabalho foram levantados dados relacionados com as motivações e interpretações de diferentes grupos, em cunho analítico social de um processo não determinístico, abrindo oportunidade de indicar caminhos para as tomadas de decisões e também evidenciar as relações dos atores que constituem as redes que ali moldaram.

Melhor dizendo, uma questão relevante nesse processo de pesquisa foi o envolvimento direto do autor com o projeto de extensão analisado. Fazendo-o participativo-investigativo e pesquisador-extensionista. O início desse vínculo surge dentro do grupo de estudos de adequação de tecnologias e, eventualmente, com a ampliação do tema de pesquisa para a economia solidária e os projetos extensionistas, fazendo parte da INTECOOP/UNIFEI, e no decorrer dessa ligação, um caminho para a vida.

A introdução do autor para com o tema teve seu início no ano de 2016, quando foi transferido ao seu grupo de movimento estudantil a responsabilidade da organização do Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (ENEDS). A importância disso para com a proposta da dissertação se deu sobre as novas interpretações de um aparelhamento horizontal, uma vez que dentro da proposta do evento, era indispensável a tutela de um profissional próximo associado à Rede de Engenharia Popular Oswaldo Sevá, e, desse modo, a representante que nos auxiliou era atuante de um movimento autogestionário e com uma vasta experiência em uma ITCP. Para, além disso, o evento materializou que novas formas de desenvolvimento eram possíveis e que já estavam acontecendo não só no Brasil como em vários lugares da América Latina.

Assim, num primeiro momento, a proposta da dissertação era adequar tecnologias convencionais de uma associação popular de produção de gesso que se localiza em uma pequena cidade da região. Dado a algumas dificuldades, houve a necessidade de repensar outra proposta que abarcasse esse tema: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Partindo disso, a mesma tutora que participou na construção do ENEDS, entra em cena, por uma seleção no final do ano de 2017, para reavivar a incubadora da universidade de Itajubá, que estava, conforme a dissertação irá descrever, respirando apenas para coexistir e manter outros atores ativos. Assim, quando a mesma solicitou forças para reestabelecer a importância da incubadora na região, e, tendo em vista a possibilidade de conformidade com o tema proposto da dissertação e orientação, o autor entra no grupo extensionista e participa dessa empreitada para recapitular os dados perdidos, e como que as ações se sucederam, para em posse disso, poder criar um diagnóstico maior sobre a incubadora e registrar essa trajetória.

De acordo com as interpretações de Andrade (2010), pode-se dizer que esse tipo de pesquisa foi o descritivo-explicativo, porque ela descreve fatos que são observados, registrados e analisados. A parte descritiva se dá, principalmente, pelo uso de questionários e da observação sistemática dos fatos que foram acontecendo na linha temporal do objeto de pesquisa, e a parte explicativa se faz quando se tende a estabelecer e entender a natureza dos fatos analisados, procurando entender as relações e o aprofundamento do conhecimento da realidade.

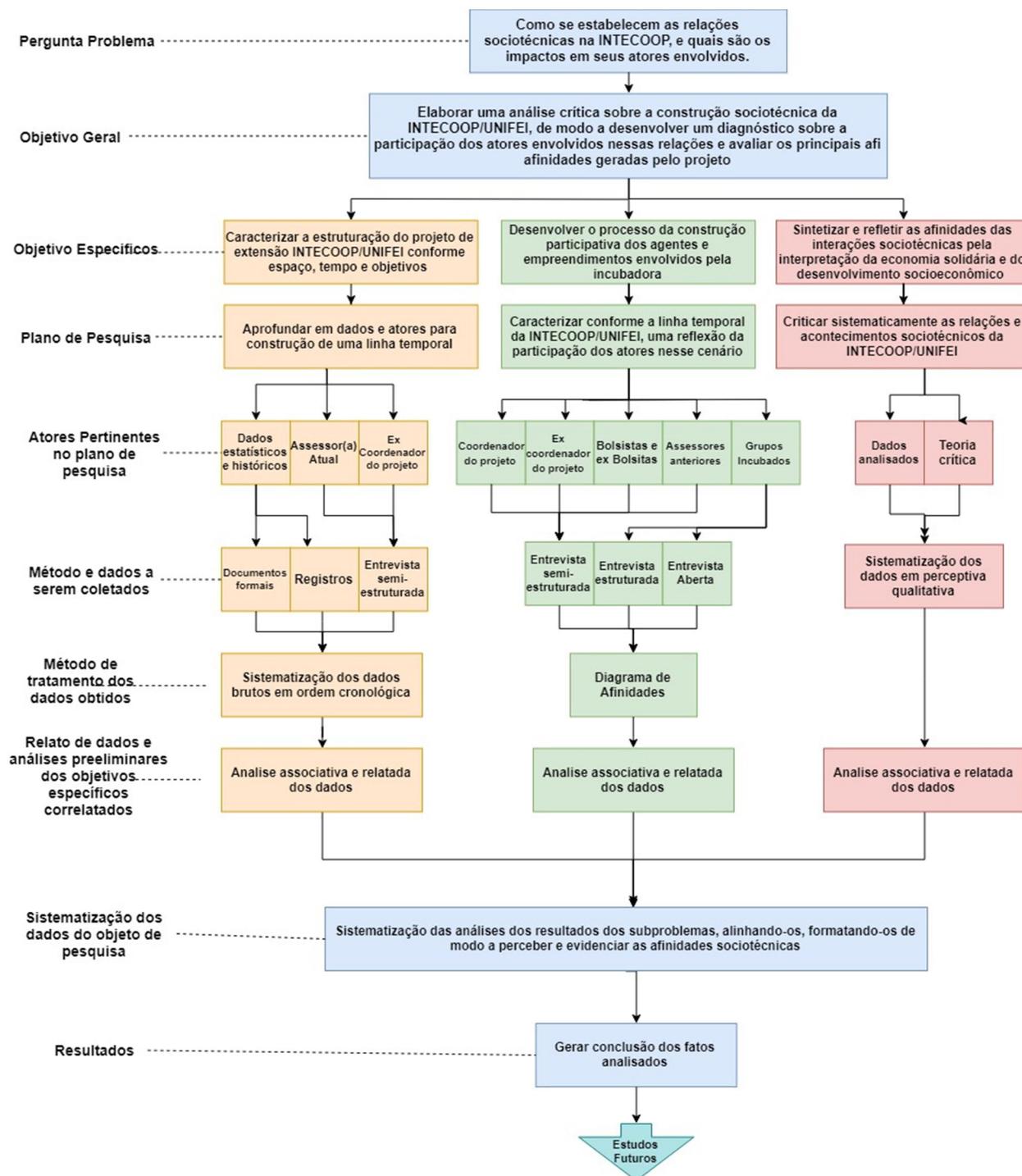
Nesse caminho, dentro de algumas das tantas perspectivas fundamentais dos processos metodológicos de Lakatos (1999) – histórico, comparativo, estatístico, funcionalista e estruturalista – absorveu-se moderadamente destes conteúdos para cursar a história da INTECOOP/UNIFEI, caracterizando sua estruturação, as raízes dos acontecimentos e os atores que ali percorreram. Em um segundo momento, construí análises comparativas, estatísticas e funcionalistas para ponderar as relações entre os principais atores dessa construção, tal como comparar qual a repetitividade delas, e como isso se vê refletido na atuação da incubadora historicamente.

Lakatos e Marconi (2017, pg. 94) consideram que:

“O método funcionalista, considera, de um lado, a sociedade como uma estrutura complexa de grupos ou indivíduos, reunidos numa trama de ações e reações sociais; de outro, como um sistema de instituições correlacionadas entre si, agindo e reagindo umas em relação às outras. Qualquer que seja o enfoque, fica claro que o conceito de sociedade é visto como um todo em funcionamento, um sistema em operação. E o papel das partes nesse todo é compreendido como junções no complexo de estrutura e organização.”

E é por esses métodos que o a FIGURA 1 demonstra os caminhos seguidos no plano metodológico, e quais ferramentas foram utilizados para entendimento e adequação do objetivo final. O fluxograma em si começa com a pergunta chave que guia o objetivo desse projeto que é: Como se estabeleceram as relações sociotécnicas da INTECOOP, e quais são os impactos em seus atores envolvidos?

Figura 1: Diagrama do plano metodológico



Fonte: Elaborado pelo Autor

(1) SINTETIZAR E REFLETIR AS AFINIDADES DAS INTERAÇÕES SOCIOTÉCNICAS PELA INTERPRETAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

No primeiro momento dessa pesquisa, foi colocado como principal objetivo o ato de identificar os atributos básicos da organização na qual será desenvolvida a pesquisa. Entre esses atributos estão fatores como as relações existentes das diretrizes políticas e institucionais que foram sendo confeccionadas ao longo do tempo dentro dos grupos e da incubadora em si.

Posto esse caminho a ser trilhado, a primeira ferramenta utilizada para compreender a estruturação da INTECOOP/UNIFEI foi a linha temporal dos fatores e atores relevantes ao projeto.

Para tal, foi feita uma avaliação informal de caráter aberto com os integrantes do projeto e dos grupos em assessoria, uma vez que a pesquisa se desenrola pela participação do autor enquanto extensionista do projeto, e essas informações foram surgindo conforme atividades. Esse momento foi muito importante para assinalar e entender a relação da pesquisa para com o objeto de estudo.

A primeira investida desses estudos dentro da incubadora, foi por intermédio da Assessora 3, ainda que tivesse existido um contato longínquo com a Assessora 1 em outras relações no passado, quando o autor colaborava na Diretoria de Ciência e Tecnologia do Município de Itajubá. Desse modo, a primeira etapa era entender como estava funcionando a incubadora extravasava a questão de “que pé” ela se encontrava, mas como a incubadora iria se movimentar, já que, como dialogado com a Assessora 3, o posto foi assumido de maneira que as demandas dos grupos eram urgentes de serem pensadas, e essa organização dependia de outros fatores que eram inapropriados para a pequena equipe que se encontrava à época.

Assim, pesquisando dados totalmente desorganizados e encaixotados sem nenhum selo de continuidade ou setor, foi necessário, antes de desenvolver a pesquisa, organizar esses dados de maneira, pelo menos naquele instante, em camadas temporais e anuais (futuramente os

extensionistas organizariam de maneira estrutural), para assim conseguir esquematizar como iria lapidar esses dados dentro de uma dissertação.

Alguns desses dados, com certa organização, foram encontrados dentro dos documentais da sede principal da INTECOOP/UNIFEI que fica localizado no centro da cidade, mas precisamente rua Cel. Rennó 07, no denominado Prédio Central e Histórico da UNIFEI. O outro ponto de coleta, e esse sim encontrava-se amontoado em caixas, foi na sala de treinamentos da INTECOOP/UNIFEI, sala essa que antes era a sede principal e possuía os antigos registros, que fica dentro do Campus Prof. José Rodrigues Seabra, a atual sede principal da Universidade. Importante ressaltar que, nesse primeiro momento da pesquisa, essa sala havia sido desvinculada da incubadora para outra finalidade que ainda não havia tomado o espaço – de modo que os extensionistas, vendo o espaço vazio, ocuparam-no em meados de 2018, o que eventualmente, perante registros na Proex, passa a ser oficialmente da incubadora mais uma vez.

Formulando essa parte documental, conseguiu-se desenvolver uma linha temporal da INTECOOP/UNIFEI, tendo como melhor estratégia segundo Slack (2018) a realização de um fluxograma do processo, uma vez que ele permite ter uma visão panorâmica do processo temporal como um todo de forma projetada, de modo a compreender a lógica e a sequência dos acontecimentos, afora a capacidade de demonstrar as principais características do processo.

Apesar de o seu desenvolvimento ser feito a partir da identificação da entrada e de todas as ações realizadas até o ponto ao qual almejasse relatar, incluindo símbolos apropriados e a descrição que cada um representa, nesse trabalho, essa ferramenta foi adaptada para ilustrar a linha temporal, desconsiderando alguns dos estético-gráficos dessa. O que dialoga com autores como Ostrenga *et al* (1993), que vê como mais importante dentro dos fluxos registrados, a documentação dos caminhos possibilitando a multiplicidade de visões e adequações, já que é por meio disso que se desenha o entender do fluxo do processo, ainda que não todo, mas uma porcentagem interessante que varia

Logo, para melhor compreensão, a ANSI (*American National Standards Institute* ou *Instituto Nacional Americano de Padronização*) padronizou as atividades em algumas categorias, mas para com os caminhos da dissertação, utilizaremos basicamente duas:

Figuras 2: Simbologias utilizadas dentro do padrão definido pela ANSI

SIGLA	SIGNIFICADO
	Indica a Direção do fluxo
	Indica a atividade que foi ou será executada

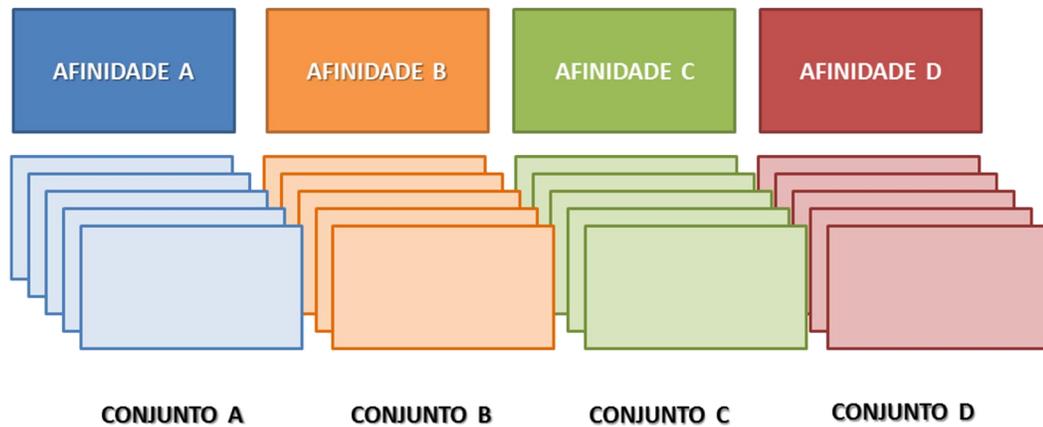
Fonte: *American National Standards Institute* ou Instituto Nacional Americano de Padronização – Elaborado pelo autor

Partindo disso, entra-se o momento de identificação das variações fundamentais e suas possíveis interações dentro da linha temporal. Nessa etapa a atenção é dirigida para as variações que causam discrepâncias naturais dentro da linha temporal e suas modificações, como por exemplo, as formas que ela pode apresentar e os fatos causados repetidamente. Esse momento é importante para uma sistematização da análise associativa dos dados coletados para entrar no próximo momento da pesquisa, que é o desenvolvimento reflexivo dos atores nessa construção e quais as razões que os transformam em importantes para serem colocados na linha temporal.

Para isso, foi utilizado o diagrama de afinidades que, segundo Brassard *et al* (2002), é a representação que se pode fazer graficamente com os grupos de dados que os atores do corpo da pesquisa têm em comum, que são, em suma, conjuntos de informações que possuem alguma relação natural que os distinguem dos demais. Esse diagrama permite a reprodução criativa das ideias e questões propostas no trabalho, de modo que se torne possível organiza-las e resumi-las. Para Miguel (2007), o diagrama de afinidades consegue-se comportar como um agente reformador de dados e ideias confusas, uma vez que ele possibilita compreendê-las como um “mapa geográfico” dos problemas propostos.

Esse método tem como objetivo organizar em conjuntos possíveis fatores que podem vir a gerar as reflexões necessárias do agrupamento dessas relações, conforme Figura 3. Em outras palavras, objetiva agrupar as possíveis causas ou definições do problema em blocos de comum assunto, para assim, tentar identificar as razões dessas comunidades.

Figura 3: Diagrama de Afinidade



Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, apropriando dessa ferramenta, foram colocadas as informações em *post-its* aleatórios com mútuas relações sem alguma organização pré-definida, de modo que foram se ajustando baseado nos dados que foram sendo igualmente repetidos, tais como quando a mesma razão provocou o desenvolvimento de uma associação e/ou um conjunto de ações, como também na relação provocada por um conjunto de atores, sejam eles físicos ou abstratos, que desencadeou uma razão para esses fatores. Essa tarefa, naturalmente, foge da questão da neutralidade uma vez que é o autor que vai definindo as anuências do processo, contudo, ela consegue por si só, algumas vezes, mostrar relações que não eram observados.

Em vista desses processos e no alinhamento da linha temporal, é possível paralelamente ir refletindo a relação desses atores que vão se destacando e como que esse encadeamento de fatores vai construindo não só a incubadora, mas as suas atividades frente às associações assessoradas.

(2) DESCREVER O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DOS AGENTES E EMPREENDIMENTOS ENVOLVIDOS PELA INCUBADORA

Nesse momento, para poder gerar a reflexão dos atores pertinentes nessa construção, espreitou-se os diferentes grupos e suas relações não só entre si, mas com a linha temporal projetada. Esse momento se faz crucial na análise social dos atores, uma vez que a atenção foi voltada para os processos de interação estrutural para, por conseguinte, mapear os diferentes pontos que as interações despertam. Interessante destacar que as análises reflexivas também surgiram diversas vezes paralelamente com a construção da linha temporal.

A asseveração das ideias e as ponderações das críticas serão feitas por entrevistas, já que, de acordo com os estudos metodológicos de Lakatos & Marconi (2017), são por elas que se é possível ampliar as óticas sobre um corpo de estudo e compartilhar o posicionamento sobre determinada situação. Ainda de acordo com as autoras, uma das principais e mais importantes etapas de uma pesquisa é a preparação e os cuidados que se tem no preparo das entrevistas, destacando-se nesse manejo as seguintes cinco observações, que são: (1) Planejamento da Entrevista; (2) Entrevistado; (3) Oportunidade; (4) Condições; (5) Preparação específica.

(1) Planejamento da Entrevista: Põe-se nesse momento como foco os objetivos que se quer ou almeja ter nas entrevistas. Percebe-se também, nesse momento, que os objetivos tendem a circular ou a afirmar os objetivos propostos no objeto de estudo, se não, deve-se ter o cuidado de planejar qual o objetivo que se tem em vista e caracterizar o porquê de seu investimento no plano de pesquisa.

Assim, nessa perspectiva, antes de preparar o circuito de ideias sobre os pontos que o autor gostaria de abarcar sobre a incubadora e para quais os rumos o diálogo iria seguir, foi-se observado com muito cuidado os pontos de interferência no diagrama de afinidade. Essa ideia veio, especialmente, na preparação da linha do tempo e nas reflexões repetidas que surgiam sempre abrigoando os mesmos atores, ainda que em momentos distintos.

(2) Entrevistado: É interessante nesse momento, dialogando com autoras como a Zaluar (2009), o entrevistador conseguir se identificar como observador do objeto de estudo, e, dado a

essa condição, entender a relação que tem para com o seu observado. Assim, a escolha do entrevistado deve ser pontual para com os estudos, não só pela familiaridade que ele tem com o tema desenvolvido, mas para com a relação que pode desencadear nas próximas entrevistas.

Nesse quesito, alguns dos entrevistados foram pontuais, essencialmente os antigos assessorados e os principais atuantes das associações. Essa pontualidade vem principalmente por entender o papel fundamental dos assessores no momento em que estavam atuando, já que, à época, eles eram os principais representantes da incubadora. Quanto aos principais atuantes das associações e como foi decidido que eles tinham essa importância vem, principalmente, da atividade direta enquanto pesquisador extensionista. Essa observação dialoga com Bourdieu (2008), quando o autor diz que a percepção dos atores sociais dentro do objeto de pesquisa se faz mais claro quando o pesquisador participa dentro do grupo analisado, se despidendo da sua condição de sempre estar ali como pesquisador, oportunizando ao pesquisado uma maior igualdade nas relações e, conseqüentemente, uma visão mais ampla e íntima dos acontecimentos.

(3) Oportunidade: Quando se reflete nesse quesito, pondera-se não só para com o momento oportuno da entrevista para com a pesquisa, mas também a disponibilidade do entrevistado. A oportunidade ideal da entrevista apenas se concretiza quando as duas partes estão em sintonia para o desenrolar dos questionamentos, mas, tendo em *priori* as condições apresentadas pelo entrevistado, dado que essa é a única forma de assegurar o recebimento e entrosamento com as informações necessárias.

Logo, dentro das associações, as entrevistas acabaram por destoar um pouco das perspectivas da Lakatos & Marconi (2017), pois, era notória a preferência dos entrevistados – tanto das entrevistas quanto aos diálogos informais – durante as atividades dentro das associações. Uma vez posto isso em cena e para obter uma narrativa natural pelas óticas de Bourdieu (2008), foi pertinente não fazer apenas perguntas com cunho direto e desgastantes, mas sim desenrolar aquelas que impulsionam o entrevistado a desenvolver sua memória para com o tema que está sendo aplicado sobre ele, apropriando a oportunidade de estarem no espaço ao qual é o foco da entrevista, facilitando a coordenação dessas nesse sentido.

(4) Condições: Conversando com o ponto de vista de Zaluar (2009), é interessante o saber “sair e entrar” dentro de uma análise. Isso reflete na avaliação das condições que o observador (ou entrevistador) tem na noção de entender se o ambiente é favorável para a obtenção de respostas, já que o entrevistado tem por si suas subjetividades e confidências e, por isso, é interessante entender o que contribui ou não nessas condições que se programou para o cenário da entrevista.

Essas condições, dialogando mais uma vez com Bourdieu (2008), toma um rumo mais homólogo quando o pesquisador se transforma em um ator participante dos grupos, em que fica mais fácil perceber se as condições são favoráveis ou não – ainda que essa lógica não seja determinística e a avaliação da condição depende muito do estilo de observação do pesquisador.

(5) Preparação específica: Consiste em organizar a continuidade do roteiro e como isso vai refletir na formulação das questões importantes, de modo a criar um caminho retilíneo ao objetivo pretendido, mas tendo em mente que os desvios são comuns de acontecer e quem está no controle é o entrevistador. Essa formulação necessita de cuidados estratégicos.

Assim, retratando dos conceitos gerais de uma preparar uma entrevista, foram realizadas as três técnicas mais costumeiras entre entrevistadores e pesquisadores para obtenção de informações, que são a *entrevista aberta* (principalmente nos decorrer dos processos), a *entrevista estruturada* e a *entrevista semiestruturada*.

A técnica de *entrevistas abertas* consente principalmente na finalidade de especulação ou em cunho exploratório. Minayo (2010) descreve que a estruturação desse tipo de entrevista deve ser vista como sendo a introdução do tema desenvolvido pelo pesquisador ao entrevistado, de maneira que esse último se sinta livre para discorrer sobre o tema proposto. Ela também sugere que a melhor estratégia é a informalidade

No corpo da pesquisa, esse tipo de pesquisa acontecia durante as execuções das atividades dentro da incubadora como também para as atividades realizadas no seio dos grupos assessorados, de maneira imparcial e também sem formalidades, ainda que pequenos registros

fossem feitos em uma caderneta, para que fortalecessem as informações quando registradas formalmente.

No que abrange as *entrevistas estruturadas*, pode-se dizer que elas são aquelas elaboradas perante questionário totalmente estruturado, ou seja, as perguntas são antecipadamente formuladas na cautela de não esquivar das ideias por elas propostas. Lakatos (2017) coloca como principal motivo da estruturação premeditada, a possibilidade de comparação dos mesmos conjuntos de perguntas entre os entrevistados, de maneira a refletir as diferenças encontradas nas respostas e não nas perguntas. Nas entrevistas estruturadas, os questionários podem ser enviados tanto por correios (eletrônicos, físicos e digitais) quanto por um portador que, desde que o mesmo não interfira no desenvolvimento das respostas (MINAYO, 2010).

Para a dissertação em si, a entrevista estruturada foi feita em forma de questionário físico destinado para a maior quantidade possível de membros assessorados, de maneira a fazer um levantamento médio de como eles interpretam as relações de sua associação com a INTECOOP/UNIFEI, e como se dá a avaliação dessa intervenção. O questionário segue abaixo e foi aplicado nas três principais associações em processo de assessoramento atualmente, sendo elas a Associação de Catadores Autônomos de Reciclagem de Itajubá, a Associação Artes da Terra e a Comunidade de Recuperação Nova Jerusalém, sendo que, essa última, por ter as atividades vinculadas à incubadora a pouco tempo somado com outros fatores que serão discutidos no decorrer do trabalho, percebeu-se nas respostas certas tendências superpositivas, de maneira que discutiu-se a possibilidade de remeter o mesmo questionário num futuro próximo, para assim ter um material mais confiável nas comparativas, uma vez que as atividades e oficinas na relação deles com a incubadora ainda estão em processo de diagnóstico, e não em efetiva impacto ou conscientização de uma nova forma de economia.



QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES DOS ATORES DAS ASSOCIAÇÕES PARA COM A INTECOOP/UNIFEI



As perguntas abaixo serão avaliadas por uma marcação na avaliação correspondente, e cada número tem o seguinte significado:

1	Não/Nada
2	Pouco
3	Médio
4	Suficiente
5	Muito/ótimo

Quaisquer observações podem ser escritas no inverso da folha, refletiremos todas.

PERGUNTA	1	2	3	4	5
Você compreende a atuação da INTECOOP/UNIFEI para com a sua associação/cooperativa?					
Você acredita que a participação da INTECOOP/UNIFEI ajudou no desenvolvimento da sua associação/cooperativa?					
Você acredita que a relação de abertura entre a UNIVERSIDADE com a SOCIEDADE em projetos como a INTECOOP/UNIFEI pode ser eficaz na promoção do bem-estar social?					
Você acredita ser importante a atuação de uma incubadora de cooperativas e associações populares na promoção de uma inserção socioeconômica?					
Como você avalia a sua facilidade de se comunicar e relacionar com os membros da INTECOOP/UNIFEI?					
Você compreende o que seria a "economia solidária" fomentada pela INTECOOP/UNIFEI?					
Como você avalia as iniciativas de economia solidária promovidas pela INTECOOP/UNIFEI?					
Você acredita que a sua associação/cooperativa conseguiria estimular a economia solidária, ou outra forma de pensar economia, sem a promoção da INTECOOP/UNIFEI?					
Você acredita que o Governo deveria estimular mais ações como a da INTECOOP/UNIFEI no desenvolvimento de associações/cooperativas populares?					
Você acredita que a Universidade deveria dar mais incentivos para o desenvolvimento social a partir da INTECOOP/UNIFEI?					
Como você avalia a INTECOOP/UNIFEI?					

Obrigado pelo tempo e a atenção! Juntos seremos mais fortes e ninguém solta a mão de ninguém.

Nome da associação/cooperativa ao qual faz parte: _____

Itajubá, ____ de _____ de 2019

Já as *entrevistas semiestruturadas*, que são aquelas que acomodam tanto as perguntas abertas quanto as perguntas fechadas, conseguem ter a possibilidade de discursar sobre o tema proposto em uma linha mais ou menos direta. O pesquisador nesse tipo de entrevista, segundo Minayo (2010), deve tentar direcionar o entrevistado a um conjunto de questões definidas de antemão, de modo que transpareça um contexto relativamente parecido com ao de uma conversa informal. Para essas formulação dessas perguntas, foram recapitulados tantos os dados das entrevistas abertas quanto os dados das entrevistas fechadas, para geração de um caminho em que as passadas entre as perguntas conseguissem seguir um objetivo comum, e os entrevistados dessa, foram, as ex-assessoras – que nesse estágio irei denominar de Assessora 1, Assessora 2, Assessora 3 e Assessora 4 – as Associadas da ACARI – que, pelas mesmas razões das assessoras irei denomina-las de Associada da ACARI 1, Associada da ACARI 2 e Associada da ACARI 3 – e as Associadas AAT – que também tiveram seus nomes trocados por Associada AAT 1, Associada AAT2 e Associada AAT 3. Importante ressaltar que essas denominações fogem da questão de gênero do real entrevistado e/ou grau de importância do mesmo dentro da associação. Outra característica que também deve ser levantada é que a numeração também não condiz com a ordem numérica das entrevistas, tal como quem foi a primeira ou a última pessoa. Outros membros de outras associações que foram sendo construídas ao longo desse processo também podem aparecer sobre ponderações, que serão anunciadas e justificadas.

Selltiz (1987) vê as entrevistas semiabertas como uma agente que possibilita a abertura e aproximação entre as duas partes nessa relação (pesquisador e entrevistado), dando espaço para o controle da entrevista e a possibilidade de entrar em detalhes mais complexos conforme anda a carruagem. As respostas espontâneas que podem ser geradas entre os entrevistados e a liberdade que eles dentro dessa relação, podem originar questões que não eram esperadas pelo pesquisador, podendo alterar o rumo e acrescentar novos fatores dentro da pesquisa.

Assim, recorrido a essas ferramentas, propôs-se ilustrar qual a noção dos atores em afinidade com seus papéis sociais, verificando em que grau esses papéis completam dentro do contexto de pesquisa. Assim feito, notou-se um diálogo interessante entre as relações sociais reunidas na linha temporal no que engloba com a incubadora e as associações.

Essa integração de dados criou condições favoráveis para também uma confabulação das relações gerando novas reflexões, já que uma vez extraídos, fez-se uma conversação deles por meio de variáveis quantitativas e qualitativas, de modo a visualizar os elementos que se completam e gerar um novo diagrama de afinidades, que como dito anteriormente, é a representação gráfica de um conjunto de dados agrupados por uma relação entre itens específicos definindo os grupos.

Após isso, estabeleceu-se uma estrutura lógica e subjetiva que possibilitou uma amplitude do processo, com uma ótica acolhedora de todos os métodos utilizados nas etapas mencionadas, como também para com os dados coletado, inteirando-as com as informações do primeiro diagrama com o segundo, e desenvolvendo uma crítica sobre eles.

Oportuno sinalizar que a interação dos dois diagramas – o que foi montado antes das entrevistas e o que foi feito depois das entrevistas – tiveram grandes semelhanças que facilitou eventualmente a integração dos mesmos. Contudo, isso não é incomum quando o corpo do processo diagnosticado é o mesmo, conforme Brassard *et al* (2002).

(3) SINTETIZAR E REFLETIR AS AFINIDADES DAS INTERAÇÕES SOCIOTÉCNICAS PELA INTERPRETAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

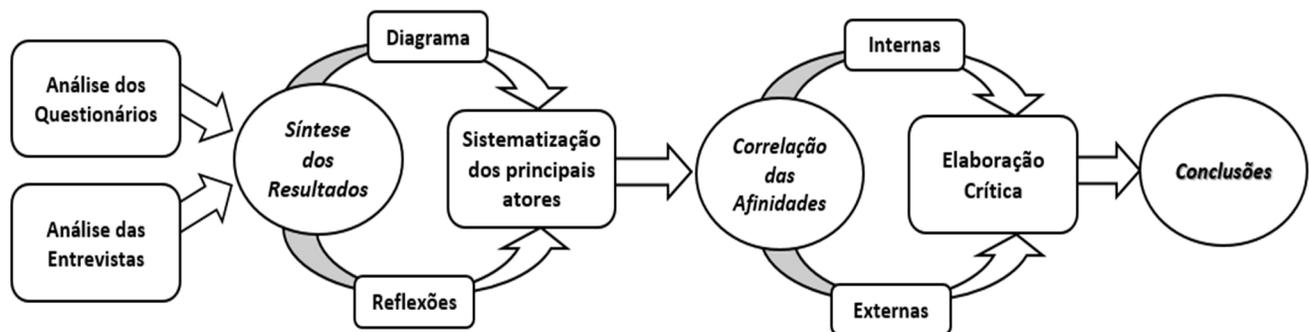
Esse momento foi sendo desenvolvido junto do desenrolar da pesquisa, ainda que apontado como o terceiro objetivo específico, não foi, necessariamente, o último a ser pensado e feito, já que o plano de tautocronia do projeto dependeu das reflexões que foram surgindo sobre a meta cronológica que foi sendo desenhada. Esse ponto se configura por exercer a função de concentrar esses revérberos que foram surgindo nos objetivos anteriores para uma análise crítica da construção sociotécnica da INTECOOP/UNIFEI. Contudo, para esse objetivo em específico,

fez-se necessário a concentração em um capítulo separado pois congregou-se melhor as questões refletidas e analisadas sobre os dados que foram se concretizando na direção do plano de pesquisa para uma melhor compreensão e reformulação dos resultados esperados.

Essa condição de paralelizar o caminhar dos objetivos reforça a consistência básica de uma teoria crítica que é esse olhar aguçado em todos os momentos, não só na formação do corpo de pesquisa quanto também no desempenho de reflexão da mesma Bourdieu (2008).

Portanto, para agrupar essas informações a fim de serem analisadas, foi desenvolvido visualmente um fluxo para materialização do mesmo. A ideia dessa construção se deu principalmente nas fôrmas que foram se moldando no desenrolar das ferramentas metodológicas utilizadas na construção do trabalho, sendo que, nesse momento, elas voltam com um caráter resolutivo e determinístico. O fluxo resultante disso pode ser visto na FIGURA 4 abaixo:

Figura 4: Diagrama de Afinidade



Fonte: Elaborado pelo Autor

Em apanhado, nessa ocasião, aconteceu uma concentração qualitativa e um pouco quantitativa, além do arbitramento do pesquisador-extensionista sobre a sistematização dos dados, uma vez que os modos de observação e análises não são neutros – tais como a ciência em si. Para isso, relacionou-se os resultados das entrevistas abertas e semiestruturadas com as dos questionários, gerando uma síntese dos resultados que, em suma, partiu dos principais levantamentos constatados nessas. Uma vez feito isso, montou-se outro diagrama de afinidades, dessa vez mais objetivo, onde refletiu-se sobre as proeminências comuns, que, naturalmente,

ressaltou quem eram os principais atores dessas relações. Tendo esse mapa, correlatou-se quais eram as afinidades desses atores, como interesses e ocasiões espaço-temporal que eles apareceram podendo, nesse instante, ver quais eram internos e externos à INTECOOP/UNIFEI. Tendo isso em evidência, possibilitou a execução das considerações sobre isso de maneira mais consensual possível com os dados relatados.

3 – VOLTANDO ÀS RAIZES TEÓRICAS E CONSTRUINDO O ESPAÇO DE ABORDAGEM

Nesse capítulo iremos abordar dois temas que se correlacionam e estruturam todo o caminho percorrido por essa dissertação, e esses, por serem abrangentes – assim como todo o conhecimento historicamente desenvolvido –, terão enfoques em pontos específicos, mas que traduzem a relação que essa dissertação alcança.

O primeiro tema é sobre a intimidade entre a ciência e tecnologia e sociedade, que não só fazem parte do cotidiano das humanidades, assim como pensado e separado, mas que são por si partes integrais de uma mesma identidade. A fim de auxiliar a compreensão deste trabalho como um todo, o objetivo deste subtítulo é apresentar um breve panorama histórico e conceitual da ciência e da tecnologia. Através dele, entra-se em como se deu o pensamento latino-americano da ciência e tecnologia e sociedade, o que inclui obviamente os espaços brasileiros, e como essas ações determinam e delimitam o rumo científico e tecnológico do país, minado para as áreas públicas, políticas e privadas, e como isso abriu margem dentro das universidades para uma extensão a comunidade que a cerca.

Desta última, nota-se que os principais agentes da extensão são, tradicionalmente, docentes, discentes e o governo federal e que em sua história não foi linear, na qual os principais fatos, políticas e as reflexões se relacionam baseado em interesses, negando ou reforçando determinadas práticas, extensionistas e universitárias.

No segundo momento, entra-se nas relações cooperativistas e um dentre os vários caminhos dessa que possibilitou um pensamento sobre uma economia solidária. Ainda que se saiba que as formas de cooperação são algo muito antigo na história da humanidade desde a Pré-História da civilização, em tribos indígenas ou em antigas civilizações como os Babilônicos, o assunto nessa etapa se afunila pelas perspectivas cooperativistas owenistas e como o professor Paul Singer traduziu isso baseado nos ideias socialistas utópicos e pela diversidade brasileira.

Desse modo, sabendo que o objetivo é compreender as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares dentro dessa trajetória refletindo na formação da INTECOOP/UNIFEI,

une-se esses conceitos citados anteriores, bem como a história da extensão, do cooperativismo, para centraliza-los de maneira a mostrar como uma ITCP lida com o conhecimento e, especificamente, com a ideia de trocas de saberes e de conhecimentos.

3.1 – A RELAÇÃO INTRINCADA ENTRE CIÊNCIA, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE.

Nas mais diversas formas das sociedades conhecidas e tradicionais que se constituíram ao passar dos tempos, percebe-se que as suas construções se fizeram junto ao modo como se formou o pensar das pessoas pelos seus costumes, folclores e conhecimentos que por uma tradição continua, não podem ser explicados nem justificados racionalmente. Nesse caminho, Feenberg (2003) constata que essas mesmas sociedades clássicas, para manter esse regimento tácito, proibem de maneira vertical certos questionamentos que desestabilizariam seu sistema de crenças. Desse modo, o que caracterizaria uma sociedade moderna nessa linha retilínea do raciocinar, é o fato de terem desatados desse ciclo ao questionar estas formas impostas de pensamentos.

Desse modo, em face da nova maneira de pensar, flui-se a necessidade de comprovação das coisas que estavam acontecendo e, sob a influência disso, a ciência e tecnologia se tornaram a base para esse novo pensamento ‘racional’ das coisas, edificando-se onipresente e predominante na sociedade. Feenberg (2003) conclui tal pensamento ao chamar a racionalidade tecnocientífica como uma nova cultura que se originou desse momento, operando conseqüentemente um postulado à ciência que eventualmente seria questionado.

Adorno (1979) diz que esse aparato social que se formou, casou-se com a intencionalidade hegemônica do sistema, emergindo como um instrumento a forma de conhecimento que lhes interessava, fazendo dos aspectos culturais pontos industriais, transformando-a numa fábrica de estilo de vida, não mais pensando nas individualidades e na sociedade como um todo, mas na padronização das condições mercadológicas. E isso, junto a outros fatores que serão mais bem relatados no próximo capítulo, fez-se surgir a liberação paralela de pensamentos filosóficos e críticos sobre essa construção social.

Segundo Ortiz (2016) o que marcou profundamente essas novas reflexões sobre um mundo desencantado foi a formação de pensadores da escola de Frankfurt; que se aproximava não só da crítica estrutural do modelo econômico, mas também da lógica objetiva do conhecimento de Max Weber³. Já o Prof. Cupani (2016) pondera que essa reflexão crítica e filosófica da tecnologia, embora antiga e formulada apenas pontualmente por alguns pensadores isolados, é recente como disciplina acadêmica, tendo surgido apenas na segunda metade do século XX.

Aludido a isso, os estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) conquistaram uma maior atenção, segundo Linsingen e Cassiani (2011), a partir dos anos de 1960, pois foi nesse momento que, após vários incidentes – como a bomba atômica, os desastres ambientais, os acidentes nucleares, somado ao fortalecimento de movimentos pacifistas e ambientalistas –, se fez evidente a não integração entre o que se supunha ser o ‘desenvolvimento econômico e tecnológico’ com o utente desse progresso, que seria o ‘desenvolvimento humano e social’.

Aikenhead (1994) aponta o nascimento dos primeiros estudos acadêmicos nesse sentido como um movimento que veio propositando criticar o modelo de desenvolvimento científico e tecnológico, não tendo como princípio a propositura contra a tecnologia em si, mas contra o modo como o desenvolvimento tecnológico estava seguindo seu caminho.

Essa reflexão sobre o direcionamento do desenvolvimento tecnológico se fez destacado não só pelo conhecido projeto Manhattan⁴, engenho esse considerado catastrófico por Eric Hobsbawm (1995), porém, outros casos foram relatados na década de 60 que influenciaram o desenvolvimento dos estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade.

Um clássico que relata o incidente dos processos científicos e tecnológicos em frente a essa despreocupação com a relação da tecnologia e sociedade é o livro de Rachel Carson, escrito em 1962: *Silent Spring* (traduzido como Primavera Silenciosa). O livro desenvolve uma crítica

3 Ler: WEBER, M. (1991). "A Objetividade do conhecimento nas ciências sociais e políticas". In Sobre a Teoria das Ciências Sociais. São Paulo: Moraes.

4 O Projeto Manhattan foi o empreendimento científico e tecnológico que desenvolveu as primeiras bombas atômicas durante a Segunda Guerra Mundial. Foi encabeçada pelos Estados Unidos, tendo como apoiadores o Reino Unido e Canadá.

destinada ao uso inconsequente do diclorodifeniltricloroetano (DDT) como pesticida ao combate de mosquitos vetores de doenças após a segunda guerra mundial. Contudo, o produto tóxico desenvolvido era amplamente prejudicial ao meio ambiente e a outros animais participantes desse ecossistema, principalmente os pássaros que, por essa razão, intitularam o nome do livro, já que uma provável primavera seria silenciosa com a expansão do DDT. A autora relata que:

Desde meados da década de 1940 mais de duzentos produtos químicos básicos foram criados para serem usados na matança de insetos, ervas daninhas, roedores e outros organismos descritos no linguajar moderno como “pestes”, e eles são vendidos sob milhares de nomes de marcas diferentes. Esses sprays, pós e aerossóis são agora aplicados quase universalmente em fazendas, jardins, florestas e resistências – produtos químicos não seletivos, com o poder de matar todos os insetos, os “bons” e os “maus”, de silenciar o canto dos pássaros e deter o pulo dos peixes nos rios, de cobrir as folhas com uma película letal e de permanecer no solo – tudo isso mesmo que o alvo em mira possa ser apenas umas poucas ervas daninhas ou insetos. Será que alguém acredita que é possível lançar tal bombardeio de venenos na superfície da Terra sem torná-la imprópria para toda a vida? Eles não deviam ser chamados ‘inseticidas’, e sim de ‘biocidas’. (CARSON, 1962, p. 23-24).

Outra obra importante nessa caracterização da preocupação social da C&T foi a obra de Thomas Kuhn, denominada “A Estrutura das Revoluções Científicas”, também em 1962. Nesse sentido, o autor parte dos estudos filosóficos e históricos das coisas para um pensamento da construção narrativa do desenvolvimento da ciência, embasando a importância da dimensão social e inaugurando o estilo interdisciplinar dos estudos, tentando desconstruir as barreiras erguidas na linearidade científica, nesse sentido:

(...) a História da Ciência torna-se a disciplina que registra tanto esses aumentos sucessivos como os obstáculos que inibiram sua acumulação. Preocupados com o desenvolvimento científico, o historiador parece então ter duas tarefas principais. De um lado deve determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica contemporâneo foi descoberta ou inventada. De outro lado, deve descrever e explicar os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico (...). (KUHN, 2018, p. 20-21)

Importante pontuar o filósofo e físico Thomas Kuhn pois seu papel foi fundamental na construção dos estudos CTS, pois se dispõe a intrigar-se com as afirmações que circundavam tanto da ciência em si, mas também sobre a história que a ciência vinha construindo gerando a noção de paradigma científico que fez seu trabalho ganhar notoriedade. Foi desse seu plano de

especular o que não era discutido abertamente que fez surgir os estudos “arqueológicos” na história da ciência, pois ele percebeu que as atividades experimentais feitas para o público de ‘não cientistas’ não condizia com o andamento histórico que a ciência havia caminhado, abrindo uma fenda de questionamentos sobre a validade dos desenvolvimentos da ciência ou como ela é em si apresentada.

Nesse sentido ele cunha a ideia de paradigma ao qual ele considera como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. (Kuhn, 2018, p. 13). Ou seja, a ideiação do paradigma se faz pelo agrupamento de saberes e fazeres que foram desenvolvidos dentro de um grupo para um processo científico, uma vez que ele determina até onde se pode pesquisar e refletir sobre determinado assunto baseado nos dados e teorias feitas até certo ponto, de modo a analisa-los, confirmando a existência desse paradigma ou não.

Logo, gera-se uma crise modular dos paradigmas, pois ela se faz responsável pelas variações investigativas e dos procedimentos usados dentro de um campo do saber. Conforme Kuhn (2018, pg 25)

E quando isto ocorre – isto é, quando os membros da profissão não podem mais esquivar-se das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica – então começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência.

Desse modo, ele retrata que à medida que as formas tradicionais de realização de um estudo ou pesquisa já não assumem ou se formulam pelas necessidades que os novos fatos do campo impõem, as investigações necessitam de uma nova análise e uma nova visão crítica sobre ela mesma, para que possam permitir o nascimento novas formas de compreensão dentro do campo de pesquisa, conduzindo a comunidade científica a mudar a forma de fazer ciência.

A partir das precursoras contribuições de Kuhn – e outras pesquisadoras e pesquisadores tais como Merton (1956) em sua obra “*On Social Structure and Science*” –, começa a ganhar força e emergir um novo campo dedicado a analisar os contornos sociais do fazer científico e tecnológico. Esse campo, que ficou conhecido como Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) ou Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT), nasceu inicialmente no contexto Norte-

americano e Europeu – constituindo vertentes diferentes entre si – e também toma corpo na América Latina a partir dos anos 1970. Em nosso território o campo se desmembra em suas próprias correntes, mas é bastante característico de seu perfil não apenas o engajamento acadêmico no tema, mas o envolvimento com a constituição de debates públicos sobre os rumos da política científica nacional pelos movimentos sociais.

O campo CTS no geral se direcionou para três caminhos fundamentais perante a sua proposta. O primeiro, por ter sido o inaugurador dessa reflexão e disposição qualitativa e quantitativa do tema foi o tradicional campo de pesquisa acadêmico. O segundo, se engancharmos com a lógica Aristotélica de que todo homem é um animal político, naturalmente o caminho que se instaura é no campo das políticas públicas, uma vez que configurada como uma proposta social, sua materialização e passos devem ser contextualizado como uma atividade, bem como a sua regulamentação e estrutura para as propostas decisórias das políticas científicas e tecnológicas. E o terceiro, dialogando com Bazzo *et al* (2003) é no campo da educação, de modo a descortinar essa proposta crítica da C&T não apenas dentro dos muros acadêmicos de pesquisa, mas de modo a extravasar tanto dentro da educação universitária em forma de disciplina, quanto nos outros segmentos de ensino.

Assim, antes desse conceito investigativo e crítico da ciência vir a ser alocado como um movimento dentro da lógica latino-americana que nos cabe, surgem duas linhas de pensamento que se propõe a criticar socialmente a ciência e tecnologia, uma nascida na Europa e a outra nos Estados Unidos da América do Norte, denominadas, em sequência, como: Estudos sobre Ciência e Tecnologia (*Science and Technology Studies*) e Ciência, Tecnologia e Sociedade (*Science, Technology and Society*).

Segundo Bazzo *et al* (2003) apesar das duas correntes terem como objetivo final a proposta de criticar o processo hegemônico de desenvolvimento tecnológico, apresentavam algumas diferenças, que influenciariam os contextos brasileiros e latino-americanos. O quadro abaixo apresenta uma sistematização das principais diferenças entre as correntes

Quadro 1 - Diferenças entre as tradições CTS europeia e norte-americana

Tradição européia	Tradição americana
Institucionalização acadêmica na Europa (em suas origens)	Institucionalização administrativa e acadêmica nos EUA (em suas origens)
Ênfase nos fatores sociais antecedentes	Ênfase nas consequências sociais
Atenção à ciência e, secundariamente, à tecnologia	Atenção à tecnologia e, secundariamente, à ciência
Caráter teórico e descritivo	Caráter prático e valorativo
Marco explicativo: ciências sociais (sociologia, psicologia, antropologia etc.)	Marco avaliativo: ética, teoria da educação.

Fonte: Bazzo et al. (2003, p. 128)

No caminho de entender melhor o Quadro 1, Gica Santos (2016, p.40) narra as duas tradições do seguinte modo:

A tradição europeia em CTS surgiu a partir da comunidade acadêmica, focada nas origens das teorias científicas e enxergava a ciência como um processo, prezava por estudar os fatores sociais antecedentes, tinha a ciência como prioritária e a tecnologia como secundária, adquiriu caráter teórico e descritivo e teve suas bases fundamentadas em estudos das ciências sociais, como a sociologia, a psicologia e a antropologia. Essa vertente tratava o desenvolvimento científico e tecnológico como um processo composto por questões culturais, políticas, econômicas e epistêmicas (...). Já a tradição norte-americana surgiu a partir da institucionalização administrativa e acadêmica, focada nas origens tecnológicas e inovativas que absorvia a tecnologia como um processo, prezava por estudar consequências sociais da inovação e da tecnologia, da ética e da educação, entendia a tecnologia como prioritária e a ciência como secundária, sendo subordinada à tecnologia, pois esse era o produto final, continha caráter prático e valorativo, no qual se prezava pela democratização da tomada de decisões políticas no campo científicotecnológico e tinha suas bases fundamentadas em estudos das ciências humanas, como a filosofia, as teorias políticas e as teorias educacionais).

Bazzo (2003) defende que entre as duas tradições, ainda que ambas tivessem forte influência no contexto brasileiro ou latino-americano, a que se fez mais próxima foi o modelo norte americano, já que sua proposta explora as consequências sociais e uma democratização dos processos educativos, e o modelo europeu põe-se mais focado nas origens sociais daquilo que se entende como desenvolvimento.

Entretanto, as perspectivas do que se entende por desenvolvimento tecnológico e científico de países firmados no centro e sul da América é totalmente diferente das condições apresentadas pelos países que originaram essas tradições, e é nesse sentido que iremos caminhar agora.

3.1.1 – O PENSAMENTO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Para adentrar nas relações CTS na América Latina é importante situar que a origem do movimento se encontra na reflexão da ciência e da tecnologia como uma competência das políticas públicas. Nesse sentido, os professores Dagnino, Thomas e Davyt (1996) batizaram de “Pensamento Latino-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade” (PLACTS) isso que se configurou como estudos em políticas científicas e tecnológicas, que teve seu início, segundo eles, entre os anos 1960 e 1970 a partir de críticas ao modelo linear de inovação que envolvia as políticas de ciência e tecnologia nos países latino-americanos.

Alguns autores, como Cerezo (2005), não delimitam o PLACTS como primeiro representante do campo de estudos CTS, pois para ele, o campo de estudos CTS só chegou à América Latina nas décadas de 80 e 90, por meio de alguns trabalhos acadêmicos arranjados em países Nortistas de onde saíram às duas principais tradições desse campo de estudo. Contudo, em resposta, Dagnino (2009) elabora uma crítica a este posicionamento utilizando, entre outros argumentos, o próprio trabalho de López Cerezo (2005), descortinando que a abertura das reflexões sobre CTS que decorreria a ser praticada na América Latina nas décadas de 80 e 90 usou como arcabouço as reflexões e questionamentos feitos nestes pensamentos surgidos nas décadas de 60 e 70.

Contudo, ambos os autores concordam que o processo de firmação do campo CTS na América Latina insurge frente ao modelo científico e tecnológico hegemônico que, conforme Silva (2015), conduzia o sentido das relações sociais com expressiva penetração em múltiplos campos do saber e também nas políticas públicas, marcando-os com uma filiação às suas linhas de pensamento e ideologias.

Por isso, o enfoque CTS no âmbito das especificidades socioculturais e políticas latino-americanas vêm para reestabelecer a amarração entre os estudos críticos que sopesam as consequências nas relações sociais ao desenvolvimento científico e tecnológico, para que eles possam proporcionar caminhos de pensamentos alternativos a uma educação tecnocientífica, ou seja, zela em reestabelecer uma criticidade ao elo entre ciência e sociedade no ensino de ciências e tecnologia na América Latina, valorizando as diferenças explícitas entre sua natureza social, cultural, política e econômica. (DAGNINO, 2014).

Em consonância ao pensamento da época, acreditava-se que a qualidade de subdesenvolvido era consequência da falta de desenvolvimento, e essa característica legitimava a expansão de indústrias – como instrumento para o essa ‘evolução social’ – para nações periféricas na condição de que o modelo ideal de desenvolvimento pudesse ser alcançado posteriormente (SANTOS 1998). Assim sendo, as transnacionais que surgiram neste contexto se interessavam em produzir para os mercados internos dos países onde se alojaram, gerando uma maior homogeneização do modo de produção de tecnologias em todo o planeta, já que a transferência de tecnologias se dava de maneira vertical no sentido dos países hegemônicos aos subdesenvolvidos (DAGNINO, THOMAS & DAVYT, 1996).

Fazia parte do cenário de construção do PLACTS o problemático panorama político que abrangia os países da América Latina ao final da década de 50 e início da de 60. Como exemplos, Silva (2015) menciona as sucessivas deposições por golpes militares na Argentina, a perda de força política do presidente eleito Venezuelano Rômulo Betancourt em 1958, o bloqueio econômico a Cuba em 1960, o golpe dos militares brasileiros em 1964 com o apoio dos Estados Unidos para deposição de Jânio Quadros, além do aparecimento de diversas guerrilhas, golpe de Estado de Barrientos na Bolívia (1964), o massacre de Tlatelolco no México (1968), entre outras herméticas passagens.

Como resultado das divergências político e sociais, os países latino-americanos enraizaram a dependência tecnológica junto da imposição de um modelo produtivo de norte a sul dos países soberanos economicamente, a produção local ficou, por conseguinte, mais cara que os

modelos de tecnologias importados e compelidas, em consequências da falta de investimento na produção tecnológica local junto de uma insensibilização e desinteresse das tecnologias e bens produzidos por aqui. Uma das decorrências diretas disso foi o movimento expansionista das transnacionais e na concepção de uma nova divisão internacional do trabalho (DAGNINO, THOMAS & DAVYT, 1996).

Formulado a isso, um dos maiores objetivos do PLACTS era o de rever a situação do modelo econômico em voga na América Latina no período das décadas de 60 e 70, onde teriam se organizado a partir das aproximações e diferenciações dos modelos de CTS tradicionais, analisando-os e criticando-os (KREIMER, 2007; SILVA, 2015).

Incita-se a isso a obra “A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina”, publicado em 1973 por Celso Furtado, onde o autor retoma a tese do imperialismo mundial e admitindo o seu declínio hegemônico numa nova dependência. Nesse lance, a dependência foi induzida a uma situação de absoluto controle do aparelho produtivo público e privado, tanto entre os mercados como nas finanças, provocando crises locais que, por razões decorrentes da sua própria estrutura global, gerando um colapso do sistema financeiro nos elos mais fracos do sistema: Sudeste asiático, Leste europeu e América Latina.

Pablo Kreimer (2007), em concordância com Dagnino, Thomas e Davyt (1996), explana que o PLACTS naquele momento tinha como foco o desenrolar de críticas ao modelo linear de inovação e à formulação desses instrumentos. Sintonizados com os estudos tradicionais (europeus e norte-americanos) o PLACTS tratava a ciência e tecnologia como artifícios sociais com particularidades diversas e subordinados ao contexto onde são introduzidas, partilhando, portanto, a perspectiva de não-neutralidade e não-universalidade.

As variantes mais radicais da tese da não-neutralidade são as que abrem mão inclusive do ideal de imparcialidade, sustentando ser impossível excluir os valores não cognitivos do processo de seleção de teorias no interior da ciência já que a ciência sempre foi e continua sendo parcial onde o próprio ideal de imparcialidade deixa de fazer sentido, quando quem faz o algo é por

intenção que esse algo resulte em alguma coisa, e essa, carrega valores temporais, espaciais e socioculturais.

Ao nível ideológico trata-se, entre outras coisas, de um processo de ruptura com a visão tradicional de ciência e de tecnologia. Educar, numa perspectiva CTS é, fundamentalmente, possibilitar uma formação para maior inserção social das pessoas no sentido de se tornarem aptas a participar dos processos de tomadas de decisões conscientes embasadas naquilo que elas conhecem (Freire, 1986) e negociadas em assuntos que envolvam, nessa partitura, a ciência e tecnologia.

A educação nesse aspecto – CTS – tem grande respaldo pela congeminação do professor Paulo Freire (1968, 1970 e 1996), e à sua matriz teórico-filosófica, ao buscar a participação de todos os sujeitos e a democratização da construção de pensamentos, sendo nesse sentido circundando os temas sociais envolvendo Ciência-Tecnologia. Entende-se nesse aspecto que, para uma leitura crítica da realidade, torna-se fundamental uma compreensão crítica sobre as interações que nela são atores principais, e assim, entre a ciência, tecnologia e sociedade, considera-se o seu arranjo social vinculado ao desenvolvimento científico-tecnológico.

Em suma, para uma leitura crítica do mundo contemporâneo, potencializando para ações no sentido de sua transformação, considera-se fundamental a problematização (Freire, 1996) de construções históricas realizadas sobre a atividade em questão, no caso, a científico-tecnológica.

3.1.2 – O CAMINHO ABERTO ENTRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: OS PROJETOS DE EXTENSÃO.

Ora por estar muitas vezes fora dos muros universitários, dos laboratórios congêneres e ter por si uma natureza interdisciplinar, a extensão foi a última perna do tripé universitário – educação, pesquisa e extensão – a se erguer. Isso porque, segundo Carneiro (1985), ela só veio a acontecer dado a necessidade de educar e profissionalizar os operários fora de suas labutas.

Outros autores, como Ireland (2002), Mirra (2009) e Fraga (2012), alocam a origem do termo 'extensão' na Inglaterra do século XIX, isso devido ao fato da Universidade inglesa de Cambridge, que estava inserida no contexto da Revolução Industrial, ter sido forçada a diversificar sua atuação, a fim de proporcionar uma educação à comunidade adulta para prepará-los para todo o novo contexto social e cultural que estava se instalando.

Nesse sentido, Ireland (2002) descreve como o primeiro passo realizado no desenvolvimento da extensão universitária foi:

Em 1867, James Stuart, um jovem professor (...) da Universidade de Cambridge, foi convidado, pelo Conselho para a Promoção de Educação Superior para Mulheres do Norte da Inglaterra (...), a proferir quatro conjuntos de palestras nas cidades de Leeds, Liverpool, Sheffield e Manchester. (...). Assim, nasceu o movimento que se tornou inicialmente conhecido na Grã-Bretanha como 'extensão universitária' (IRELAND, 2002, p. 49).

Complacente a isso, Mirra (2009) entende que os eventos gênese da extensão foram um pouco depois da atuação do Professor James Stuart no norte da Inglaterra, quando essas atividades se expandiram para outros setores dentro do espaço Inglês:

A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham – a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiam todos os recantos do país. Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Péricles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire. (MIRRA, 2009, p. 77)

Logo após isso, Mirra (2009) pontua que a ideia de levar uma educação continuada para fora dos muros universitários transborda dos círculos ingleses e se direciona a outros países da Europa, como por exemplo, a Bélgica e logo depois a sua vizinha Alemanha, para assim sistematicamente.

Contudo, Fraga (2012) pondera que ainda que na literatura não exista referências anteriores a atuação do Professor James Stuart, é importante destacar que outras experiências semelhantes já haviam ocorrido, porém não se efetivaram ou se registraram com a nomenclatura de extensão. A autora completa exemplificando as experiências registradas por Peers (1972) que ocorreram no início do século XX, nas Universidades de Alberta e de St. Francis Xavier, ambas localizadas no Canadá, onde eles se direcionavam às “massas marginalizadas”, como as de pescadores, mineiros e siderúrgicos para promover reuniões abertas com o objetivo de discutirem os seus problemas em cooperativismo e promoverem ações econômicas em comum.

Atravessando o oceano, em 1892, a ideia de extensão chega à Universidade de Chicago e amplia a ideia para a Universidade de Wisconsin, gerando uma visibilidade nacional por seus planos bem sucedidos em relação à transferência de tecnologias em função da aproximação da universidade com o setor empresarial, chegando a ser criado com incentivo do presidente americano na época, Theodore Roosevelt, a *American Society for the Extension of University Teaching* (Sociedade Americana para a Extensão do Ensino Universitário). Singer (2001) coloca como as universidades americanas não tinham problemas em atender as demandas dos governos e empresas, e a criação de novos estudos de pesquisas que favorecessem o ‘vender-bem-serviços-bons’ eram hábitos que eles não negligenciariam em investir.

É pertinente notar que nos dois continentes a extensão universitária se fez em países centrais do sistema capitalista, que pretendiam conseguir realizar a distribuição primária da renda pela incorporação qualificada de mão-de-obra dentro dos processos que estavam cada vez mais sofisticados dentro do universo produtivo (FURTADO, 1992).

Em consequência dessas características de seu surgimento, a extensão universitária se fez como um produto da história do capitalismo, principalmente por efetivar o modo de produção e a disseminação do proposto caráter social dominante, principalmente após a solidificação da Revolução Industrial, fazendo com que acontecessem divergências contra elas expressas na

comuna de Paris em 1871⁵, uma vez que eles colocaram a entrada de atores dos segmentos sociais nesse cenário que estava armado, tentando pontuar as necessidades de aprimoramento das classes trabalhadoras subordinadas ao capital, assinalando uma nova reflexão sobre a funcionalidade dos projetos extensionista, principalmente no final do século XIX e começo do XX, pontuados e inspirados pela ideia de Estado de Bem-estar Social que se espalhou na Europa pelo conjunto de políticas públicas desenvolvidas pelo estadista alemão, conhecido como Chanceler de ferro, Otto Bismarck.

No Brasil, fortemente influenciado pelos EUA, a ideia de extensão surge atrelada a ideia de prestação de serviços, tendo como ponta pé inicial em meados década de 20 a criação da Escola Superior de Agricultura Veterinária de Viçosa, de modo a dar suporte para a prestação de serviços na área rural (GURGEL, 1986). Ela foi legitimada em 1931 mediante o Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, que estabelecia as bases do sistema universitário brasileiro.

Desse modo, segundo Gurgel (2002) a extensão universitária no Brasil foi tomando sua forma conforme desenvolvimento, uma vez que as relações latino-americanas eram diferentes nas quais os principais influenciadores queriam que se operasse aqui. Ainda que com uma considerável luta pela transformação social, foi apenas em maio de 1960 no 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária, promovido pela UNE em Salvador, que foi definido e institucionalizado os principais objetivos da extensão universitária brasileira:

- 1) a luta pela democratização do ensino, com o acesso de todos à educação, em todos os graus;
- 2) a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de líderes sindicais (nas Faculdades de Direito) e de mestres de obras (nas Faculdades de Engenharia), por exemplo; e
- 3) a condução dos universitários a uma atuação política em defesa dos interesses dos operários.

⁵ Com o clima político tenso à época em resistência a Prússia, uma insurreição popular estourou em março de 1871, derrubando o governo republicano em Paris. Jacobinos e socialistas constituíram um novo governo para a cidade, chamado de Comuna de Paris. Em suma foi o primeiro governo operário da história.

A partir dessa luta pela Reforma Universitária que progressivamente foi-se aproximando das outras lutas que já estavam acontecendo no país, mobilizando os estudantes em campanhas para poder alfabetizar os adultos participantes das ações camponesas e operárias, principalmente pelos métodos desenvolvidos pela referência mundial, o Professor Paulo Freire.

Paulo Freire levou a cabo suas primeiras experiências com educação de adultos através dos círculos e centros de cultura na cidade de Angicos - RN, onde seu principal trabalho realizado era relacionado com a alfabetização de jovens e adultos, já que no Rio Grande do Norte, constava-se que aproximadamente 70% da população era analfabeta. (FREIRE, 2006).

Freire (2006) defende que seu marido, o professor Paulo Freire, criticava a ideia de transferência de conhecimento no âmbito da extensão como um instrumento de invasão de cultura daquele que faz para com aquele que recebe, especificamente no trabalho com grupos populares. Em contraposição Freire buscava quais seriam os caminhos para a construção de uma educação de fato libertadora, e não opressora das classes populares.

Isso porque, segundo ele:

“Quando se tem uma opção libertadora (...) captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela (...) a 'educação como prática da liberdade' não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a perpetuação dos valores de uma cultura dada” (FREIRE, 1970, p. 53).

Góes (1980) explicita que a educação de adultos, que era muito vinculada às prestezas de extensão, era fruto da atuação conjunta do governo, esquerda marxista, e da igreja católica, e que seu maior momento de fortalecimento foi pela UNE, que teve seu primórdio em 1901, quando foi criada a Federação dos Estudantes Brasileiros teve pouco tempo de atuação, retomando forças no início na década de 30 pela politização do ambiente nacional, e se reorganizando oficialmente na década de 40, tendo seu primeiro presidente oficial ,o gaúcho Valdir Borges, concretizando um dos principais movimentos de educação no país.

A expansão da extensão universitária seguia um caminho bom paralelo a consolidação do movimento dos estudantes, contudo, de 1964 (ano ao qual aconteceu o golpe Militar) a 1968, o

regime político empregado mantinha postura autoritária procurando “destruir ou desarticular os movimentos sociais, descaracterizando as suas propostas, despolitizando-as e incorporando-as aos instrumentos legais e planos surgidos após 1968” (GURGEL, 1986, p. 172).

Em 1968, é promulgada a Lei 5.540 de 28/11/1968, conhecida como Reforma Universitária de 68, que marca um período preponderante do governo federal sob a história da extensão, “a ser utilizada pelo Estado como um instrumento ideológico de grande potencial (...) desviando a atenção dos estudantes das questões políticas ou de suas lutas reivindicatórias” (SOUZA, 2000, p. 52). Esses anos (1964-1985)⁶ foram um momento de disputa e um marco na caracterização da extensão no Brasil – e de muitos outros setores populares.

Após o desfecho da ditadura no ano de 1985, se institucionaliza legalmente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão dentro dos Institutos de Ensino Superior foi portaria nº 742 de 20/09/1985 do MEC. Esse preceito seria adiante, segundo Fraga (2012), incluso na Constituição Federal de 1988.

Desse modo, abre-se uma nova esfera que necessita ser pensada e compreendida aos marcos e cicatrizes que ficaram desse período, de aspecto a orientar quais deveriam ser as discussões que a extensão universitária careceria ter ao se reabrir para a sociedade e, assim, como essa relação se faz para um contexto integralista e popular que precisava ser traduzido. Assim, alguns pontos críticos necessitariam ser restaurados urgentemente dentro da Universidade, de maneira que foi criado em 1987 o Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) que teve uma participação decisiva na elaboração de ferramentas para incrementar e acompanhar os projetos extensionista universitários, de modo a institucionalizar (mais uma vez) a efetivação, importância e necessidade da participação universitária nesse contexto social que ela deveria e deve participar.

Segundo Tavares (1997), a Forproex vem para posicionar a produção de conhecimento para além do desenvolvimento científico e tecnológico, mas também com a finalidade de

⁶ Ler: GONÇALVES, N. G.; VIEIRA, C. S. Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 269-291, jan/jun. 2015.

intervenção social, dispondo da extensão não só como uma terceira função, mas como integradora do ensino e da pesquisa. Tavares (1997) ainda destaca que essa formação promoveu um forte questionamento: qual seria a universidade mais adequada para cooperar com uma sociedade democrática? Nesse sentido, Botomé (1996) argumenta a possibilidade de uma redenção da Universidade para com a sociedade que a circunda e que muitas vezes não fora percebida.

O ano de 1993 foi um ano de grandes avanços para a extensão no Brasil, pois nesse ano aconteceu a sua institucionalização por meio da criação da Comissão de Extensão Universitária pela portaria nº 66, bem como o seu fortalecimento de assessoramento pelo Comitê assessor de extensão pela portaria nº 134, ambas pela Secretaria de Ensino Superior – Sese/MEC. É nesse ano também que o Forproex em sua sétima reunião consecutiva, segundo Fraga (2012), iniciava o debate sobre avaliação da extensão.

Em 1995 acontece outro marco significativo para a extensão no país: o Programa de Extensão Universitária (Proext). Ele foi importante, pois foi o primeiro programa de fomento à extensão universitária com bolsa para os estudantes e apoio para os projetos que estavam sendo, ou seriam, desenvolvidos.

Segundo Fraga (2012) o período entre os anos 1996 e 2002 pode ser considerado como o de uma “avalanche neoliberal”, que foi o que aconteceu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A autora sintetiza que esse momento pode ser visto novamente como um “banho de água fria” para a extensão universitária que estava em plena ampliação ancorada pela sucessiva redemocratização que ocorria no país. Essa “avalanche neoliberal” ocasionou para as universidades uma nova configuração e, conseqüentemente, também para a extensão.

Dessa mesma perspectiva, Cunha (2002) denota a mudança de orientação a ser seguida pela extensão nesse período, de modo que ocasionou um deslocamento do seu papel transformador para um excludente, onde se desengaja o papel que tinha direto com a sociedade e emerge um papel de competição e de desenvolvimento interno na Universidade, o que pode ser observado nos projetos extensionistas de competição.

Após esse período, Fraga (2012) aponta que a partir do início do ano de 2003 até o final do ano de 2011, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores no poder pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, (incluiu a sua sucessora também do Partido dos Trabalhadores, a Presidenta Dilma Rouseff, cujo mandato durou até agosto de 2016 e continuou esse exercício apontado pela autora) a extensão vem com outra face, trabalhada na sua compreensão histórica. A autora destaca essa busca uma vez que:

(...) fica evidente à íntima relação da extensão com a conjuntura nacional. (...) com isso, a cada mudança de governo, e isso é bastante evidente, a extensão se ajusta, mesmo que à força, ao projeto desse governo. (...) por isso, quando olhamos para a história da extensão desde seu surgimento, o que vemos é uma sequência de avanços e recuos. Em alguns momentos, nos deparamos com períodos de muita força e criatividade da prática extensionista, como é o caso do período pré-golpe militar ou da redemocratização do país. Nesses momentos, há avanços significativos na reflexão sobre a extensão, como o mais célebre caso de Paulo Freire, mas também do Forproex e de outras entidades e outras práticas. Nesses momentos, podemos destacar que a extensão é acompanhada por uma luta pela democracia no país e na universidade. (...) nessa perspectiva, a universidade, seja por meio dos estudantes, seja por meio dos docentes, almeja uma sociedade menos desigual e mais democrática. (FRAGA, 2012, pg. 64)

Nesse período houve um maior investimento do Estado para com os projetos extensionistas. Diniz (2012) fez um levantamento detalhado dos editais do Proext e alega que em 2008 houve uma ampliação do programa por meio do decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008. Fraga (2012) aponta que os editais passaram a ser realizados em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a partir de 2009. Em 2010, amplia-se para do Ministério da Saúde, o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério das Cidades, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A tabela 1 mostra a evolução dos recursos para os programas de extensão Universitária de 2003 a 2016 (com exceção do ano de 2012, na qual não foi aberto edital ProExt/MEC)⁷, e como essa ampliação pode ser notada com a institucionalização do programa em 2008 pelo decreto nº 6.495.

⁷ Acesso em 11 de janeiro de 2019.

Tabela 1: Progresso dos recursos do Proext

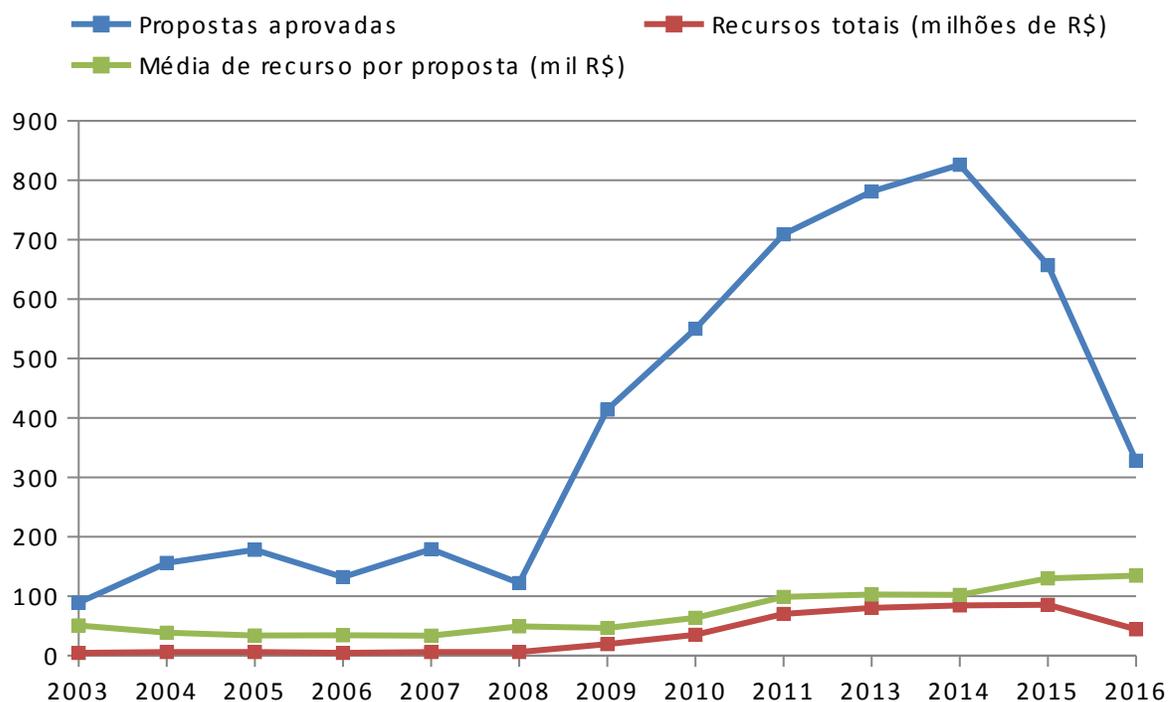
Ano	Propostas aprovadas	Recursos totais (milhões de R\$)	Média de recurso por proposta (mil R\$)
2003	89	4,5	50,6
2004	156	6,0	38,5
2005	178	6,0	33,7
2006	132	4,5	34,1
2007	179	6,0	33,5
2008	122	6,0	49,1
2009	414	19,2	46,4
2010	550	35,0	63,6
2011	709	70,0	98,7
2013	781	80,25	102,7
2014	826	84,3	102,1
2015	657	85,4	129,9
2016	238	44,1	134,4
TOTAL	5121	451,25	88,51

Fonte: Elaborado pelo autor via CGRE/DIFES/SESu/MEC (2018)

Pela tabela conseguimos identificar um total de 5121 projetos aprovados com os recursos do Proext, sendo que cada um deles tem uma média de 88,51 mil reais. Porém, essa média só se faz interessante como marco pontual e não necessariamente analítico, pois, sabe-se que cada projeto tem uma demanda diferente, sendo que alguns podem ter usufruído de mais recursos e outros menos. Outra condição que acentua a média como marco pontual é o fato da discrepância de anos como 2004, onde os recursos têm uma média de 38,5 mil por projeto e no ano de 2016 que cada projeto tem uma média de 134,4 mil reais.

Um ponto interessante a ser analisado é a ascensão de número de propostas aprovadas a partir do ano de 2008. A Figura 5 demonstra melhor esse aumento:

Figura 5: Progresso dos recursos do Proext



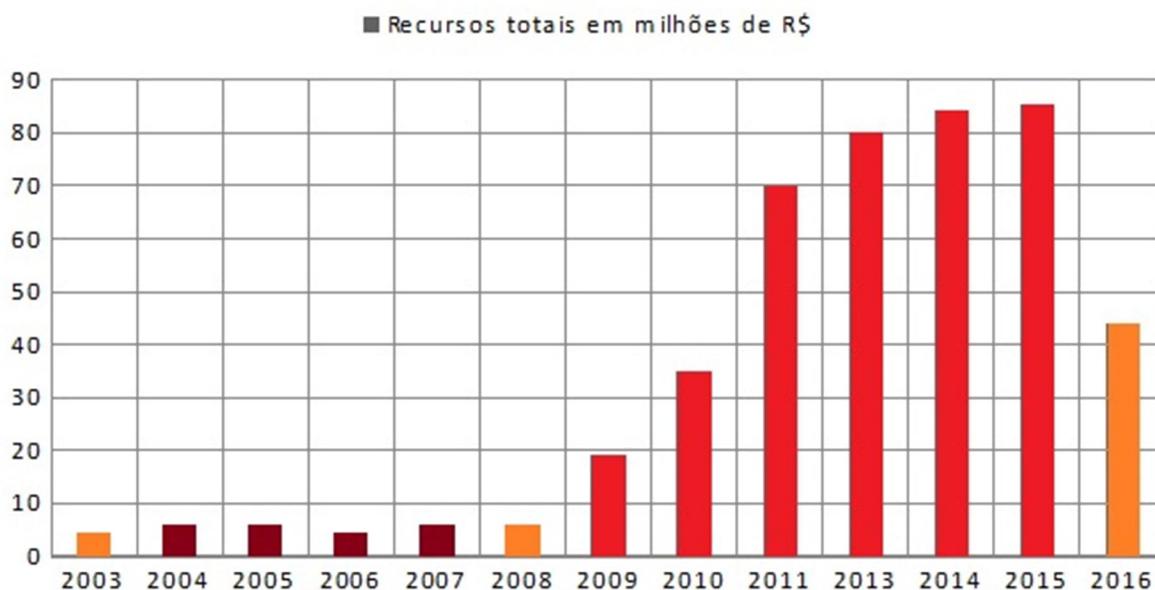
Fonte: Elaborado pelo autor via CGRE/DIFES/SESu/MEC (2018)

A extensão nesse ínterim entre os anos de 2003 até 2016 volta a receber atenção do governo federal que passa a ser novamente o ator central. O Proext, como apresentado antes, surge em 1998 com uma pequena duração e encerramento controverso justificado por carência de recursos pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, e também, por escolha ideológica pelos defensores da extensão. O programa foi reascendido apenas em 2003, no início do governo Lula (FRAGA, 2012). A extensão nesse ínterim entre os anos de 2003 até 2016 volta a receber atenção do governo federal que passa a ser novamente o ator central. O Proext, como apresentado antes, surge em 1998 com uma pequena duração e encerramento controverso justificado por carência de recursos pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, e também, por escolha ideológica pelos

defensores da extensão. O programa foi reascendido apenas em 2003, no início do governo Lula (FRAGA, 2012).

É possível observar um catálogo dos editais do Proext e dos documentos oficiais de investimentos relacionados, classificando-os em dois períodos: de 2004 a 2007, e de 2009 a 2015. Essa divisão corrobora o ponto de inflexão que houve no programa a partir de 2008 que, conforme Diniz (2012), também pode ser apontado pela instituição do programa por meio do decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008. Conforme andamento da pesquisa sobre os recursos investidos, percebe-se um aumento nos investimentos a partir de 2011 até o ano de 2016, onde teve uma queda devido as novas medidas de investimento na educação pelo então Presidente posto decorrente do impeachment da Presidente Dilma Rouseff, Michel Temer.

Figura 6: Recursos totais investidos pela Proext



Fonte: Elaborado pelo autor via CGRE/DIFES/SESu/MEC (2018)

Fraga (2012) concordando com Diniz (2012), destaca que foi no ano de 2005 que a geração de trabalho e renda em economia solidaria teve inclusão como subtema da temática 'a geração de trabalho e renda em economia solidaria teve inclusão como subtema da temática 'políticas de direitos humanos e desenvolvimento social' – eram três temáticas à época– e que em

2006 se torna uma das 12 linhas temáticas contempladas pelo edital. Fraga continua discursando que:

Em 2007 são 6 temáticas e a geração de trabalho e renda em economia solidária é uma delas. Em 2009 há uma nova redução nas temáticas contempladas (de 6 para 4 apenas) e a geração de trabalho e renda ganha foco no processo de incubação com o nome de 'Trabalho, Emprego e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários'. Em 2010, há um aumento para 10 temáticas (acompanhando a diversidade de parceiros no âmbito do Proex) e a geração de trabalho e renda se mantém, agora mais diretamente ligada as incubadoras, é denominada de 'Geração de Trabalho e Renda por meio da Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários'. (FRAGA, pg 74, 2012).

Atualmente, em especial no campo do trabalho, a sequela da globalização neoliberal tem sido nefasta, e assim sendo, entra o cooperativismo se apresentando como forma de atenuar estes efeitos e gerar possibilidade de recuperação de renda e a dignidade dos trabalhadores.

Percebeu-se nitidamente por essas medidas e intervenções que é através da união de pessoas e, com estratégias bem delineadas e construídas à luz dos princípios cooperativistas, as dissoluções seriam alcançadas com mais humanidade. Dessa maneira, para melhor distribuição e instrumento disciplinador do crescimento socioeconômico, entra em pauta o pensamento cooperativista e uma economia solidária (OLIVEIRA, 2003).

3.2 – O PENSAMENTO COOPERATIVISTA E UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Bialoskorski Neto (2006) assinala que o cooperativismo e as formas de cooperação são algo muito antigo na história da humanidade, há registros sobre a cooperação e a associação solidária desde a Pré-História da civilização, em tribos indígenas ou em antigas civilizações como os Babilônicos. Porém, o pensamento cooperativista que assumirei aqui é aquele que ressurgiu em disputa com o regime extremista e liberal ocorrido durante na Revolução Industrial, onde trabalhadores se organizaram para se reintroduzirem ao sistema socioeconômico que tomou corpo à época. Autores como Singer (2002), Tauile & Debaco (2002), Bialoskorski Neto (2006) e Vicentio (2001), indicam que a primeira experiência concreta desse modelo de cooperativismo foi na fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (*Rochdale Society of Equitable Pioneers*), na cidade de Manchester na Inglaterra.

Nesse sentido, Singer (2002) justifica que essa demanda ocorreu, também, pela gigantesca exploração à força de trabalho que se deu quando essas necessitaram sobreviver ao perderem suas terras, quando foram retirados de maneira forçada dos domínios senhoriais que, muitas vezes, se transformaram no proletariado moderno. Associado a esse fato, coloca-se também o desenvolvimento de maquinários a todo vapor, que gerou um acelerado aumento na produção e no capital que essa geraria, e como reaplicá-los em novas máquinas, levando a novas áreas da mecanização e monetização do setor metalúrgico, conduzindo a expansão dos setores de transportes. Essa necessidade de ampliação sem conscientização com a sociedade que periferia a isso, levou as massas a uma realidade de pobreza e submissão onde muitos trabalhadores eram ‘enjaulados’ numa jornada de trabalho sem descanso de 17 horas diárias, e não contavam com nenhum benefício social, levando uma sociedade desigual à miséria.

Interessante pontuar que o alvorecer dessa revolta se deu pelo gargalo reprodutivo que era consequente da desnutrição de direitos e aspectos técnico-sociais desses trabalhadores, tal como pontuado por Singer (2002, pg 24) quando ele descreve que:

“A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar. Por isso, industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas”.

O pensamento Owenista, segundo Singer (2002) e Bialoskorski Neto (2006), constituía no entendimento de que o homem é resultado de seu meio social e, desse modo, a maneira mais eficiente para transgredi-lo é na modificação do meio coletivo ao qual ele é resultado. Desse modo, ele (Owen) sugeria que essa transformação tinha de ser de forma pacífica, caminhada conforme a realidade ia se ajustando, de modo a combater as injustiças sem que nenhum membro do corpo político ou do sujeito em transformação sofresse com a mudança. Singer (2002, pg. 25) descreve esse pensamento pelo plano apresentado por Owen ao governo Britânico:

Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento dos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados.

Influenciados por esses apotegmas, diversas experiências iniciais de cooperativas tentaram se organizar, sendo por grupos de trabalhadores desempregados de um mesmo segmento ou de trabalhadores que não conseguiram se encaixar no sistema. Contudo, não obtiveram sucesso devido às condições políticas desfavoráveis e, principalmente, pela forma como estas eram criadas (BIALOSKORSKI NETO, 2006). Nesse sentido, foi no decurso da Revolução Industrial que insurgiram os pensamentos sobre cooperação e mutualidade pregadas por Robert Owen e Fourier, que propuseram condições socioeconômicas favoráveis ao desenvolvimento das sociedades cooperativistas.

O primeiro armazém equitativo abriu suas portas em 21 de dezembro de 1844 com um capital emprestado pelo Sindicato dos Tecelões em Rochdale, cidade britânica ao noroeste de seu país, onde 28 operários, que em sua maioria formavam-se de tecelões, finalmente conseguiram assentar em atividade um empreendimento que, de acordo com Singer (2002), a história vem a registrar documentalmente como marco inicial do cooperativismo ao qual estamos pontuando. Os pioneiros de Rochdale inauguraram um armazém, organizado e regido por normas estatutárias que, segundo Bialoskorsi Neto (2006), Singer (2002) e Tauile & Debaco (2002), objetivavam, em suma:

Quadro 2 – Normas estatutárias do Armazém dos Pioneiros de Rochdale

Objetivo I	Formação de capital para emancipação dos trabalhadores mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentício.
Objetivo II	Construção de casas para fornecer habitação a preço de custo.

Objetivo III	Criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que fosse indispensável aos operários desempregados ou que recebiam baixos salários.
Objetivo IV	Educação a luta contra o alcoolismo
Objetivo V	Comercialização (compra e venda) somente a dinheiro, para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, e evitando o crédito, que considerava um “mal social”.
Objetivo VI	Cooperação integral

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Singer (2002); Bialoskorsi Neto (2006) e Tauile & Debaco (2002).

No ano posterior ao seu surgimento, a quantidade de sócios havia ascendido para 74, o que oportunizou pensar sobre como seriam essas divisões e princípios de uma cooperativa, resultando no Quadro 3 a seguir. Em 1849, o *Rochdale Savings Bank*, banco esse que ajudava nos financiamentos da comunidade local faliu, cometendo com que os Cooperativistas de Rochdale aceitassem empréstimos de qualquer sócio que despusesse, e os remuneravam a uma taxa de juros anual de 10%, relativamente alta na época – e também para os dias atuais – assumindo também um papel do banco que fechou. Com a ampliação do conjunto social, os Pioneiros incidiram a oferecer novos serviços, além da venda a varejo de bens.

Quadro 3: princípios de Rochdale que foram imortalizados como os princípios universais do cooperativismo

Princípio Universal I	Que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa.
Princípio Universal II	O número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir.
Princípio Universal III	Sobre o capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa.
Princípio Universal IV	As sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa.

Princípio Universal V	As vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista.
Princípio Universal VI	Os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados).
Princípio Universal VII	A cooperativa se empenharia na educação cooperativa.
Princípio Universal VIII	A cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Singer (2002).

Em 1850, os Pioneiros lideraram a constituição Moinho de Trigo Cooperativo de Rochdale, que ampliou suas atividades ininterruptamente até 1906, quando foi absorvido pela Sociedade Cooperativa Atacadista (SINGER, 2018).

Abrangendo essa experiência que estava dando frutos, em meados 1863, 48 cooperativas do norte da Inglaterra formaram a Sociedade de Depósito e Agência Cooperativa Atacadista, que abriu seu primeiro armazém em Manchester no ano seguinte. Em 1864, a Sociedade tinha 18 mil membros das cooperativas filiadas. O número de cooperativas sociais aumentou menos (se comparado ao cooperativismo de consumo atacadista), passando de 971 para 1.439 nesse período, mas o seu movimento comercial cresceu mais, passando de 15,5 milhões para mais de 50 milhões de libras. Em média, cada cooperativa tinha 563,3 membros e movimento em média de 16 mil libras em 1881 e 1.186 membros e 34.746 libras em 1900. (SINGER, pg. 50, 2018)

Como nos manifesta a história, foi em uma atmosfera de dificuldades e de disputas que as ideias cooperativistas se firmaram como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que as transformações causadas pela revolução industrial submeteram os indivíduos da época abrindo espaço para um reencontro humanístico pelo pensamento cooperativista.

Para Oliveira (2003), esse pensamento com um corpo popular para os dias atuais abre e amplia discussões em aspectos econômicos (exercício dos princípios da cooperação),

administrativos (autogestão) e políticos (lutas da emancipação e transformação sociocultural), ao se moldarem em três principais correntes: (1) O cooperativismo representando um fim em si; (2) O cooperativismo para robustecer o liberalismo; (3) O cooperativismo como um instrumento para negar a ordem liberal e servir como alternativa aos efeitos negativos causados pelo capitalismo globalizado. O Autor ainda

Essa cooperação é compreendida como algo que privilegia a autogestão dos negócios e a distribuição coletiva dos resultados da produção também coletiva, exercitada pelos membros das cooperativas populares. Neste sentido, o cooperativismo popular se apresenta como um dos campos onde se pode constatar a formação, construção e o desenvolvimento de capital social, principalmente se este se apresenta como cimento das redes que são articuladas pelas mais variadas experiências de buscas da minimização da exclusão social e falta de trabalho, cujo desenvolvimento tem reforçado a sedimentação da economia solidária no Brasil (OLIVEIRA, 2006 p. 4).

Compensa assim a formação do que foi intitulado na Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, em Lisboa no ano de 1978, o propósito de Autogestão, que, em suma é:

a construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e de controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos se encontram nas mãos dos produtores- -cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (CONFERÊNCIA, 1978)

Vasconcellos (2011) posiciona que se posto uma visão sobre a ideia de autogestão e o cooperativismo, pode-se acreditar que esses experimentos são vistos desde a luta histórica da classe trabalhadora, o que conseqüentemente descortina um campo em disputa onde se confrontam diferentes projetos societários que contribuem para a formação de um novo processo de transformação: a Economia Popular e Solidária.

3.2.1 - A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

De acordo com o professor Paul Singer (2000; 2001; 2002a), as ideias e princípios da economia solidária surgem dos ensaios das cooperativas e do pensamento cooperativista dos

trabalhadores Ingleses sob a Revolução Industrial, de atitude à resistência ao novo modelo que se instaurava, como citado no capítulo anterior. Logo, por definição e também dialogando com o Professor Singer, a economia solidária é, segundo Tauile & Debaco (2002, pg. 68):

"o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Tolerar ou mesmo estimular a formação de empreendimentos alternativos aos padrões capitalistas normalmente aceitos, tais como cooperativas autogeridas é, objetivamente falando, uma forma de reduzir o passivo corrente que se materializa em ondas crescentes de desemprego e falências. (...) Tais empreendimentos encontram potencialmente no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo. Enquanto no a competitividade é obtida através das economias de escala e de uma crescente e do trabalho associadas a linhas produtivas rígidas – automatizadas ou não –, na nova base técnica que está se configurando, uma importante fonte de é a flexibilização.

Porém, é importante pontuar que no Brasil, assim como em toda a América Latina, segundo os autores Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), a economia solidária possui antecedentes longínquos, notadas desde a formação sociocultural dos indígenas pré-colombianos, como também pelos preceitos coletivos adotados pelos escravos que se viam libertos ou foragidos do sistema escravocrata, reconhecidos como quilombolas. Contudo, segundo Singer (2002b), a ideia de cooperativismo dentro da estrutura ocidental mais comumente trabalhada, vem para o Brasil no começo do século XX, trazido pelos emigrantes europeus em forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo. Todavia, Veronese *et al* (2017) dialogando com Singer (2001) aponta que o termo economia solidária auferiu visibilidade e oficialidade no Brasil nos anos 1990, ao passo que foram aparecendo iniciativas econômicas que podiam ser reconhecidas por ter uma natureza associativa com práticas de cooperação e autogestão, ancorados aos princípios utópicos do socialismo.

Mas para que isso tomasse força e expressão, é necessário entender o contexto pelo qual estava passando o país. Vechia *et al* (2011) descreve sobre a década anterior a ‘ressurreição da economia solidária’⁸, a dos anos 80, onde tais anos podem ser caracterizados por uma economia

⁸ SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

estagnada e também por uma agitação que estava acontecendo dentro dos movimentos sociais, devido a uma enorme crise interna resultante da dívida externa e das sequelas pós ditatoriais, que atingiu não só o Brasil quanto a quase toda a América Latina.

A soma desses intérpretes fez-se com que os sindicatos, influenciados por um sistema de ideias trabalhistas diversas, dessem forças a um movimento de esquerda que oportunizou um partido socialista democrático, uma central sindical de esquerda, (a CUT – Central Única dos Trabalhadores, hoje não mais atuante) entre outros movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A pressão desses movimentos criou uma redemocratização que se estendeu de 1985 até 1988, ano esse que foi aprovado uma constituição de viés socialdemocrata, o que pode ser assinalado no ano seguinte com a ascensão para o segundo turno do então candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, que sofreu uma derrota de apenas cinco por cento dos votos.

Póstumo a esses fatores, Vechia *et al* (2011) destaca que, já no início da década de 90, as esferas economicamente dominantes tiveram de reagir politicamente a esse novo despertar das ideologias de esquerda, porém, nesse novo momento, sem o apoio direto dos militares. Para isso, essas esferas utilizaram da crise que os modelos europeus de esquerda estavam sofrendo para intensificar uma proposta neoliberal, liberalizando os mercados (industrial, agrícola, de serviços, financeiro) e privatizando organizações públicas, o que automaticamente gerou uma estagnação do crescimento econômico (média de 1,6% a 1,8% na década de 80)⁹, elevando as taxas de desemprego que se multiplicaram por quase o dobro nessa década, convertendo o mercado de trabalho em uma situação de buscas a informalidade para sobrevivência, de modo a gerar uma volubilidade aos empregos formais.

A consequência disso – utilizando os estudos Vechia *et al* (2011), Fraga (2012) e Veronese *et al* (2017) – foi a perda das forças dos movimentos sociais, uma vez que não conseguiram resistir junto ao esfacelamento das categorias trabalhadoras, que se viram impossibilitadas de

9 - Para muitos economistas é considerada uma década perdida. O crescimento do PIB ao longo dos anos 80 foi de 1,6% ao ano. Pela primeira vez no século a renda per capita manteve-se estagnada por uma década inteira. Ler mais em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/economia-brasileira-decada-de-1980/69426/>

rebatem à ofensiva conservadora, que permaneceu nos anos seguintes mesmo com a queda do presidente neoliberal, por corrupção, Collor de Mello (1990 a 1992). Esse protagonismo se deu ao apoio que a elite conservou (que no caso redirecionou) para o então candidato que venceu nos dois mandatos seguintes, Fernando Henrique Cardoso, onde teve seu governo alinhado a empresários que, por medo (ou qualquer outro adjetivo que se encaixe) de uma ascensão dos movimentos sociais, tiveram uma postura radical e também personificada contra todos (ou quase todos) os sindicatos e especialmente contra o movimento dos trabalhadores sem-terra, mitificando e relativizando as suas lutas, levando com eles covardemente a esperança de mudanças políticas e sociais.

Desse modo, acompanhando os estudos de Vechia *et al* (2011), o mercado informal inflamou de maneira catastrófica, levando a uma vulnerabilidade centenas de milhares de pessoas, conforme as manchetes abaixo, fazendo com que muitos dessas demandas se abastecessem em uma, como citado pelos autores, “economia da violência e da contravenção” – definida por roubos e assaltos, sequestros, tráfico de drogas, prostituição, jogos ilegais e etc.

Figura 7 – Manchetes da década de 90 sobre o desemprego no Brasil



Fonte: Mídia Ninja¹⁰

¹⁰ http://midianinja.org/manchetes_crise_decada_90

Porém, em contrapartida a essa situação que estava tomando conta do país, surgiam trabalhadores em formação que se agrupavam para buscar soluções a fim de sair do desemprego, uns contavam com a ajuda de igrejas, organizações e apoiadores nesse sentido, de modo que foram incentivados a se compor em grupos para poder, de certa forma, competir com a realidade e mercado que os abatia, lavando a resultar em ações solidárias como associações e cooperativas.

Apesar dessa agitação social, Singer (2002b) aponta que movimentos e organizações, ainda nos anos 1980, passam a financiar grupos socialmente excluídos para que se reintegrassem economicamente na sociedade. Um exemplo a isso se pode ver nas ações da CÁRITAS, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelos Projetos Alternativos Comunitários (PACS), que instigava uma economia participativa e associativa para grupos periféricos e rurais. Outra afluência nessa década que estava acontecendo – entre mais erros do que acertos – foram as tomadas de empresas que estavam por falir (ou, dado ao contexto econômico, falidas) pelos seus trabalhadores, que retomavam as suas atividades como cooperativas autogestionária para sobrevivência e resistência ao holocausto industrial. Entretanto, o movimento se firmou em 1991 com a falência da empresa calçadista MAKERLI, de Franca (SP), que deu espaço para a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG).

Vale ressaltar também o papel do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra (MST), que durante esse período, segundo Fraga (2012), assentou centenas de milhares de famílias em terras expropriadas de latifúndios que não produziam ou foram rejeitadas, promovendo uma agricultura autogestionária em arranjo de cooperativas, concretizando o feito em meados 1990 com o Sistema Cooperativista dos Assentados de modo a incentivar uma economia mais popular. Oliveira (2006) aponta a importância das cooperativas populares na multiplicação do capital social estendido, pois se materializam na constituição de novas estratégias de ação, que são adequadas e reproduzidas a cada nova ação conjunta dessas relações. Todavia, começou-se a questionar o papel das universidades nessa situação toda, já que seu principal papel era (e ainda é) na edificação e conscientização do conhecimento, e se essa construção não era boa para

originar ferramentas sociais eficazes contra a miséria, qual seria o caminho que ela poderia responder a essa urgência? (VALENCIO *et al* 2000)

Dessa maneira, dialogando com Vasconcellos (2011), outro importante elemento na construção de uma popular e economia solidária no Brasil foi pela formação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que surgem em meados de 1995 por intermédio das Universidades, com um caráter multi/interdisciplinar, para incentivarem na organização de associações e cooperativas em eixos autogestionários, assunto que entraremos a seguir.

3.2.2 – AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES

Os trabalhadores do mercado informal, que não estão efetivamente implantados no sistema econômico protocolar, são caracterizados socialmente como marginalizados. Em decorrência disso, esse indivíduo não tem sua cidadania reconhecida já que, o fato de não estar inserido na economia formal o torna um marginal social. Por ser calhado como afastado das relações sociais, as políticas públicas não são comprometidas para a reinserção desse indivíduo, uma vez por ele não ser considerado um participante das trocas econômicas e das relações sociais. Dessa forma, grupos de trabalhadores se reúnem para unificar ferramentas para transformas essa dissociação, e a Unitrabalho foi uma experiência que entra nessa conjunção.

Guimarães (2000) narra que o surgimento da Unitrabalho foi em resposta a uma indagação do então dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente de Paula da Silva, para o papel da Universidade frente aos trabalhadores para além de triviais objetos de estudos. Destarte, em meados de 1992, reunidos sobre o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, alguns Reitores de caráter progressistas sugeriram a criação da rede interuniversitária que iria reunir grupos dentro dos Campus que estariam dispostos e/ou articulavam sobre as diferentes áreas do mundo do trabalho. Em 1995 eram 32 instituições associadas e no final de 1996, somavam-se 61.

Segundo Cunha (2002), com a afirmação em associação de mais de 61 universidades, partiu-se então para o plano de institucionalizar essa rede interuniversitária, tendo em frente um dos seus principais idealizadores da Unitrabalho, o ex-reitor da UFSCar, o prof. Nilton Lima. O

Autor ainda completo que a instauração da Unitrabalho constituiu, juridicamente, uma rede de caráter nacional com fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Oficialmente, foi fundada em 1996.

Singer (2000) relata que:

“(…) em 1997, a Fundação Unitrabalho, recém-criada e ainda em processo de implantação, tomou a decisão de criar em seu seio um grupo de trabalho de Economia Solidária, convidando para coordená-lo o Prof. Cândido Vieitez da UNESP, Prof. Newton Bryan, da UNICAMP e a mim da USP. Aceito o convite, formamos uma pequena equipe que passou a fazer seminários sobre Economia Solidária e a procurar fazer contatos, tendo em vista realizar um amplo levantamento sobre sua realidade no Brasil. Neste sentido, ainda no terceiro trimestre de 1997, o GT de Economia Solidária convocou uma primeira reunião plenária nacional (...). A esta reunião comparecera colegas da UNITRABALHO de todo o país e foi esclarecedor ouvir os relatos sobre cooperativas de novo tipo que estavam se formando em muitos estados (SINGER, 2000, p. 3).

É sobre esse contexto de mobilização de diversos setores da sociedade diante das então recentes mudanças no mundo do trabalho, junto do ressurgimento da alternativa do trabalho coletivo e autogerido, que surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

A pioneira nasce entre os anos de 1995 e 1996, no Rio de Janeiro, pelo programa de extensão universitária que leva o título de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A princípio, pode-se definir ITCP como uma integração acadêmica de modulação interdisciplinar, onde tem por principal objetivo a interação da Universidade com grupos populares pelo empreendedorismo social economicamente solidário e de forma coletiva – autogestionária –, onde a participação da incubadora nesse contexto é o de apoiar o desenvolvimento e a consolidação desses empreendimentos, aproximando a Universidade dos setores populares pela troca de conhecimentos.

A discussão se que instaurava sobre as ações da COPPE vinham da velha pergunta sobre as possibilidades da Universidade poderia sobre esse cenário, especialmente o que circundava o *campus* na cidade do Rio de Janeiro. Alternativas já tinham sido procuradas e a que estava em moda à época – para facilitação de recursos e etc. – eram as incubadoras de empresas. Porém,

essa estrutura não cabia aos grupos sociais que se pretendiam atuar e/ou tampouco às fôrmas esquemáticas que essas desenvolviam, logo, não se pensou numa incubadora, mas numa ‘incubadora popular’. Naturalmente, ela haveria de ser uma incubadora ‘tecnológica’, porque se deve compreender que a tecnologia não está exclusivamente a serviços de poucos, ou apenas atribuídas nos formatos hegemonicamente construídos. Para fins jurídicos, as assessorias deveriam ser destinadas a cooperativas, pois, esta era a forma mais acessível para os grupos de trabalhadores que precisavam dispor uma empresa e não possuíam capital; além do mais, o caráter igualitário das origens do cooperativismo se prestava muito bem à ideia (SINGER, 2000). Assim, surge o projeto extensionista intitulado de incubadora tecnológica de cooperativas populares.

Uma vez que essa experiência estava dando certo, as ITCPs da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal Rural do Pernambuco (UFRPe), Universidade Estadual da Bahia (UNEB) a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), inspirados pela experiência da ITCP do UFRJ, criaram, juntas, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (REDE), no ano de 1998.

No ano seguinte, a REDE foi convidada – e ela aceitou o convite – a fazer parte de uma rede mais ampla, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (a já citada Unitrabalho), constituindo-se como seu “Programa Nacional De Incubação De Cooperativas Populares – REDE DE ITCPs”. Esse projeto originou-se por um convênio entre a Unitrabalho com a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (*Interchurch Organization for Development Co-operation – ICCO*). (GUIMARÃES, 2000)

Outro passo que impulsionou a difusão das ITCPs foi o aparecimento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – o PRONINC. Segundo FRAGA (2012), já na sua primeira edição, que durou entre 1998 e 2000, o PRONINC financiou a formação e a consolidação das pioneiras da REDE (UFRJ, UFC, UFJF, UFRPe, USP e UNEB). Os recursos eram provenientes da Fundação Banco do Brasil e da já referida FINEP. Esses três fatores – a

formação da REDE UNITRABALHO, seu ingresso na UNITRABALHO e o financiamento proporcionado pela 1.^a edição do PRONINC – impulsionaram o crescimento do número de incubadoras.

Contudo, no ano de 2002, a REDE deixou de ser parte da REDE UNITRABALHO por dissensões entre as coordenações sobre a execução do projeto da ICCO e o controle dos recursos, aflorando as diferenças mais profundas que havia entre as duas redes. A Coordenação da UNITRABALHO acusava a REDE de paralelismo e de excessiva autonomia, e em reação, a REDE queixava-se do tentamento da UNITRABALHO de exercer controle sobre as incubadoras e de financiar sua estrutura burocrática com recursos de projetos, que deveriam financiar as incubadoras e não a Fundação (VECHIA *et al*, 2011).

O ano de 2002, porém, foi um ano em que outra mudança conjuntural importante alterou os rumos da construção da REDE DE ITCPs: foi o ano em que Lula – treze anos e três eleições após a sua primeira tentativa – foi eleito presidente da República. Foi nesse contexto que se criou, em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que foi entregue ao ilustre Professor e coordenador da ITCP-USP, Paul Singer.

Logo depois de criada a SENAES, o PRONINC foi revivido por iniciativa da FINEP e teve sua 2.^a edição, tornando-se um dos mais importantes programas da secretaria e permitiu o funcionamento de 33 incubadoras entre 2005 e 2007, organizadas em duas redes, que foram todas incorporadas ao PRONINC. No mesmo ano, o PRONINC deu apoio material a todas as incubadoras, tanto para dar continuidade à incubação, como para ajudar a criar novas incubadoras. (SINGER, 2007)

Vechia *et al* (2011) cita que uma 3.^a edição do PRONINC (2009-2010) financiou atividades em 64 incubadoras, das quais 40 faziam parte da REDE.

Esse arranjado, segundo Fraga (2018), se espalhou aos institutos de ensino superior, sendo que até os dias atuais, foram construídas mais de 100 incubadoras por todo o país, de modo a se organizarem nas duas redes descritas: a UNITRABALHO e a REDE (Rede Universitária de ITCPs).

Santos e Cruz (2008) interpreta que o maior diferencial que as ITCPs agregaram à extensão foi o descortinamento da óbvia relação que deveria existir entre o campo das atividades da extensão junto das incumbências da pesquisa acadêmica, podendo aglomera-las em função das necessidades sociais identificadas, em função da lógica sistemática da ciência pela busca de respostas às perguntas colocadas pela sociedade e captadas pelo processo de extensão. Além, ainda dentro dos estudos dos autores, o alcance das possibilidades interdisciplinar, já que o âmbito que abrange uma ITCP ultrapassa o descritivo e narrativo de apenas uma área do conhecimento.

Logo, contemplando desses pensamentos junto de outros como da pedagogia do oprimido (de Paulo Freire) e da tecnologia apropriada (de Amílcar Herrera), o intuito de assentar o conhecimento arrolado as universidade para serviço de grupos excluídos, permanecerá despertando a vontade da mobilização de muitos atores, internos e externos, das universidades latinas, assim como aconteceu na construção e disputa por espaços da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá (INTECOOP/UNIFEI).

4 – CARACTERIZANDO A ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO: UMA PERSPECTIVA SOBRE A TRAJETÓRIA DA INTECOOP/UNIFEI PELA INTERAÇÃO DE SEUS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E PARTICIPANTES SOCIAIS

Entre as montanhas do sul de Minas e ao vale que faz parte da Serra da Mantiqueira, encontra-se a cidade de Itajubá, encontrada pelo pároco Lourenço da Costa Moreira em meados início do século 18, onde leva esse nome dado à palavra indígena *Itagybá*, que significa “Rio das pedras que do alto cai”, cedido em alusão às cachoeiras que a cidade possui.

A população aferida em 2017, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 97000 habitantes e o índice de desenvolvimento humano (IDH) está estimado em 0,815. Possui uma população predominantemente urbana, com 92% dos habitantes vivendo em sua região urbana e o restante dos 8% habitando a zona rural.

Observado as possibilidades apresentadas pelo espaço geológico que a cidade possui e possuía na época, em 23 de novembro do ano de 1913, o então advogado Thoedomiro Carneiro Santiago trás para a cidade o que seria a gênese da UNIFEI, conhecido como Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá- IEMI, que teve o reconhecimento oficial datado no ano de 1917. Passando-se 23 anos como IEMI, em 1936 o instituto leva o nome de IEI (Instituto Eletrotécnico de Itajubá) para apenas em 1956 ser componente de uma instituição federal.

Dentre as denominações mais conhecidas da universidade, o nome EFEI (Escola de Engenharia de Itajubá) só foi institucionalizado em 1968, para que apenas no dia 24 de abril do ano de 2002 concretiza-se com o atual nome, advindo pela lei nº 10.435: Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI.

Atualmente segundo os registros¹¹ da universidade, ela conta com dois Campus, um na cidade de Itajubá/MG e outro na cidade de Itabira/MG, somando os dois juntos uma média de

¹¹ <https://unifei.edu.br/apresentacao/unifei-em-numeros/dados-gerais/>

462 docentes e 7951 alunos de graduação e de 1042 alunos de pós-graduação, entre eles *sensu stricto e lato stricto*.

No ano de 2007 foi instalada dentro da universidade a primeira sede da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INTECOOP, que tinha por principal objetivo a ideia de fomentar os princípios da economia solidária, de modo a tanto incentivar a formação de movimentos populares arrolados ao associativismo e ao cooperativismo como também a autogestão da população Itajubense que se encontra mais vulnerável por meio de uma nova perspectiva de geração de trabalho e renda.

Na disposição de trazer um olhar sobre como foi o desenrolamento da construção da INTECOOP/UNIFEI, é relevante assentar dois pontos importantes nessa introdução: o primeiro, em linhas gerais, como é a definição dessa incubadora comumente encontrada em websites ou, até mesmo, para a pró-reitoria de extensão da universidade. Já a segunda parte dessa introdução será uma passagem, sucinta, de como foi feito o constructo da história traçada que será apresentada e quais as razões que levaram a sua divisão por etapas.

Partindo disso e abarcando o primeiro ponto, observamos que segundo os sites oficiais da Universidade Federal de Itajubá¹² e da Prefeitura Municipal de Itajubá¹³, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNIFEI (INTECOOP/UNIFEI) se organizou com a finalidade de mobilizar grupos populares por meio do trabalho coletivo e auto-organizado, com incentivo à pluralização das alternativas econômicas como forma de promover a cidadania pelos princípios da economia solidária.

Dentre as diretrizes e caminhos principais da economia solidária, a UNIFEI coloca como eixo principal dentro do seu site os seguintes dizeres:

"Economia Solidária é um jeito bem diferente das pessoas se organizarem em torno do seu trabalho e dos benefícios que este pode produzir. É um movimento de organização de homens e mulheres que, a partir do trabalho coletivo, passam a desenvolver formas de geração de renda, onde todos e todas têm suas necessidades satisfeitas e o uso dos recursos naturais é feito de forma responsável e consciente. Na economia solidária, o trabalho não tem patrão e empregado.

¹² <https://unifei.edu.br/extensao/empreendedorismo-e-inovacao/intecoop/>

¹³ <http://www.itajuba.mg.gov.br/smict/intecoop.php>

Os produtores e produtoras solidários se organizam em sistemas de autogestão. Ou seja, todos são responsáveis pelo empreendimento, todos decidem em conjunto e se beneficiam igualmente dos frutos gerados pelo mesmo. Esses empreendimentos podem ser legalizados em forma de cooperativas, associações, empresas solidárias, etc, desde que valorizem e estimulem a participação de cada produtor(a). O elemento central da Economia Solidária é a pessoa humana e o bem viver coletivo. Nela, homens e mulheres são respeitados em suas diferenças de sexo, raça/etnia, idade ou orientação sexual. Não cabem reprodução de preconceitos de qualquer natureza. Portanto, a relação é de cooperação, solidariedade e respeito entre todos e todas." (7º nota de rodapé, primeiro website apresentado)

Essa nota registrada no site da UNIFEI emite a ideia de que os valores primeiros de uma nova forma de pensar economia haviam sido pensados e entendidos ou, pelo menos, espera-se que exista um reconhecimento de quais eram as funcionalidades de uma ITCP e como ela reagiria ao modelo atual de inovação e desenvolvimento, interagindo com as mazelas sociais e as adjacências da Universidade.

Atualmente (2019) a INTECOOP/UNIFEI é representada pela Gestora Ambiental e Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, Tayrine Parreira Brito, que substituiu em setembro a então Engenheira e Doutora em Políticas Científicas e Tecnológicas, Bruna Vasconcellos, que entrou por intermédio do processo seletivo para assessor(a) no início do ano de 2018. A incubadora possui atualmente três bolsistas que foram contemplados pelo EDITAL N° EDITAL N° 01/2019/UNIFEI/PROEX, sendo eles XXXX,XXXX,XXXX. Além desses discentes, alguns voluntários extensionistas fazem parte desse time, entre eles XXXX. A incubadora possui seu escritório vinculado a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Itajubá (INCIT), localizada no Prédio Central e Histórico da UNIFEI, situado no centro da cidade de Itajubá, e uma sede para articulação de todos os membros que se encontra no Campus Prof. José Rodrigues Seabra, a atual sede principal da Universidade.

E, dessa, pensou-se baseado nos modelos de outras incubadoras em como iria desenvolver uma metodologia, seja dentro dos espaços ofertados pela universidade, ou nos espaços grupos assessorados. Essa metodologia, que está (e provavelmente sempre estará) em desenvolvimento, pode ser notada na figura 8 abaixo. Contudo ressalvemos que ela é um ideal que a incubadora tenta traçar, mas em muitas vezes ela não se mostrará exatamente conforme desenhado.

Figura 8: Metodologia de incubação INTECOOP/UNIFEI



Fonte: Metodologia INTECOOP/UNIFEI

Nesse sentido, para melhorar as atividades, durante esse percurso a INTECOOP/UNIFEI se propôs a criar eixos de parcerias com grupos de influência sociais no raio perimétrico da região de Itajubá, com o objetivo, não só de transpor os muros da universidade, mas também de ter uma maior projeção de grupos potencialmente formados para incubação. Dessa forma, além do suporte da UNIFEI referente à infraestrutura e recrutamento de servidores técnico-

administrativos com dedicação exclusiva e de um docente com dedicação parcial no plano inicial do projeto, a INTECOOP/UNIFEI inicialmente formou parcerias com a Prefeitura Municipal de Itajubá (PMI), para eventualmente ir ampliando isso, até atingir a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES) a Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá (FEPI), de modo que essas instituições contribuíssem tanto no orçamento para promoção de uma equipe atuante, como na oferta de lugares para atividades de capacitação (como os Centros Vocacionais Tecnológicos),

Dado a essas introduções sobre como se dispôs a incubadora, entra-se agora em como essas estruturas foram se dialogando.

Para tanto, os próximos subcapítulos serão divididos em sete momentos fundamentais. O primeiro momento é uma relação dos dois primeiros anos, que foram os de 2006 e 2007. Neles, serão narrados quais os campos de interesses que foram surgindo na construção da incubadora. O segundo momento reescreve como a incubadora se desprende da sua demanda inicial e se aventura em novos desafios, e esses foram divididos em dois anos também, os de 2008 e 2009. Já o terceiro momento, explana como foi esse crescimento, tanto da INTECOOP/UNIFEI como dos empreendimentos assessorados, de modo que oportunizou uma maior ampliação do projeto, abraçando valores essenciais da economia solidária, que foram os anos de 2010 e 2011.

Após esses momentos, o quarto se caracterizará em três anos, 2012, 2013 e 2014. Ele aponta como os desafios foram se encorpando e tomando forma, e uma vez tendo um posicionamento político em disputa, abre-se uma arena e começa-se a ocupação e desocupação de espaços, que se dividem entre os poderes públicos, os empreendimentos e a incubadora. Resultante a isso, entra-se no quinto momento, onde os registros se perderam e apenas se materializam por relatos de participantes desses dois anos, os de 2015 e 2016.

Na retaguarda disso, movimentos foram acontecendo que, a partir de 2017 e fortalecido no ano de 2018, a incubadora retoma força e reivindica seus espaços, junto de seus grupos assessorados e de vários outros parceiros que acreditam nesse projeto. E esse, pode ser visto como o sexto momento.

E, para finalizar esse decoro temporal, entra-se no ultimo momento, o ano de 2019 – ano marcado por reviravoltas políticas, união da diversidade e uma reciclagem de posicionamentos políticos, econômicos e sociais: onde ninguém pode soltar a mão de ninguém.

4.1 –2006 E 2007: ENTRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, UMA DEMANDA E VÁRIOS INTERESSES.

O nascimento da INTECOOP/UNIFEI se deu, num primeiro momento, em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, uma vez que essa última auxiliou, em 2006, a participação da UNIFEI na encomenda pública do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)¹⁴. Esse programa foi criado em 1997 tendo como signatários a FINEP, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida, e sua finalidade, conforme o Decreto 7.357¹⁵, era no fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, buscando atingir os objetivos como a geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho com foco na autogestão; construção de referencial conceitual e metodológico; articulação e integração de políticas públicas; desenvolvimento local ou territorial; formação de discentes universitários em economia solidária; criação de disciplinas, cursos, estágios e diversas outras ações para a disseminação da economia solidária na sociedade

Desse modo, a Universidade Federal de Itajubá foi contemplada no início de 2007 com os recursos básicos para instalação e capacitação. Contudo, é importante ressaltar que a INTECOOP/UFJF já havia sido criada em 1998 durante a gestão da então reitora à época, Prof.^a Margarida Salomão, sendo umas das primeiras ITCPs que surgiram no Brasil e tinha como uma de suas principais âncoras contribuir com a formação de outras incubadoras (GUERRA, 2010), caso esse que aconteceu com a incubadora da UNIFEI.

Nesse sentido, voltando a atenção para a INTECOOP/UNIFEI, quem assumiu a sua coordenação naquele momento foi o Prof. Paulo Roberto Labegalini, que também tinha o cargo

¹⁴ <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/proninc>

¹⁵ <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/proninc>

de Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU), departamento este que se chama atualmente Pró-reitoria de Extensão (PROEX).

Dentre os novos recursos que haviam sido destinados para a incubadora no ano de 2007, a primeira associação a ser assessorada foi a ACIMAR (Associação Dos Catadores Itajubenses De Materiais Recicláveis), que veio sob demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itajubá (SEMMAI).

Essa relação teve seu pontapé uma vez que a SEMMAI tinha consigo os dados de alguns catadores que atuavam no lixão municipal ao qual estava em processo de fechamento, e assim, necessitavam de alguma alternativa para os indivíduos que ali atuavam, o que aparentemente segundo os dados de Pinheiro (2010) foi corriqueiro na construção de alguns processos de assessoramento para grupos de catadores, além da pressão governamental sobre novas legislações que estava em processo de outorgar, que, em muitos sentidos, era referente a esses grupos e serão discutidas nos parágrafos a seguir.

Para, além disso, Guimarães (2015) relata que umas das principais motivações que levou a criação da ACIMAR para o processo de colaboração estrutural foram as péssimas condições que os catadores levavam e a falta de organização que eles se submetiam, como visto na entrevista feita com o então presidente da ACIMAR, o Sr. Lucas Jacinto dos Santos, publicada pela dissertação de Guimarães (2015), onde o mesmo afirma que antes do início da participação do grupo pela INTECOOP/UNIFEI no ano de 2007, as afirmações indenitárias, sociais, profissionais e políticas que envolviam todos os atores que compunham a classe de catadores de materiais recicláveis no município eram ignoradas e negligenciadas, não só pela sociedade que a cercava, mas também pelo poder público local.

Nesse mesmo ano se deu uma iniciativa do Governo para a instituição da nova Política Nacional de Saneamento Básico, que carregava consigo a Lei nº11445/07, que tem por diretriz a dispensa de licitação quando se tem a contratação de associações e ou cooperativas de catadores para realização de coletas, desde o seu processamento até a sua comercialização, tanto por resíduos sólidos recicláveis ou resíduos reutilizáveis (MTE, 2018).

No entanto, antes disso, é interessante pontuar que em 2006, segundo o MTE (2018), o Governo Federal designou que todos os resíduos sólidos de qualidade reciclável que fossem cometidos por órgão federais tivessem de ser separados diretamente na fonte, especificados no Decreto 5940/06 (BRASIL, 2006), de maneira que seu destino seguisse para associações e cooperativas de catadores. Segundo o § 3º desse mesmo Decreto, uma Comissão para a Coleta Seletiva Solidária de cada órgão ou entidade da administração pública federal, direta e indiretamente, apresentaria uma relatoria, semestralmente, ao Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. Muitos desses novos andamentos foram em resultado da *Marcha em Brasília* organizada pelo Movimento Nacional de Catadores Materiais Recicláveis (MNCR), onde aproximadamente 1200 catadores e catadoras levaram suas demandas para o Governo Federal, exigindo a criação de postos de trabalho em cooperativas e associações de bases orgânicas para o movimento, iniciativas de políticas públicas, entre outros pontos como saneamento, incentivo e etc.

A interferência dessa legislação serviu como um grande ator para a instalação da INTECOOP/UNIFEI (tanto quanto para outras ITCs), pois agora o descarte vinha atrelado a multilateralidade e a necessidade de arranjo desses sujeitos, consensualmente entendidos sob três principais pilares: ambiental, social e econômico. E é exatamente neste cenário que se insere a implantação de novas medidas para que sejam contempladas a coleta seletiva e a organização da mesma, somando-se aos princípios e metas estabelecidos pela Agenda Ambiental Da Administração Pública.

Ancorando isso e a todas as lutas articuladas do MNCR desde a Carta de Brasília em 2001, documento esse que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis, submete-se a uma ideia de quão esses atores – as catadoras(es) – foram negligenciados até o momento dessa firmação legal, e como a preocupação se fez apenas advinda de um movimento federal que teve como gênese a preocupação sanitária e, para depois, pensar na condição que essas pessoas se encontravam e como seria a contrapartida social nesse sentido.

Isso se faz claro, ao menos no que compete aos catadores, ao ver o ‘CAPÍTULO VI DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS’ da Lei 11445 (BRASIL, 2007), onde tais condições se concentram:

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços

(...)

Art. 35. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 36. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

(...)

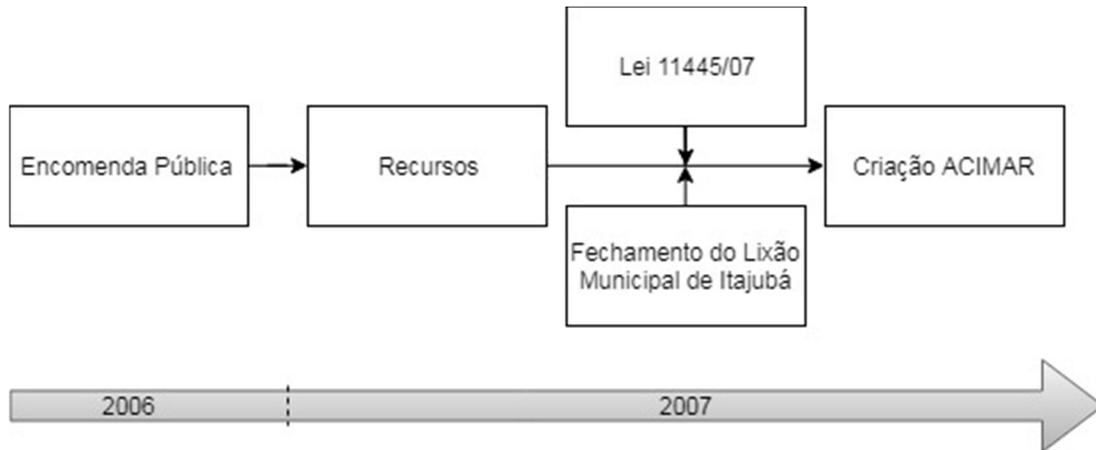
Art. 42. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

Contudo, a atenção necessária que de fato iria contemplar as reais necessidades e gerar regulamentos para com os grupos de catadores(as), se deu apenas no ano de 2010 quando o Brasil sancionou a Lei 12.305/10, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), tendo como princípios o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e promotor de cidadania – que será mais bem discutida e relacionada com a incubadora adiante.

Voltando para a abertura da ACIMAR, outra condição, além das já citadas, que foi propícia e de interesse municipal, junto da normatização que o governo Federal publicou, foi o fechamento definitivo do lixão da cidade de Itajubá no ano de 2007.

Logo, nesse primeiro momento, conseguimos montar o primeiro fluxograma temporal dos acontecimentos da INTECOOP/UNIFEI, que seguem na Figura 9 a seguir:

Figura 9: Diagrama temporal de 2006 e 2007 da INTECOOP/UNIFEI



Fonte: Elaborado pelo autor

Nesse sentido, dialogando com Sachs (2008), percebe-se que a construção inicial do projeto partiu de uma relação de mútuo interesse entre os participantes, já que sua elaboração vem de um proposto contexto nacional.

Posto esse novo cenário junto do fechamento dos lixões com a instituição da Lei 11445/07, o Município de Itajubá encontrava-se desorientado com relação às medidas que deveriam ser tomadas para a organização dos(as) catadores(as) que, devido a tais circunstâncias, estavam em situação de desabrigo e anseio da não adaptação com os novos modelos, tais como assinalados em todo território nacional pelos anos seguintes, segundo a Coordenadora de comitê interministerial de Inclusão Social dos Catadores, Jaira Puppim, em entrevista para o G1¹⁶. A Coordenadora também aponta nessa reportagem que nesse momento o Brasil tinha entre 800 mil a um milhão de catadores dependentes da antiga forma de coleta em lixões abertos.

Ainda que não existam registros de quantos catadores eram ativos no antigo lixão municipal de Itajubá, a não ser os dados de posse da SEMMAI que eram basicamente contato dos

16-<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/02/catadores-temem-fim-dos-lixoes-e-buscam-saida-em-cooperativas.html>

principais organizadores, sabe-se baseado em conversas com antigos(as) catadores(as) da região, que os mesmos de maneira não organizativa buscaram frente à prefeitura uma solução para o novo problema que havia os encoberto em demanda federal e, em contrapartida, a prefeitura buscou (entre outras medidas ao qual se perderam os registros) uma parceria com a Universidade Federal de Itajubá para tentar resolver essa demanda.

Importante, também, referir o artigo 50 da Lei 11445/07, onde coloca que a alocação de recursos federais e os financiamentos com recursos geridos pela União ou atuados por esta, serão feitos somente em concordância com os planos de desenvolvimento ao saneamento básico. Isso significa que, sem o plano, a União não poderia transferir recursos para os Estados e Municípios.

Heidegger (1997), em algumas de suas passagens na década de 30, já citava que era necessário que a natureza e as condições naturais se anunciassem em algum modo asseverado para que fosse requerido efetivamente um sistema de possibilidades modulado. E, nesse contexto, uma situação crítica imbricada ao conjunto político-social teve de remodelar um posicionamento frente a essa pendência, fortalecendo a ideia do que viria a ser uma economia autogestionária e popular para assegurar o desenvolvimento desses grupos. A parte desses fatos, tendo em foco o edital do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) que tinha sido promovido pela empresa pública de investimentos FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e a Fundação Banco do Brasil, a Universidade Federal de Itajubá junto da Prefeitura Municipal de Itajubá encontram uma alternativa para angariar recursos e mobilizar essas demandas que estavam surgindo, por intermédio de um convênio gerenciado pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá.

Ortega y Gasset (1965, p.74) já diziam que “no manejo constante e não deliberado das coisas circundantes se produz de pronto, por puro acaso, uma situação que dá um resultado novo e útil”, e assim, entra no cenário de Itajubá e região uma ponte que, ainda que no seu começo tenha sido conhecida como um trabalho de demanda social e assistencialista, possibilitou o fomento e de alternativas socioeconômicas para construção e/ou suporte de grupos autogestionários, que foi a INTECOOP/UNIFEI.

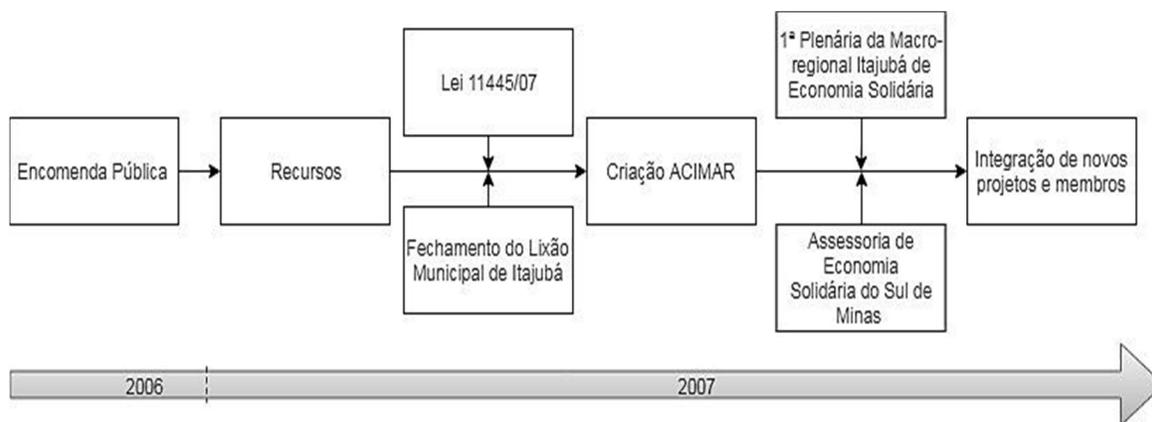
Voltando para a linha temporal, ainda no ano de 2007, em 06 de outubro, acontece em Itajubá a 1ª Plenária da Macrorregional Itajubá de Economia Solidária, promovida pela INTECOOP/UNIFEI. Segundo o jornal O Sul de Minas (2007), esse evento foi caracterizado pela participação do então representante sul mineiro de economia solidária, o Sr. Paulo César Araújo, que veio contemplar essa perspectiva para os grupos pré-organizados na macrorregião de Itajubá, e desse modo, articular junto da INTECOOP/UNIFEI novas estratégias de grupos e projetos a serem incubados.

Essa plenária caracteriza, de acordo com os documentos da INTECOOP/UNIFEI, um marco emblemático ao ter oportunizado acesso a novos grupos potenciais para ter uma participação dentro da incubadora, podendo ampliar a atuação e experimentar outras formas de associações e comunidades.

O jornal ainda afirma, entre todas as moções básicas apresentadas sobre a economia solidária, a importância das relações que estavam sendo estabelecidas no sul de minas para com o tema e como a INTECOOP/UNIFEI poderia ser um novo caminho alternativo para os grupos desenvolverem seus comportamentos autogestionários.

Logo, a nossa linha temporal ganha novo atores, como na Figura 10 a seguir:

Figura 10: Diagrama temporal de 2006 e 2007 da INTECOOP/UNIFEI (2)



Fonte: Elaborado pelo autor

Fonte:

Entre tantas burocracias de ‘como, quando, quem e o que’ seria feito com uma ITCP montada e um grupo assessorado em desenvolvimento, pode-se concluir segundo a relatoria final do projeto enviado para a FAPEPE (Fundação Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão de Itajubá) no final do ano de 2007, que existiu uma participação dinâmica e continuada para acompanhamento e incremento da incubadora, especialmente na captação de recursos.

Essa resolução se deu, pois, iniciou-se então o recrutamento de mais um novo assessor(a), estagiários(as) e bolsistas para o projeto que participava agora efetivamente do quadro de projetos extensionistas financiados pela PRCEU, uma vez que estando o projeto em andamento, era possível relatar dados e informações para desenvolvimento de um esquema cronometrado e com propriedades a fim de incrementar e expandi-lo, o que fica mais claro no ano a seguir.

4.2 – 2008 E 2009: ABRE-SE AS PORTAS E AMPLIA-SE A AUTOGESTÃO

Após uma seletiva que possibilitou um corpo maior de membros¹⁷, a primeira função que se estabeleceu dentro da INTECOOP/UNIFEI foi a de compreender e identificar como seria o desenvolvimento de uma incubadora pela perspectiva de um empreendimento econômico solidário (EES), já que, o então modelo utilizado para os conceitos de uma ‘incubadora’ dentro da universidade era os provindos da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Itajubá (INCIT), que, basicamente, assessorava novos grupos de empreendedores dando suporte a estratégias competitivas e a inovação.

Nesse sentido, segundo a relatoria de atividades apresentada por João Eduardo Hermisdorff – assessor na época – , foram necessários estudos de adequações e encontros semanais com o então único grupo assessorado (ACIMAR) e com os possíveis grupos em articulação (não foram identificados na relatoria), abordando as atividades que deveriam ser pensadas e construídas de modo horizontal e autogestionário. Ainda que esse pensamento não

¹⁷ As relatorias finais não quantificam o número exato, e os extratos enviados para observação do convênio apenas descrevem os valores totais enviados para cada dotação, e quanto foi atribuído, o que possibilita apenas caracterizar se aconteceu um aumento no número (dado ao investimento maior) e não necessariamente para quantos foram redirecionados o numerário – essa situação acontece também em outros anos, porém alguns deles são quantificados o número do pessoal em escala e posição.

estivesse sido claramente explicitado, percebe-se pela descrição da relatoria uma preocupação com o desenrolamento orgânico social e estrutural dentro das associações, já que os processos construídos anteriormente partiam de uma competitividade e individualismo entre eles, onde, ao menos na estrutura de Itajubá, não existiam parcerias entre os catadores(as), já que os compradores finais dos materiais não os diferenciavam e era cada um por si.

Essa preocupação se fez notória quando no exercício de um diagnóstico sobre o andamento técnico e social do empreendimento solidário, uma vez que as reuniões eram distribuídas em duas vezes na semana, uma para o desenrolo técnico (essencial nesse momento de formação do empreendimento, desenvolvendo a horizontalidade, qualidade, produtividade, organização do espaço, financeiro, burocrático e etc.) – todas as quartas-feiras – e outra para a compreensão social do grupo, com projetos e dinâmicas como a ‘Inclusão e Arte’, onde, segundo a relatoria, eram as catadoras(es) que direcionavam seus aspectos socioculturais para apresentações, demonstrações e também para englobar parte de quem eram para contribuir na construção do pensamento sociotécnico da incubadora, uma vez que eles eram o primeiro e até então único grupo incubado formalmente pela INTECOOP/UNIFEI.

A relatoria semestral da incubadora do ano de 2008, também reconta que após a 1ª Plenária Macrorregional de Itajubá de Economia Solidária, que aconteceu no fim do ano de 2007, fomentou o aparecimento de grupos com um evidente interesse de poder passar pelo processo de assessoria. Dentro dos grupos que participaram desse evento, conseguiu-se diagnosticar e entrar em processo de prospecção a Associação Mulheres Artesãs que era formada pelo grupo Associação Mulheres Margarida Alves (AMMA) junto do grupo Mulheres Unidas Pela Arte (MUPA), que nesse momento era uma única associação com dois ramos de atividades e que, eventualmente se separaram. Também pôde-se captar uma associação que faz parte da macrorregião de Itajubá, formada por catadores(as) da pequena população da cidade de Piranguçu, com o nome de União dos Catadores de Piranguçu – UNICAPI.

A associação ‘Mulheres Artesãs’, concretiza oficialmente suas atividades dentro da incubadora após a 1º Feira regional de Artesãos da Economia Solidária, que aconteceu em 16 de

março do ano de 2008 na Praça Presidente Getúlio Vargas, popularmente conhecida como Praça do Carneiro (devido a escola Coronel Carneiro Jr. que se aloca ali).

Nesse período, em parceria com o Diretório Acadêmico da Universidade Federal de Itajubá, a associação Mulheres Artesãs conseguiu organizar um baile em memorial do dia internacional da mulher naquele ano (08/03/08) que, por ventura, coincidiu ser num sábado, o que possibilitou a presença de muitos integrantes da incubadora e do município, gerando um público de mais de 200 pessoas. A importância desse evento se deu por ter, segundo a relatoria final do mês de março, a efetivação e criação de um caixa para fundos excepcionais da incubadora, possibilitando a I Feira Regional de Artesãos da Economia Solidária, que seria realizada na semana seguinte, especificamente no dia 16/03/08.

Após isso, o MUPA, que era um braço da associação Mulheres Artesãs nascido de uma oficina extraordinária do AMMA, resolveu se separar tanto da associação quanto do processo de assessoramento oferecido pela INTECOOP/UNIFEI, pois não encontravam (ao menos no que pôde ser registrado sobre) tempo e uma centralização do grupo para o desenvolvimento de outra associação.

Em analogia a isso, foi-se estabelecida uma parceria com o Centro Vocacional Tecnológico de Itajubá (CVT-Itajubá) para poder-se centralizar as atividades da agora Associação Mulheres Margarida Alves (AMMA) em um espaço delas, onde as mesmas associadas não só desenvolveriam seus artesanatos como também dariam aulas de artesanatos para os cidadãos Itajubenses e regionais, imbricadas diretamente pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL; 2007), que tinha como objetivo a melhoria da Educação Básica e continuada, apresentado em um conjunto de programas que visam dar consequência às metas quantitativas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/01).

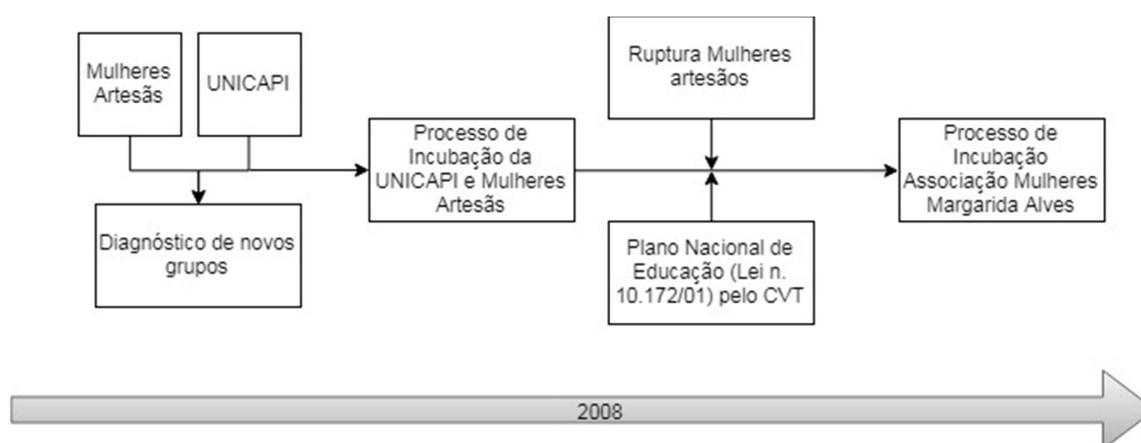
Em paralelo a esse processo de ruptura do grupo Mulheres Artesãs e das parcerias institucionais que se desenvolviam com o apoio da prefeitura municipal, outro grupo que estava em desenvolvimento na pré-incubação é a já citada UNICAPI. Essa parceria se deu, logicamente, pela instituição da Lei n°11445/07 de saneamento básico. Piranguçu, apesar de ser uma cidade

pequena nos altos de Minas Gerais, com não mais do que seis mil habitantes segundo o IBGE (2012), se mostrou interessada no procedimento de incubação, abrindo um espaço toda sexta-feira no período da tarde para discussões e aplicações do primeiro módulo do curso de formação: História e funcionamento do capitalismo.

Após a preparação do curso de formação política, que era trabalhado dentro do processo de metodologia e incubação naquele ano, a INTECOOP/UNIFEI conseguiu assessorar a UNICAPI nos procedimentos legais e organizacionais, entre eles como se fazia a burocracia para instaurar uma associação, quais as contrapartidas frente ao Município e os incentivos que eles poderiam captar se estivesse conforme certos padrões. Conseguiram assim, juntos, organizar o primeiro estatuto respaldado com a documentação de todos os catadores que articulavam participar, a única pauta que estava em atraso naquele momento era a discussão com a prefeitura para assinar o protocolo de intenções entre as instituições, pois, sob ele, a prefeitura iria firmar legalmente a cessão de um galpão e do transporte para a coleta seletiva.

Entretanto, tais documentos só foram autenticados no final de setembro do mesmo ano, levado a cartório e em espera do processo burocrático que já estava pré-montado, gerando, eventualmente, uma disputa política que será observada a seguir.

Figura 11: Diagrama temporal de 2008 da INTECOOP/UNIFEI



Fonte: Elaborado pelo autor

O ano de 2009 foi para a ACIMAR um grande período, pois, em uma iniciativa conjunta da Prefeitura Municipal de Itajubá pela secretaria de Indústria e Comércio, diversas empresas da cidade redirecionavam seus materiais recicláveis para eles, de modo que, tal como registrado no Expresso Solidário nº50, pode-se ampliar a coleta de insumos (tais como óleos e etc.). Desse modo, podem-se focar em outros espaços para recolhimentos, tais como condomínios e espaços urbanos comunitários.

Outras parcerias foram feitas no ano de 2009, tais como com o Instituto ALCOA, registrado pelo Expresso Solidário nº53, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER), onde *todas* as parcerias foram em função dos cursos ao qual se interligavam os grupos assessorados da INTECOOP/UNIFEI com o CVT, uma vez que as oficinas eram dadas pelos grupos incubados no espaço em que o centro vocacional sedia e, desse modo, a assessoria focou particularmente nesse sentido. Os cursos, majoritariamente, eram em formação empreendedora e participação colaborativa dos grupos.

A relatoria não detalha particularmente como foram os processos que se estabeleceram entre as relações internas dos grupos assessorados, a não ser pelas oficinas semanais também não muito detalhadas, sequer deixando registros de outros grupos em observação ou pré-incubados.

Entretanto, para finalização desse período de parcerias e de um grande avanço para a estrutura física e política da AMMA, evidenciaram no Boletim Informativo Expresso Solidário nº69, de dezembro de 2009, que foi realizada a III Feira de Economia Solidária na Cidade de Pouso Alegre, onde esse grupo de mulheres representou a cidade com as vendas de seus artesanatos e proporcionou um repasse de seus avanços na perspectiva da ECOSOL, transformando-se em destaque no evento e levantando um ponto interessante nas próximas discussões.

4.3 – 2010 e 2011: COLETANDO OS COLETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Esses anos que iremos abordar a seguir, 2010 e 2011, foram marcantes estruturalmente para a INTECOOP/UNIFEI, posto que ela passou por uma fase onde teve apoio de se maturar,

ampliar e estruturar a participação de seu time de trabalho, conseguindo atuar simultaneamente na assessoria de cinco grupos de diferentes aspectos organizacionais, que foram a ACIMAR, a Associação Artes da Terra (AAT), a Associação dos Produtores Rurais de Itajubá e Região (APRIR), a Associação NUTRA e a Associação Recicla Alegre.

Já no início de 2010, a função de coordenador foi transferida para o professor Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes, que naquele momento tinha o cargo de Diretor de Tecnologias Sociais do então PRCEU, hoje abordada por Diretoria de Cultura e Extensão Social.

Seguindo esse contexto, é interessante ir apontando como os grupos foram se encontrando com a incubadora. Posto isso, iniciaremos as reflexões sobre a Associação dos Produtores Rurais de Itajubá e Região (APRIR), que teve sua fundação um pouco antes do processo de incubação, no começo de 2010, que tinha (e ainda tem) como enfoque estrutural a comercialização rural coletiva, criando uma alternativa de venda que não impedia as que já eram feitas habitualmente, impedindo atravessadores¹⁸ entre os seus associados, porém sem tirar a possibilidade de realizar comércio paralelo à comercialização associada de hortifrutigranjeiros¹⁹ nas feiras livres.

Antes disso, vale ressaltar que no ano de 2009 emerge a Lei Federal de nº 11.947/2009, que designa que todo município deva ter como obrigação um mínimo de 30% de suas compras para a merenda escolar provinda da agricultura familiar, de modo que essas pudessem participar de uma chama pública para poder, assim, cumprir com distintos parâmetros técnicos a fim de padronizar as formas como seriam distribuídas as demandas entre os produtores. Essa primeira vitória vem da mobilização social ocorrente de lutas das principais organizações vinculadas à Via Campesina, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do

18 Vendedores que usam o espaço da feira dos produtores rurais para vender frutas e verduras de outros estados, regiões ou simplesmente sem autorização legal ou cooperada, pois compram por um preço e vendem por outro sem taxações ou estipulações feitas pelo grupo.

19 Pequeno, médio ou grande produtor/agricultor que trabalha ou produz em propriedades rurais, espécies de origem vegetal como as hortaliças e legumes, frutas das mais variadas espécies como laranja, limão, banana, abacaxi e etcetera, e ainda pode ter criação de alguns animais como frangos, porcos, etc., ou mesmo a apicultura. (FONTE: <https://www.dicionarioinformal.com.br/hortifrutigranjeiro/>)

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – fato esse que pode ser comparado aos dos catadores(as) de materiais recicláveis, ainda que em diferentes graus.

A intenção desses passos para trás ao ano de 2009, foi na logicidade de mais uma vez associar os interesses municipais junto dos interesses da INTECOOP/UNIFEI, na abertura de contemplar novamente as novas normas federais que foram criadas, e como que essa construção imposta se daria mais uma vez no interesse de abrir um processo de incubação de um novo grupo para seguir esses preceitos – nesse caso a APRIR – uma vez que o processo organizativo era convidativo tanto para o município quanto para os métodos estruturais que carrega uma ITCP.

Assim, unindo esses interesses, a APRIR passa a ser integrada no processo de incubação no dia oito de dezembro de 2010, tendo como principal foco o apoio contábil, para os parâmetros do convênio como a Prefeitura Municipal de Itajubá, com intenção de poderem posteriormente ser assessorados na construção de seus documentos e levantamento de suas planilhas orçamentárias, entre elas as suas propostas de vendas, a prospecção de projetos e programas de fomento a agricultura familiar.

Contudo, a participação construtiva nesse momento se deu verticalmente, pois as normas que foram estabelecidas eram especificadas pela prefeitura, tal como quais os indivíduos que iriam participar e o modo que daria essa participação, e a INTECOOP/UNIFEI, visando a parceria com a prefeitura e o predomínio dela nessa relação, acata essas projeções e as aplica dentro da assessoria com a APRIR. Nesse sentido, essa construção sociotécnica sofre um desnivelamento, já que, segundo autores como Dagnino, Hernán Thomas e outros, a participação dos atores deve ser simultânea, seus tijolos devem ser empilhados conforme o espaço-base e influenciado por todos seus intérpretes fundamentais.

Outro fator determinante que teve de ser pensado e incorporado dentro da incubadora e na parceria com o Município no ano de 2010 foi a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada em agosto desse ano pela Lei 12.305/10 e regulamentada quatro meses após isso, em dezembro. Isso sucedeu visto que o país vinha a apresentar uma apuração estimada em

torno de 800 mil catadores, sendo que de toda essa totalidade, apenas 40 mil (ou 5%) desses tinham construído vínculo com alguma associação ou cooperativas nesse segmento (MTE, 2018).

Dentro desse contexto, é significativo destacar o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), que teve seu primeiro aparecimento por volta de 1999 com a idealização dos próprios atores e atoras desse cenário para o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. A fundação do movimento ocorreu em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis, que aconteceu na capital brasileira, reunindo mais de 1.700 catadores(as). A importância desse movimento foi na fundação do documento denominado Carta de Brasília²⁰, onde expressa as necessidades da população que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. Esse encontro gerou a articulação de diversas lutas por esse objetivo maior e outros que ocasionalmente apareceriam, o que conseqüentemente tornou possível a organização de um movimento nacional.

Esses fatores se tornam um ponto angular nessa trajetória que seguimos uma vez que segundo Jacinto & Zogahib (2016), a problemática do lixo vai para além de um contingente social, mas como um real desafio quando pensado na dimensão territorial do Brasil e, também, como se configuraria essa nova legislação, já que a sociedade civil que a alcança não estava preparada para os novos pontos ao qual a legislatura priorizou.

Nesse sentido os autores, Jacinto & Zogahib (2016) dialogando com Machado (2012), enumeram diversos princípios que deveriam ser acatados para a resolução dessa legislação, e o quão difícil seria para os gestores públicos assumir essa empreitada. O autor coloca como um determinante nesse aspecto o princípio da cooperação, uma vez que o art. 6º, VI, da Lei 12.305/2010 emprega a necessidade e obrigação da “cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade”.

Entre outras críticas de Godoy (2013) que debatem a forma como essa Lei foi introduzida, a que nos compete aqui é a forma como ela seria articulada, uma vez que segundo o MTE (2018), como mostrado anteriormente, não mais de 5% dos catadores participavam de alguma associação

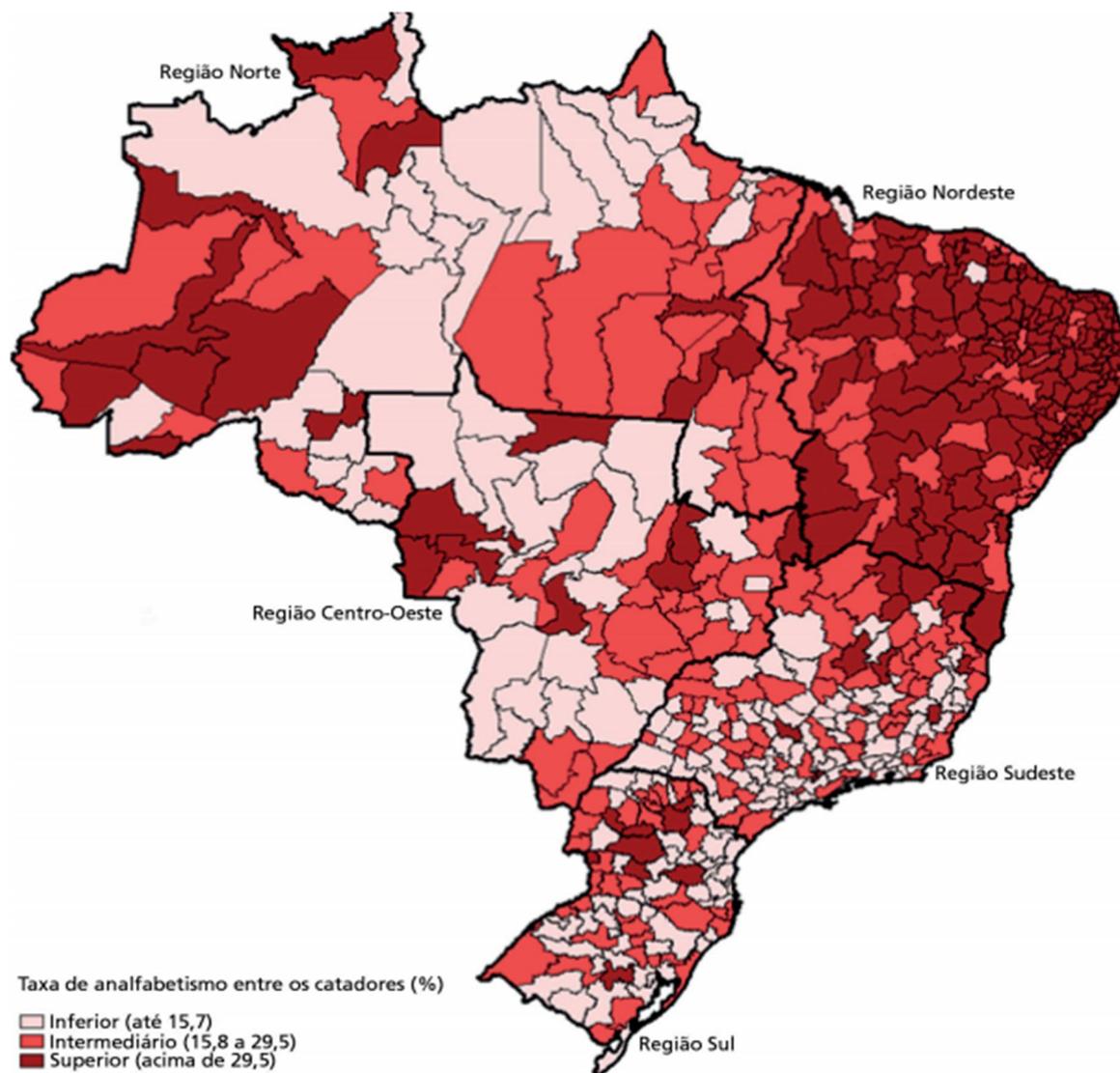
20 <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos/carta-de-brasil>

ou cooperativa que de alguma forma os auxiliavam na gestão de seus recursos, e se somado como as prefeituras municipais se estabeleceriam perante o processo de fechamento de seus lixões, que se prolongou de 2007 a 2010, muitas janelas deveriam ser pensadas em como conduzir essa demanda que estava por se ampliar.

A PNRS carrega consigo uma nova visão para a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos no país, onde contempla de maneira afirmativa e direta a concepção e importância da relação entre Catadores(as) e as políticas públicas e sociais para o desenvolvimento econômico sustentável pela inclusão social e preservação sustentável do meio ambiente.

Isso necessita ser evidenciado uma vez que é consensual o fato de que os Catadores de Material reciclável, em quase sua totalidade, são indivíduos excluídos do convívio social por conta de suas condições, que muitas vezes se encontram na marginalidade, formados por homens, mulheres e crianças de baixa escolaridade, como visto na Figura 12 a seguir, e junta a esse fato o baixo poder aquisitivo, resultante da sua não participação e esquecimento das demandas políticas sociais. Isso compete em muito com os estudos de Medeiros e Macedo (2006), onde demonstram essa realidade dos catadores na percepção de “exclusão por inclusão”, na qual o catador é incluído socialmente pelo trabalho, mas excluído pela atividade que desempenha.

Figura 12: Taxa de Analfabetismo entre as catadoras(es)



Fonte: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (2013) Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável.

No Artigo 8º da Lei 12.305/2010, é incentivado à criação e o desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores(as) para uma possível emancipação econômica deles e uma reintegração as novas demandas competitivas que nasceriam daí. Mas, também, evidencia pelo Artigo 7º dessa mesma lei a importância dos catadores quando consideramos o ciclo de vida dos produtos com a prioridade na gestão e acompanhamento desses,

colocando-os dentro de um novo mercado que nasceria – ou que sempre existiu e por deveras razões era negligenciado (GODOY, 2013).

Pois bem, dado essa possibilidade da interação na orientação da gestão e como otimizar os processos, ponto que intercambia essa relação, também pode ser visto uma pluralização da não democratização dos avanços tecnológicos para esse grupos na competitividade comercial, pois os equipamentos eletrônicos e mecanizados que contribuem para os processos de logística e triagem (se, naturalmente, for de concessão de todo o grupo), são insubstanciais se pensado no valor por tonelada de venda de material reciclável para a compra desses componentes, pois supera em muito o valor adquirido pela catação de embalagens, papel ou alumínio. Esse caso já foi e ainda é percebido por cooperativas de catadores e por projetos sociais voltados para a reciclagem, e medidas alternativas para políticas públicas e sociais são elaboradas.

Partimos então para uma discussão que interfere os atores externos a cooperativa e também a ITCP de Itajubá, já que o problema sai do utilitarismo deles e parte (novamente) para as políticas públicas voltadas para os catadores(as), fomentando que elas possam considerar de modo sério e objetivo a estruturação das cooperativas em torno da reciclagem dos resíduos, uma vez que essa atividade gera não só recursos para os menos favorecidos como também é uma ponte de sustentabilidade para os materiais descartados na comunidade em si. Outro fator notório foi a janela de três anos que se faz de uma legislação para a outra – PNSB Lei nº11445/07 e a Lei 12.305/10 da PNRS –, que gerou uma certa estrutura na atuação da incubadora para a ACIMAR e, a partir dessa nova configuração estatal, as dinâmicas tiveram de ser repensadas junto com o grupo de catadores(as) da cidade a fim de catalogar as novas intervenções.

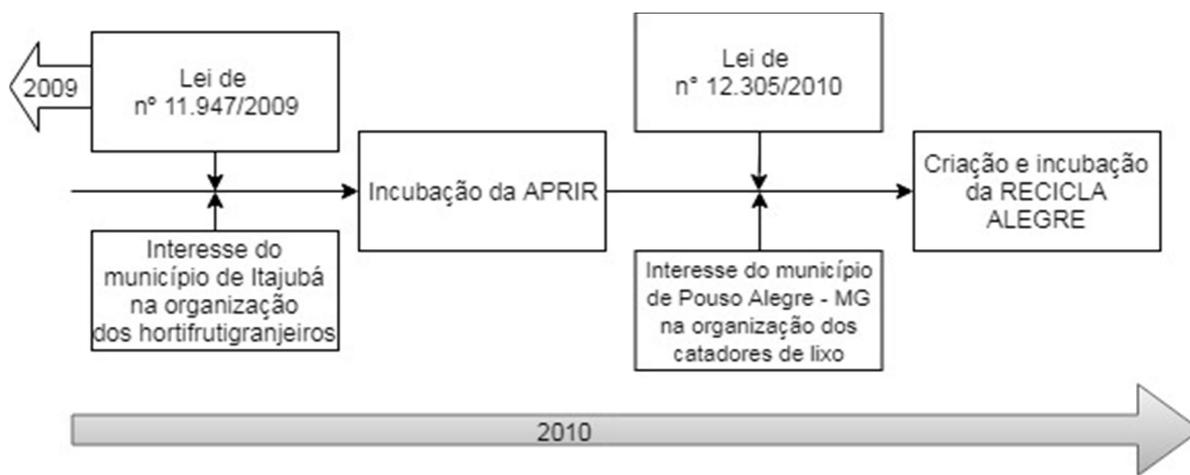
Outras cidades da região a partir de então também viram o problema de frente, uma vez que o emprego da PNRS foi conturbado, e assim, como meio de tentar se alocar dentro dessa nova legislação, vieram buscar fomentos e parcerias para os seus respectivos municípios, ao menos para aquele momento em específico, para depois gerarem suas próprias formas de iniciativas e assessoria.

Compartilhando desse cenário, no dia vinte e cinco do mês de novembro do ano de dois mil e dez, protocolado pelo número 11/209.245-4 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, nasce a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Coleta, Processamento e Comercialização de Materiais Recicláveis de Pouso Alegre – MG, popularmente conhecida como Recicla Alegre. As beiras desse processo estavam a participar mais de vinte colaboradores de materiais recicláveis, entre eles a sua Presidenta, a Sra. Marister Ribeiro da Cruz e a coordenadora administrativa, a Sra. Celina Elias, que veio por meio de informações consentidas pela prefeitura de Itajubá, buscar auxílio para assessoria na associação que elas atuavam.

Pouso Alegre – MG é uma cidade importante para relações uma vez que ela comporta uma população 64% maior que a de Itajubá, por volta de 150 mil pessoas, além de estar localizada privilegiadamente na rodovia Fernão Dias, que interliga a capital Mineira com a capital Paulista, o que poderia oportunizar futuras parcerias.

Logo, um novo constructo se dispõe na formação desse caminho, como na Figura 13 a seguir:

Figura 13: Diagrama temporal de 2010 da INTECOOP/UNIFEI



Fonte: Elaborado pelo autor

Paralelo as atividades citadas no ano de 2010, outro grupo Itajubense se apresenta com a necessidade de institucionalização e de apoio, a Associação Nutra Saúde – também conhecida como ONG NUTRA – enviando seu projeto ao edital nº 05, sob o código SIGProj

nº52605.308.37333.15052010 do PROEXT, e começa a ter as suas ações vinculadas ao processo de assessoria da INTECOOP/UNIFEI. Atrelado disso, a Secretaria Municipal de Assistência Social entra em cena, já que o objetivo dessa ONG é o de levar uma alimentação sustentável para dentro das famílias mais carentes, a exemplo disso pode-se citar projetos como o "Adição de Soro de Leite em Preparações Alimentares no Combate à Desnutrição", que tinha como objetivo suplementar as merendas escolares (salvo críticas), o projeto "NUTRA NO BAIRRO", onde a participantes desse projeto se deslocavam até comunidades de baixa renda a fim de capacitá-los ministrando cursos na área de produção de alimentos, e também o projeto "SAÚDE DE SOBRA'S" que também ministravam cursos ao qual reaproveitavam toda a alimentação desperdiçada para melhorar os condições alimentares das famílias que se dispunham a participar.

Segundo o EXPRESSO SOLIDÁRIO²¹ do boletim número 77 do mês de abril do ano de 2010, a parceria com a NUTRA SAÚDE teve maior enfoque na participação efetiva de mulheres, e o projeto que leva a capacitação do reaproveitamento de sobras e alimentos antes descartados teve seu primeiro investimento em torno dos trinta mil reais. Vale destacar, também, que esse boletim compartilha uma informação bastante interessante na participação da INTECOOP/UNIFEI para com seus membros assessorados: a promoção de eventos culturais que envolviam os grupos assessorados, tal como a retomada dos ensaios do Coral e eventos gastronômicos como a tarde da feijoada, promovidos pela Associação de Eventos Gastronômicos de Itajubá, outra incubada que iremos falar após as ponderações a seguir.

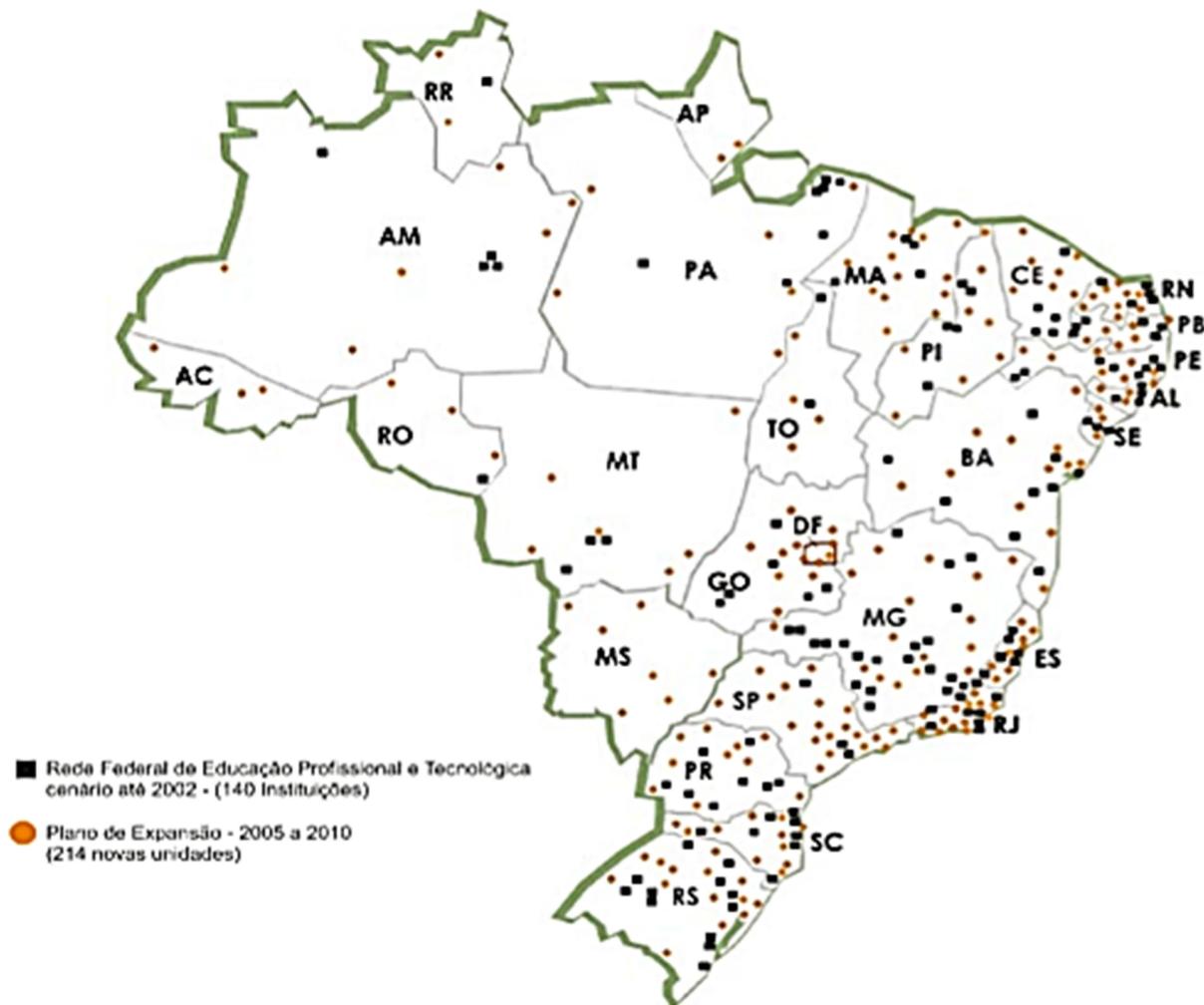
Essas ações foram importantes para correlacionar as atividades do NUTRA/SAÚDE para a realização e efetivação dos cursos de capacitação gastronômicos que eram oferecidos pela parceria do CVT-Itajubá, estreitando a parceria com a Prefeitura Municipal de Itajubá, uma vez quem era ela a mantedora e financiadora do centro vocacional pela diretoria de Formação Profissional, tais como os cursos já ministrados pelo AMMA, citados anteriormente.

21 https://www.unifei.edu.br/files/arquivos/intecoop/boletins/065a093/boletim_77.pdf

A entrada dessa diretoria, a de Formação Profissional pela Secretaria Municipal de Educação e futuramente na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Município de Itajubá, se deu por um projeto federal que vinha sendo pensado e desenvolvido desde o ano de 2005 e efetivado em 2006 pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL; 2007) que, com a publicação da Lei 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, continuada em 2006, com a instituição do Decreto 5.840 em âmbito federal, pela implementação Programa Nacional de Integração da Educação Profissional e efetivada em 2007 com a sua segunda fase, obrigando um plano diretor para todos os Municípios nesse sentido até o ano de 2010, onde, nesse intermeio, o Município de Itajubá aciona essa diretoria.

A meta desse plano profissional e tecnológico era entregar à população mais 354 unidades até o final de 2010, oferecendo cursos de qualificação sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional, tal como o mapa a seguir sugere:

FIGURA 14: Expansão e efetivação Programa Nacional de Integração da Educação Profissional até 2010



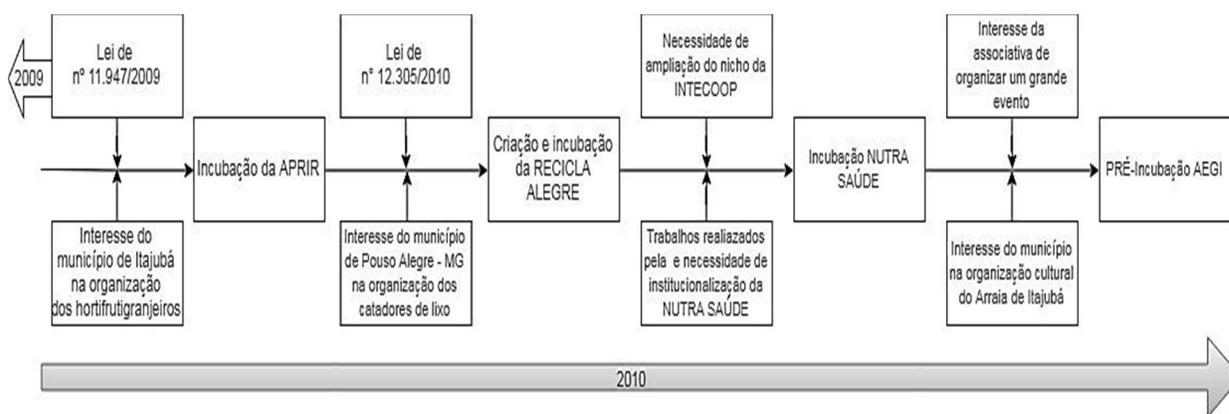
Fonte: BRASIL. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília. Ministério da Educação. 2009

Desse modo, o fortalecimento dos atores interessados se interliga na capacitação não só de atores individuais, mas de cooperativas e associações populares, uma vez que, se refletirmos os pontos alvos do Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL; 2007), o público interessante para capacitação dentro dos centros vocacionais eram exatamente o público ao qual as ITCPs operavam e assessoravam.

Alçados a caminhada na educação profissionalizante de grupos socialmente excluídos, surge dentro da organização desses cursos a Associação de Eventos Gastronômicos de Itajubá (AEGI), que, por observações e parceria com esse plano nacional, entra em processo de prospecção no ano de 2010 ao promover o Arraia de Itajubá, conforme relatado pelo EXPRESSO SOLIDÁRIO²² de boletim número 83 do mês de julho do ano de 2010. Essa parceria e processo se deram para facilitar as mobilizações sociais de eventos gastronômicos que a associação promovia no Município de Itajubá, e tendo o seu projeto institucionalizado facilitaria na promoção do evento, e nas atividades culturais do Município. O arraia acontece sobre a estrutura fornecida pelo processo de licitação pregão presencial N° 065/2010²³, e após isso a AEGI entra em processo de assessoramento, porém mantendo certo distanciamento, conforme relatoria.

Nesse sentido, percebemos que o ano de 2010 foi caracterizado por mais uma margem de ações que podem ser visualizadas na Figura 15 a seguir:

Figura 15: Diagrama temporal de 2010 da INTECOOP/UNIFEI (2)



Fonte: Elaborado pelo autor

Em 2011, depois de sua primeira chamada pública para suprimentos de 30% da alimentação escolar realizada pela prefeitura Municipal de Itajubá, a APRIR começa as suas atuações, com seus passos já construídos sociotécnicamente no quesito das técnicas

22 https://www.unifei.edu.br/files/arquivos/intecoop/boletins/065a093/boletim_83.pdf

23 <http://www.itajuba.mg.gov.br/Licitacao/2010/pregao06510.pdf>

agropecuárias, mas desafiando em uma maior participação para o incremento dos processos autogestionários e econômicos.

Tendo os outros projetos encaminhados, percebe-se uma união relativamente estável da INTECOOP/UNIFEI com a prefeitura, e uma vez que essa cooperação ia se desenrolando, era evidente a ampliação que essa relação iria adotar. Assim sendo, até então, a parceria da INTECOOP/UNIFEI com a prefeitura era concentrada na Secretaria Municipal de Ciências, Tecnologia, Indústria e Comércio (nome atual), à época denominada Secretaria Municipal de Ciências, Tecnologia e Agricultura (dissociações feitas conforme aumento de demanda e correlação necessárias com outras secretarias fundadas no decorrer desses últimos anos). Nesse sentido, segundo Guimarães (2015), a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo percebendo a atuação positiva que o processo de incubação desenvolvia nas cooperativas e associações, faz por acontecer dentro de uma consulta feita pela INTECOOP/UNIFEI o processo de incubação de uma associação artesã que desenvolve seu trabalho desde 2001, numa das praças centrais de Itajubá, conhecida e institucionalizada como Associação Artes da Terra (AAT).

A partir de então uma nova demanda surge para a incubadora, com novos atores envolvidos e interesses também. A concretização desse fato se faz uma vez que não houve nenhuma legislação estatal ou condicionamento que obrigasse a formação e a incubação dessa associação, de modo que os incentivos e passos a serem tomados eram desconhecidos.

Ainda que a AAT já tenha um determinado conhecimento de suas perceptivas, uma vez que seu processo sociotécnico já havia naquele momento feito mais de dez anos de praça, os problemas que eles encontravam eram geralmente referentes à divulgação de seus trabalhos e reorganização da estrutura orçamentária. As novas demandas e problemáticas sociopolíticas da AAT só viriam a ser ampliadas e mais específicas em anos a frente, conforme iremos relatar na linha do tempo.

Numa entrevista realizada em conjunto com a Associada AAT 1, Associada AAT 2 e Associada AAT 3, foi relatado que a primeira interação com a incubadora foi por intermédio do Geraldo Pacheco (assessor da Intecoop no ano junto do Luciano Ramos da Silva Fernandes), com

intervenções muito fracas que não geraram nenhuma memória forte ou algum dado em posse da associação, além de reuniões quinzenais que eram discursadas em forma de transferência de conhecimentos da incubadora para com a associação, com diversas promessas. O tema Economia Solidária, segundo a Associada AAT 2, apenas foi abordado como um tema que não era compreendido e muito distante de como seria empregado dentro da associação – o que se repercute, em parte, até os dias atuais.

Segundos os dados da relatoria final do ano de 2011 abarcando o início de 2012 notam-se a desvinculação do AMMA por razões políticas. Em uma memória fraca, a Associada AAT 3, que participou do AMMA por um pequeno período, disse que as mulheres ali tinham um posicionamento político relativamente forte, que não agradava muito o setor político e por isso elas não conseguiam lugar na praça, suas vendas eram geralmente em mercadões e feiras livres.

A relatoria do ano de 2011 também mostra que os investimentos e espaços que antes eram desenvolvidos pelo AMMA foram transferidos para o NUTRA/SAÚDE, principalmente na manutenção de cursos, que iriam ser voltados integralmente para o setor alimentício. O Boletim Solidário nº 92 consta que havia cerca de nove cursos ministrados, entre eles ‘aproveitamento de alimento’, ‘docinhos de festa’, ‘culinária de verão’ e etc.

O mesmo boletim também relata o pré-registro da RECICLA ALEGRE pela Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG), dando um passo importante para a formalização e graduação da entidade frente a incubadora, de modo que ela já estava avançando nas relações internas e externas por si mesma, obtendo uma maior participação de grupos de economia solidária do sul de minas gerais.

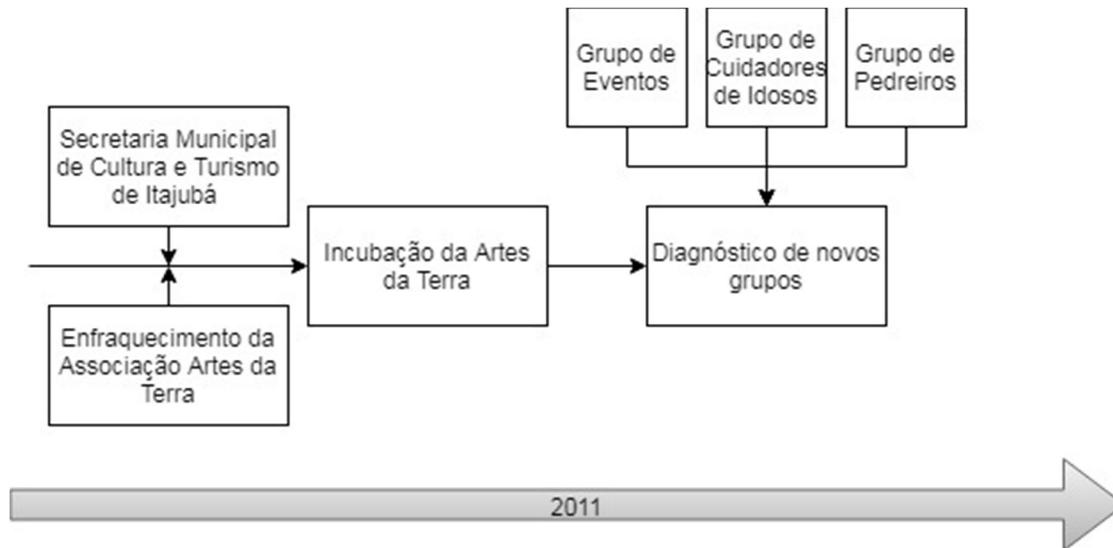
A APRIR continua com as suas vendas de produtos para a prefeitura depois da articulação e padronização dos processos propostos por essa em assessoria com a INTECOOP/UNIFEI, participando desde o primeiro processo de licitação da prefeitura municipal sob a lei dos 30% da agricultura familiar sob as merendas escolares e, desse modo, era a única que abrangia todos os parâmetros exigidos, angariando a licitação.

As parcerias se fizeram ainda mais consistentes para cada grupo assessorado, a AAT, por exemplo, entrou em negociações com a Secretaria de Cultura e Turismo para uma ampliação de seus artefatos e um melhoramento no espaço de realização.

A ACIMAR fez parcerias com empresas privadas, deixando de lado o assessoramento e caminhando em passos lentos à não mais recolher material via associados(as)²⁴, mostrando seus primeiros passos num sentido diferente do proposto na ECOSOL e, conseqüentemente, para uma futura desvinculação com a INTECOOP/UNIFEI.

Contudo, apesar de nenhum grupo entrar em efetivo para a INTECOOP/UNIFEI, conseguiu-se observar outros grupos em potencial, e esses entraram para os devidos estudos diagnósticos de viabilização, entre eles, o GRUPO DE EVENTOS, o GRUPO DE CUIDADORES DE IDOSOS e o GRUPO DE PEDREIROS. Interessante ressaltar que esses grupos se mostraram interessantes pois eles integrariam as novas capacitações que iriam acontecer no Centro Vocacional Tecnológico (CVT).

Figura 16: Diagrama temporal de 2011 da INTECOOP/UNIFEI



Fonte: Elaborado pelo Autor

²⁴ Atualmente, segundo relatos das Associadas ACARI, eles não mais atuam com catadores, apenas com empresas.

Análogo ao momento temporal em que INTECOOP/UNIFEI participava, segundo o MTE (2018), os empreendimentos assessorados por ela estava dentro dos segmentos comuns se compartilhado com as outras ITCPs brasileiras, visto que a produção agropecuária (APRIR) naquele momento assumia 20%, a produção de artefatos artesanais (AAT) abrangia 19% das atividades e o serviço de coleta e reciclagem de materiais (ACIMAR), correspondia a 16%, conforme publicação do Ministério do Trabalho naquele ano.

4.4 – 2012, 2013 e 2014: OS CAMINHOS DOURADOS NEM SEMPRE LEVAM A OZ

O ano de 2012 pode ser visto como um ano prestigiado dentro da incubadora, porém com marcas que desencaminhariam a estrutura e remodelaram a construção e participação da incubadora.

Em entrevista a dissertação de Guimarães (2015), o ex Pró-Reitor de Extensão da UNIFEI, o Prof. Dr. Paulo Roberto Labegalini, disse que dentro do universo de importâncias da universidade, pode-se dizer que no período de 2007 a 2012, a INTECOOP/UNIFEI foi vista e caracterizada como um trabalho social, muitas vezes de cunho caridoso e assistencialista, onde seus atores eram voluntários sociais – porventura e a fim de conciliação de dados, talvez esse caráter ainda siga se visto que a INTECOOP/UNIFEI compete para bolsas de discentes, ainda, dentro do edital de Cultura e Extensão Social da Proext, e não dos de Extensão Tecnológica ou Empreendedorismo e Inovação – maculando a ideia do que eles definem sobre esses termos. Essa visão para diversos autores, como Fraga (2012) e Dagnino (2010), pode ser caracterizada como reducionista para com o tamanho da importância e transformação dessa categoria de extensão universitária.

Em contraposição a essa opinião, os dados mostram que, o impacto da incubadora atingia diretamente 75 pessoas beneficiadas pela geração de trabalho e renda, e, se pensado em suas famílias, o que foi evidenciado na última relatoria desse ano, calculou-se indiretamente cerca de 300 pessoas.

Até esse momento, seguindo os dados, as maiores associações que ainda estavam em processo de assessoria eram: ACIMAR, AAT e APRIR.

Baseado ainda nisso, a INTECOOP/UNIFEI nesse mesmo período, conseguiu aprovação para realização de outros programas e projetos pelo edital PROEXT/MEC 2012, que consentia a possibilidade de formação de uma equipe numerosa, sendo investido em cada ano um valor total de 109.901,60 reais, além do investimento da CAPES pelo Programa Novos Talentos, que foi contemplado primeiramente no ano de 2011 com 134.680,00 reais e no ano de 2012 com 104.970,00 reais, todos esses investimentos tinham como responsável o Prof. Paulo Roberto Labegalini. Já os investimentos para os anos seguintes, 2013 e 2014, tiveram como responsável o Prof. Luiz Pasin, sendo que, para 2013, foram investidos pela PROEXT/MEC 149.155,95 reais e no ano de 2014, 149.988,00 reais pela mesma financiadora.

Como pontos positivos da estrutura de 2012, segundo as relatorias editadas em forma de um ensaio científico não publicado (formalmente) ao qual tem a participação do coordenador do projeto à época Prof. Labegalini²⁵, em forma resumida são possíveis afirmar que:

²⁵ <https://docplayer.com.br/15590418-Desafios-e-oportunidades-da-incubadora-tecnologica-de-cooperativas-populares-da-universidade-federal-de-itajuba-intecoop-unifei.html>

Figura 17: Diagrama temporal de 2011 da INTECOOP/UNIFEI



Fonte: Elaborado pelo Autor baseado no ensaio não publicado de Labegalini

Os autores afirmam que uma das grandes dificuldades nesse sentido da rotatividade advém desde a sua fundação, em 2007, que por exceção da equipe docente, já transitaram pela INTECOOP/UNIFEI nove técnicos e trinta e oito alunos – entre bolsistas, estagiários e voluntários. Igualmente, não se pode deixar de citar a excessiva burocracia, o que acaba afastando, muitas vezes, o enfoque das atividades da incubadora.

Por outro lado, numericamente falando, a INTECOOP/UNIFEI, vem executando até o ano de 2012 projetos contemplados através de editais públicos, sua fundamental fonte de financiamento. Em 2010, por exemplo, a incubadora executou quatro projetos que haviam sido aprovados no ano anterior pelo Edital ProExt/MEC 2009. Em 2012, foram arremetidos um pouco mais de R\$ 495.000,00, a serem destinados na assessoria direto dos grupos incubados. Esses recursos procedem do Edital ProExt/MEC 2010, DEB/CAPES e FUNASA/MS).

Dessa maneira, como uma iniciativa de reconhecimento de grupos populares em potencial para assessoria no processo de incubação, foi realizado em novembro de 2012 com promoção da UNIFEI, o III Encontro dos Grupos Incubados. O evento, além dessa perspectiva de ampliar os grupos, também tinha como objetivo oferecer capacitação e formação sobre economia solidária, para que a ideia seja mais bem compreendida e multiplicada aos grupos populares já formados e, também, àqueles em processo de formação na região de Itajubá. É válido ressaltar que até o presente momento a universidade apoiava e incentivava a incubadora, contando com uma ampla equipe de trabalho formalizada com docentes, discentes e servidores.

Quadro 4: Diagrama temporal de 2011 da INTECOOP/UNIFEI

NOME	FINALIDADE	NÚMERO ASSOCIADOS	INÍCIO DE INCUBAÇÃO	ETAPA DE INCUBAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Acimar	Coleta de materiais recicláveis	± 20	2007	Incubação	Reuniões semanais. Parceria com a PMI
Nutra Saúde	Educação nutricional e alimentação saudável	± 9	2010	Incubação/Graduação	Parceria com a PMI
Recicla Alegre	Coleta de materiais recicláveis	± 20	2010	Incubação/Graduação	Em fase de formalização da cooperativa. Parceria com a PMPA
APRIR	Agricultura familiar	± 28	2010	Incubação	Primeira venda para a merenda escolar do Município de Itajubá já concretizada. Parcerias com a PMI, e EMATER

Associação Artes da Terra	Artesanato	± 14	2011	Incubação	Reuniões quinzenais. Parceria com a PMI
----------------------------------	------------	------	------	-----------	--

Fonte: Elaborado pelo Autor baseado no ensaio não publicado de Labegalini

Entretanto, no ano de 2013, houve uma mudança no ambiente institucional da universidade que ecoaria diretamente a INTECOOP/UNIFEI, que foi a eleição de uma nova reitoria. Essas posses geraram dúvidas sobre a continuidade dos trabalhos, uma vez que houve uma significativa realocação dos servidores que antes desempenhavam suas atividades integralmente para a incubadora, o que conseqüentemente dificultou os trabalhos da equipe e sua autoestima. Um retrato usual de como as coisas iria se resignificar pôde ser visto especificamente no IV Encontro dos Grupos Incubados, evento esse que caracteriza as ações da incubadora e a inter-relação dela entre os assessorados e entre eles para com eles mesmos, que ocorreu no ano de 2013 em um espaço fora dos muros universitários da UNIFEI, que, por uma parceria com a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas (FACESM), conseguiu-se encaixar no evento em que eles estavam organizando, que era a Feira de Empreendedorismo da FACESM.

Outra conjuntura que também gerou hesitações sobre as atividades da incubadora, porém em âmbito municipal, foi a posse da prefeitura Municipal de Itajubá pelo até então empresário Rodrigo Riera, do PMDB, que deixou claro dentro das suas motivações políticas e ao longo da sua campanha eleitoral, seu posicionamento liberal, capitalista e empreendedor.

Em reflexo a isso, diferente do ano anterior, que a equipe da INTECOOP/UNIFEI continha 20 membros – entre eles um docente, dois servidores técnicos administrativos, quatro profissionais contratados por convênio, oito bolsistas e cinco estagiários – o ano de 2013, iniciase apenas com cinco pessoas e ocasionalmente com a participação de uma tecnóloga que eram: os coordenadores Prof. Paulo Labegalini e Prof. Marcos Bernardes, dois assessores, o pedagogo Geraldo Pacheco e o administrador Luciano Fernandes, o assistente Vinícius Santos e a participação da tecnóloga Heloísa Coutinho.

Dentro dessa desmotivação, na mesma entrevista realizada em conjunto da Associada AAT 1, AAT, Associada AAT 2 e Associada AAT 3, foi relatado que as reuniões quinzenais foram se espaçando cada vez mais, as atividades passaram a serem vistas mais como negativas e desgastantes do que necessariamente positivas e participativas, a ponto delas desviarem a relação com a INTECOOP/UNIFEI para dessa maneira procurar outros métodos para a associação, para discutirem suas sazonais dúvidas. Elas deixam claro que eles tinham ‘boas intenções’, mas que era complicado o acesso a eles por diversos motivos, tais como uma equipe muito pequena – apenas o Geraldo e Luciano eram atuantes diretos, segundo elas – o que talvez dificultasse a ampliação de relacionamento com todos os grupos.

Ao mesmo tempo, de maneira laboriosa, houveram avanços no contato entre os grupos de catadores de materiais recicláveis de base, para a constituição de uma rede regional do sul de minas, especialmente no encontro da Conferência Regional do Meio Ambiente, que aconteceu na cidade de Varginha – MG em maio de 2013.

Contudo, apesar do caráter estratégico, foi contado no relatório final de projetos de extensão nº1050/2013 que a aproximação entre os grupos-alvo foi dificultada pela falta de institucionalização do programa no âmbito do próprio Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Microrregião do Alto Sapucaí para Aterro Sanitário (CIMASAS). No consórcio, que foi discutido anos antes e apenas efetivados nesse estágio, onde era formado pelas Prefeituras Municipais de Delfim Moreira, Piranguçu, Itajubá, São José do Alegre, Wenceslau Braz e Piranguinho, sequer houve oportunidade de apresentação da proposta aos prefeitos, de modo que isso dificultou a constituição de uma equipe de apoio que pudesse promover não apenas a incubação dos grupos informais de catadores, mas também a integração entre eles.

Com a impossibilidade de formalização de apoio dos municípios ao CIMASAS ao programa em questão, que seria um rateio entre as prefeituras consorciadas para a contratação de uma equipe especializada de apoio para realização de trabalhos junto aos demais grupos da região, o estímulo à participação de catadores em grupos informais ficou seriamente prejudicado,

assim como a formalização dos mesmos e a confiabilidade daqueles que já eram formalizados ou estavam em processo disso.

Por outro lado, pelo edital 001/2010-DENSP/FUNAS/MS, a INTECOOP/UNIFEI em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itajubá – além das outras propostas que o edital contemplava – articularam junto da Fundação Nacional de Saúde (FUNAS) a aquisição de um caminhão e uma esteira de triagem de materiais recicláveis para a aplicação da coleta seletiva de Itajubá por intermédio dos catadores(as) da ACIMAR. Isso suscitou na reativação de um projeto já desenvolvido de coleta seletiva, que foi homologado em novembro de 2013.

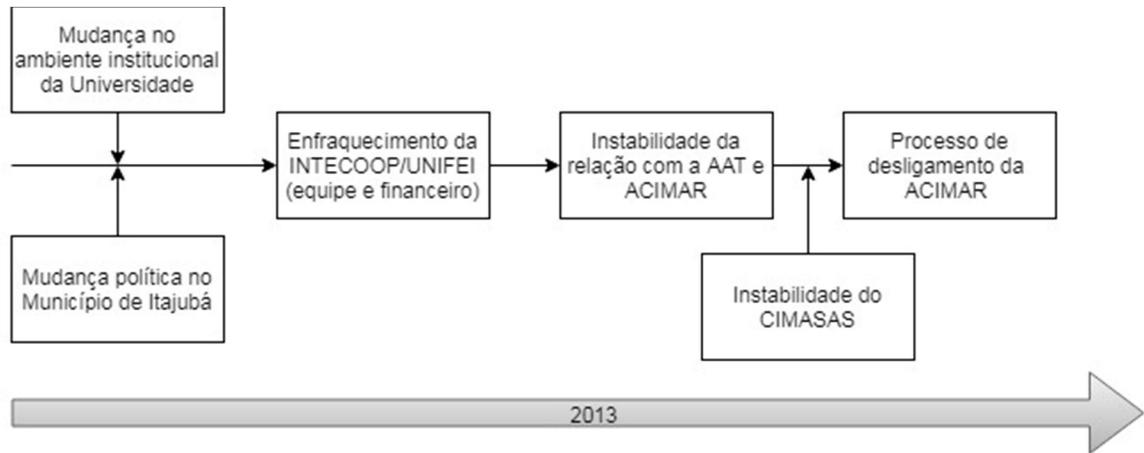
Contudo, ainda nesse ano, dentro de todos os problemas que estavam acontecendo, segundo o relatório final de projetos de extensão nº1050/2013, devido a razões internas ao próprio grupo, negatividades às ações cooperativistas e por ter havido desentendimentos com os membros da incubadora, os trabalhos de assessoria com a ACIMAR foram inviabilizados, o que levou ao processo de ‘desincubação’ deste grupo, que prolongou por dois anos depois, deixando uma instabilidade na relação. A Assessora 1 relata que nesse período, poucas atividades foram registradas, a não ser a de secretariado por parte da incubadora dentro das burocracias, e que outras situações foram acontecendo dentro desse período que o processo de acesso da assessoria foi se tornando cada vez mais delicado.

Logo, torna-se pertinente lembrar a situação de desmotivação e dificuldades enfrentadas por toda a equipe no ano de 2013, que somada aos desentendimentos com a ACIMAR, gerou um esvaziamento da equipe INTECOOP/UNIFEI ao longo do mesmo ano, o que prejudicou sobremaneira a equipe e execução dos trabalhos que inicialmente contava com treze integrantes e finalizaram o ano com apenas oito pessoas, soma-se a isso a relação direta com o financiamento e apoio institucional à incubadora .

Contudo, em meio de tantas dificuldades, um acontecimento positivo que mantinha a incubadora respirando era o fato de que na primeira chamada pública semestral do ano de 2013 para contemplação de alimentos escolares advindos da agricultura familiar, a APRIR

comercializou em volta de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) e, consecutivamente, na segunda chamada semestral do respectivo ano vendeu R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais). Outro ponto positivo é que a associação contava com 42 famílias integrantes e existia uma confiabilidade no vínculo com a incubadora.

Figura 18: Diagrama temporal de 2013 da INTECOOP/UNIFEI



Fonte: Elaborado pelo Autor

Dessa forma, após esses episódios citados, os esforços da incubadora, no ano de 2014, se voltaram para o desenvolvimento regional com base na produção de hortifrúti, em policitação aos agricultores familiares de Itajubá. Conseqüentemente, abriram como objetivo para esses grupos a promoção da organização socioprodutiva entre os parceiros institucionais, e principalmente estimular a produção agroecológica e orgânica entre os agricultores familiares. A Assessora 1 mostra que a maior preocupação que foi entregue a ela referente a incubadora era sobre os trabalhos da APRIR, tanto é que o projeto contemplado pela PROEXT 2014 leva o nome de “DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM BASE NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS”.

Após essa fase de dificuldades da incubadora, que levou a efetivação de apenas progressivas e pequenas ações burocráticas para os grupos, a INTECOOP/UNIFEI buscou formas de consolidar e reestruturar seu programa de incubação, com a priorização de ações estratégicas e de gestão às associações e cooperativas incubadas. Assim sendo, sua missão passou a ser

viabilizar a criação e estruturação de empreendimentos solidários através de apoio sistêmico, com foco na geração de emprego e renda. Essa demarcação ficou claro tanto para as Associadas da AAT quanto para a Assessora 1. As estratégias que foram sendo desenvolvidas eram muito mais mercantis do que construídas participativamente, onde muitas vezes apenas os tutores e a Assessora 1 entendia o que estava acontecendo, e os grupos ficavam a mercê da situação.

Contudo, a forma como seriam os investimentos para a incubadora mudariam seu caráter, que até então eram provenientes da PROEXT/MEC, onde o professor responsável pela INTECOOP/UNIFEI designaria os recursos conforme demanda proveniente da incubadora, e os relatórios eram encaminhados para a pró-reitoria de extensão e depois partiam diretamente para o Ministério da Educação. Com a nova mudança, os recursos passariam a ser designados pelo Convênio 027/2014, que se firmava entre a Prefeitura de Itajubá, a FAPEPE e a UNIFEI, o que mudaria a forma como seriam efetivados essas dotações, já que essas agora não mais contemplariam apenas a INTECOOP/UNIFEI em si, mas integraria, indiretamente, os financiamentos para a Incubadora de Empresas Tecnológicas de Itajubá (INCIT).

Segundo o Convênio, o objeto presente é o estabelecimento de parceria entre as Convenientes – Município De Itajubá, UNIFEI e FAPEPE, para garantir a sustentabilidade da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Ainda nesse sentido, para a consecução do objetivo estabelecido na Cláusula Primeira, o MUNICÍPIO repassará à FAPEPE, segundo a Cláusula Sétima, a importância de R\$ 120.913,68 (cento e vinte mil e novecentos e treze reais e sessenta e oito centavos), com valores unitários mensais de R\$ 10.076,14 (dez mil e setenta e seis reais e quatorze centavos), nos meses de junho/2014 a maio/2015 à serem creditadas, até o último dia de cada mês, em conta específica em nome da FAPEPE, em estrita observância ao Plano de Trabalho e respectivo cronograma de desembolso. Esses valores, naturalmente, foram se reajustando conforme aditamentos, desde que, segundo a Cláusula Décima Segunda, mediante aprovação dos convenientes, objetivando: a) a modificação das cláusulas existentes, exceto a que trata do Objeto (Cláusula Primeira); b) a inclusão de novas cláusulas; c) a adesão de novas convenientes ou intervenientes que possam contribuir, de forma efetiva, para a consecução dos

seus objetivos; d) a definição de disposições ou de ações regulamentadoras das atividades previstas nos termos deste Convênio.

Ancorados a isso, forma-se uma estreita relação para manter a INTECOOP/UNIFEI, já que, com o convênio firmado, integralizariam novos recursos para promoção do decorrente empreendedorismo na Universidade e o projeto de desenvolvimento de novos negócios no município, uma vez que agora, conforme a Cláusula Terceira: Da Supervisão e Controle²⁶, o Plano de Trabalho seria desenvolvido por um grupo gestor desses recursos. Logo, o plano de ‘incubar a incubadora’, especialmente agora que seu espaço de atividades foi transferido para o espaço de administração da INCIT, se faz um utilitário interessante para manter ambas as instituições, uma vez que nada impede desses recursos serem apanhados desde que contemplassem a Cláusula Décima Terceira: da liberação dos recursos²⁷ e não fugissem dos parâmetros de obrigações da Cláusula Sexta.

Partindo disso, efetivou-se uma relação integral com a INCIT para proporcionar o desenvolvimento e a consolidação das cooperativas e associações participantes do programa de incubação da INTECOOP, com a implementação de ações mercadológicas específicas que – segundo a metodologia desenvolvida por eles – favoreçam o desenvolvimento dessas cooperativas e associações, garantindo o seu sucesso e consolidação no mercado, por meio de contratação de terceiros, capacitação e orientação nos eixos de desenvolvimento do negócio: gestão, capital, mercado e perfil empreendedor e noções sobre economia participativa.

²⁶ As atividades previstas neste Convênio e nos Planos de Trabalho dele decorrentes serão aprovadas e supervisionadas pelo CONSELHO GESTOR, que será composto por: 01 representante da Reitoria da Unifei; 01 representante da Pró-Reitoria de Extensão; 01 representante da FAPEPE; 01 representante da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Indústria e Comércio de Itajubá e 01 representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itajubá.

²⁷ Conforme disposto no artigo 116, 8 3º, da Lei nº. 8.666, de 21.06.1993, as parcelas deste convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de trabalho aprovado, , sendo retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes, quando: a) não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelos representantes da Prefeitura Municipal de Itajubá no Conselho Gestor ou por representação do próprio Conselho Gestor;

Uma das assessoras da incubadora à época, junto dos alunos envolvidos, oferecem serviços para a estruturação de empreendimentos solidários sustentáveis, em busca da melhoria contínua da autogestão e de maneiras de quantificar esses processos para eventualmente apresentá-los em reuniões em que coparticipavam os representantes de ambas as incubadoras. Logo, para isso, realizam reuniões com os representantes de cada associação ou cooperativa para monitoramento das atividades previstas, orientação e avaliação de desempenho, buscando prospectar novos projetos e potenciais associações e cooperativas populares. A Assessora 1 relatou que, depois da firmação do Convênio, foi possibilitado uma independência um pouco maior das atividades com os outros grupos além da APRIR, viabilizando estudos sobre autogestão e mais possibilidades de uma reaproximação com os grupos assessorados, ainda que muitos dos métodos aplicados nas atividades percorressem uma lógica de empreendimento social, e não socioproductiva.

Dentro disso, eles conseguem articular com a organização do Festival Integrado de Cultura e Arte (FICA) – que é um evento cultural produzido por uma rede colaborativa de universitários e profissionais ligados ao campo das artes, com programação na área de música, teatro, circo, danças, artes visuais, performances e oficinas – uma parceria com a Associação Artes da Terra, de maneira que os associados pudessem levar seus artesanatos para divulgação e venda. A Associada AAT 2 relata que foi a primeira vez que suas barracas conseguiram entrar na universidade.

A relação volta a se estabilizar com a AAT, uma vez que os membros retomam suas atividades, ainda que sucintas e de maneira empreendedora convencional, onde o coordenador do projeto à época, o Professor Luiz Eugenio Veneziani Pasin, passa a frequentar mais assiduamente as reuniões e organiza uma assembleia junto de todos os associados para geração de um planejamento.

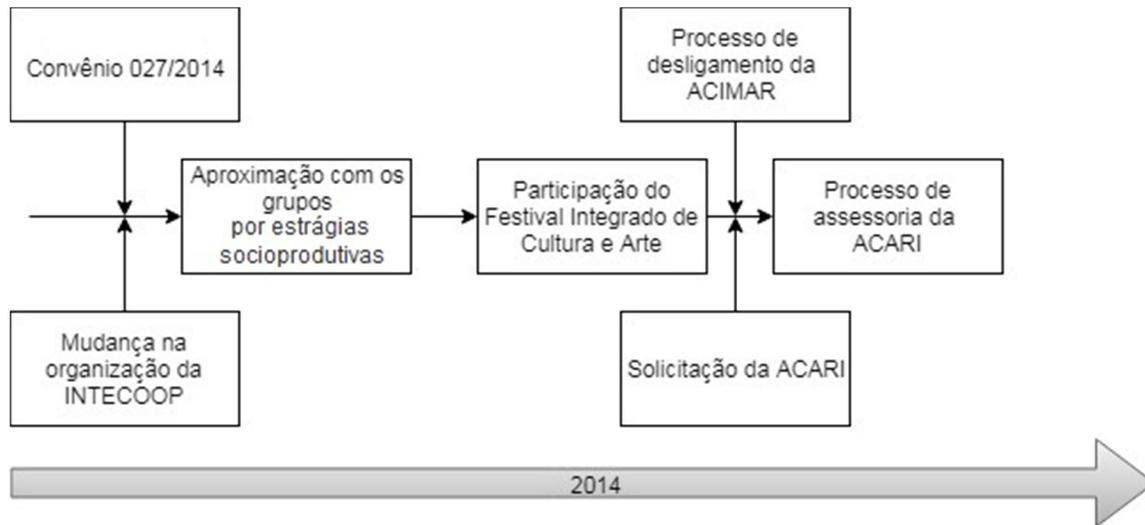
Apesar do fato do desmembramento da ACIMAR, que se pode considerar que foi no final 2013 – ainda que prolongado por mais um período, entra em contato da incubadora uma solicitação emitida via carta a punho pela Sra. Maria Piedade da Silva, em nome da Associação

de Catadores Autônomos de Reciclagem Itajubense (ACARI). Essa associada em questão tinha o cargo de Diretora Presidente, e sua solicitação era na possibilidade de integrar-se a INTECOOP/UNIFEI, escrita e registrada pelo ofício 002/2014.

As Associadas ACARI, em entrevista aberta, lembram que a ideia de se assessorar à INTECOOP/UNIFEI partiu de integrantes que, anteriormente, participaram da construção da ACIMAR e, por diversas razões conturbadas, se desassociaram desta e se organizaram para iniciar uma nova outra. Eles recordam como essa integração foi importante no momento de estruturação da associação anterior, e como isso foi importante naquele momento. Refletido a isso, chegaram a conclusão que seria interessante a reaproximação com a incubadora, especialmente nas burocracias formação da ACARI.

Incluso a esse fato, em laboração com a Câmara Municipal de Itajubá, assinada pelo seu então Presidente Valdomiro Ribeiro Cortez, registrada na Câmara Municipal de Itajubá nº 102/2014, a ACARI tem permissão de circulação e atividade por toda a extensão de Itajubá.

Figura 19: Diagrama temporal de 2014 da INTECOOP/UNIFEI



Fonte: Elaborado pelo Autor

A Assessora 1 expõe que o momento de reaproximação com os grupos foi um momento essencial para desenvolver novas formas de trabalho. Contudo, é importante destacar que o

acesso aos recursos se tornou mais difíceis, onde a mesma relata que tinham de ser passados antes pela diretoria da INCIT para assim eles transferirem a burocracia para a FAPEPE e, depois, ser articulada dentro da INTECOOP/UNIFEI. Por isso, as ações que ela preferiu orientar eram fundamentalmente as que não exigiriam recursos além daqueles que já estavam postos.

Em respeito sobre a introdução da ACARI, foi relatado, em entrevista coletiva semiestruturada, num momento de labuta com algumas associadas e associados, – que denominarei de Associada ACARI 1, Associada ACARI 2 e a Associada ACARI 3, ainda que em alguns momentos outras associadas e associados atravessassem a entrevista concordando com as afirmações ou simplesmente escutando – certa simpatia com a Assessora que as abordava, e como o diálogo entre tranquilo e participativo. A Assessora 1 concorda que eles estavam otimistas nessa estruturação, mesmo que eles já tivessem o espaço, o pessoal, e uma infraestrutura básica para um grupo de catadores, existiam muitas preocupações burocráticas que não lhes eram muito bem compreendidas.

Partindo disso, foram relatados encontros quinzenais dentro do galpão e quinzenais dentro da sala da incubadora, intercambiando as semanas, “às vezes pulavam uma ou outra semana sabe”, descreve a Associada Acari 2, mas era evidente que elas entendiam a importância para normatizar as atividades conforme a prefeitura solicitava.

Os registros de 2014 podem ser resumidos pelo Ofício: 038/2015 encaminhado em janeiro de 2015 para o Professor Luiz Eugênio Veneziani Pasin, que era o Coordenador da INTECOOP/UNIFEI:

APRIR: As atividades desenvolvidas junto a APRIR foram reuniões semanais na INTECOOP, assembleias uma vez por mês, participação na Feira Gastronômica do FICA e participação na Feira de Empreendedorismo da FACESM, entrando em processo de graduação.

ARTES DA TERRA: Já na Associação Artes da Terra foram realizadas cotações para compra de matéria-prima e reuniões para organizar a participação em uma Feira de Economia Solidária que aconteceria em Poços de Caldas, porém essa foi cancelada devido à falta de

recursos. Mas também participou na Feira Gastronômica do FICA e na Feira de Empreendedorismo da FACESM.

ACIMAR: Junto a ACIMAR foram realizadas diversas atividades, como reuniões semanais, construção coletiva de estatuto e regimento interno, construção de planilhas para controles financeiro e administrativo, eleição da nova diretoria, diálogo com a Prefeitura Municipal de Itajubá-PMI, participação no Conselho da Coleta Seletiva, participação no Seminário de Rotas Tecnológicas e Resíduos Sólidos na UFMG e participação na Capacitação para Bolsa Reciclagem em Belo Horizonte-MG. Além dessas atividades, também foi possível organizar toda a documentação necessária para encaminhar vários itens a ACIMAR, respaldada por termo de comodato. Esses itens foram comprados por meio de projetos e já estavam alocados no almoxarifado há um tempo.

ASSOCIAÇÃO NUTRA SAÚDE: Numa tentativa de reaproximação, foram realizadas duas reuniões para entender a conjuntura da associação a fim de diagnosticar os problemas e encontrar alternativas para auxiliá-los nas próximas ações, contudo o retorno não havia sido positivo, e a associação se encontrava numa situação de organização documentária .

FACI: A Incubadora junto da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Secretaria de Agricultura da prefeitura, organizaram sucessivas reuniões com grupo da Feira Agroecológica e Cultural de Itajubá-FACI. As reuniões aconteciam semanalmente e as atividades eram programadas por essas três instituições e construídas junto aos (as) produtores(as) rurais, já os registros ficam a cargo da Incubadora. A INTECOOP/UNIFEI estava acompanhando esse processo desde o início em 2014 e por meio de um projeto articulado entre essas três organizações foi possível comprar vários insumos para a transição da produção convencional para a produção orgânica desse grupo, vale ressaltar que as cotações e outros procedimentos para essa compra foram realizados pela incubadora junto dos associados.

Além de incubar grupos, associações e empreendimentos econômicos solidários a INTECOOP também participou da Rede Regional e Nacional de Incubadoras Tecnológicas de

Cooperativas Populares-ITCPs. Desde o último ano, 2013, participou dos encontros anuais das mesmas e ajudou na construção do Encontro Regional da Rede de ITCPs.

4.5 – 2015 e 2016: UMA PAUSA

Os dados sobre os anos de 2015 e 2016 foram complicados de serem agrupados, coexistindo apenas com a síntese da dissertação de Guimarães (2015), a entrevista com as Associadas AAT, as Associadas ACARI e a Assessora 1.

A Assessora 1 narra que a primeira grande dificuldade desse ano foi no contato com a Prefeitura. Primeiro, segundo ela, a Secretaria na qual as relações haviam sido parcialmente resolvidas havia se dividido, dificultando o acesso e congelando as atividades até que as pendências internas desse desmembramento pudessem ser resolvidas. Segundo, foi na didática diversa daquilo que ela tinha como conhecimento do que era uma economia solidária proposta por uma incubadora, se pensado na experiência que ela teve em sua graduação. Ainda que em passos pequenos, na proposta de “chegar junto”, como a Assessora 1 descreve, as dificuldades iam tomando posse e a independência que a incubadora começou a ter, se fechou pela indução de outros projetos da UNIFEI reafirmar métodos de empreendedorismo sobre os grupos assessorados, ancorados pelo então coordenador do projeto. Logo, percebendo que além da disputa para ocupar um espaço externo, somado agora por outra luta pela ocupação interna, – entre outros problemas de demanda organizacional e pessoal –, a Assessora 1 se desvincula de suas atividades dentro da INTECOOP/UNIFEI.

Estacionado a esses fatos, as conclusões de Guimarães (2015) sobre a incubadora no ano de 2015, parece terem certa ligação. Segundo o autor, a primeira preocupação percebida foi no arrolamento da incubadora com a universidade, pois, como ele mesmo conclui, uma vez que isso se articule de modo positivo, conseguiria se estabelecer um relacionamento institucional e, conseqüentemente, um apoio logístico e político-pedagógico necessário para o funcionamento da incubadora. Porém, entre outros pontos, o autor destaca que só existe esforço da INTECOOP/UNIFEI para essa conexão mais profunda, de modo que se faz indispensável também que a UNIFEI acarrete para a sua agenda de debate institucional a extensão social, tal

como a sua relevância na formação acadêmica e seu auxílio na forma de se conceber a ciência e tecnologia.

Segundo as pesquisas do autor:

“Os principais desafios enfrentados pela INTECOOP UNIFEI em seu processo de desenvolvimento e em sua atuação junto aos seus grupos incubados são a falta de autonomia em sua governança, não institucionalização da incubadora, o baixo envolvimento acadêmico, a pequena articulação do ensino-pesquisa com a extensão social, o baixo envolvimento docente, o insuficiente reconhecimento da extensão nos indicadores para progressão funcional dos docentes, certa fragilidade no processo de comunicação e divulgação das atividades da Incubadora dentro e fora da UNIFEI, a falta de sustentabilidade financeira, a carência de cursos e atividades voltados ao treinamento da equipe de incubação, bem como a ausência de indicadores que possibilitem o monitoramento e acompanhamento dos empreendimentos e da equipe de trabalho da Incubadora.

Visando atenuar esses desafios, fica evidente a necessidade da INTECOOP UNIFEI ter maior autonomia em sua governança, reduzir a rotatividade de pessoal, solicitar junto a Pró-Reitoria de Extensão a alocação de um servidor técnico-administrativo permanente na INTECOOP UNIFEI, aperfeiçoar o site da Incubadora, adotar estratégias de captação de recursos, patrocínios, apoio, parcerias e doações destinadas as atividades da incubadora e seus empreendimentos incubados, bem como ampliar o número de parcerias com o setor público, privado, ONGs e instituições de ensino.” (Guimarães, 2015, pg. 79-80)

Os pontos relatados pelo autor, ainda que o objetivo principal de sua pesquisa fossem os pontos fracos e fortes da incubadora numa lógica de desenvolvimento empreendedor pelo método de análise *swot* ou *fofa*²⁸, fica evidente que uma das grandes marcas que caracteriza as adversidades que a incubadora transcorreu nessa fase foi pela disputa de encontrar um espaço dentro da universidade, para assim desenvolver suas atividades. Independente da existência de algumas críticas sobre o posicionamento do autor, uma vez que ele sugere um maior assistencialismo donativo de uma incubadora para os grupos assessorados ou processos gerenciais mais competitivos tais como a INCIT, fica claro o ‘re-enfraquecimento’ dela e como seus espaços estavam sendo ocupados por uma cultura neo-empresarial que não era compatível com as demandas populares e solidárias.

²⁸ Análise SWOT ou Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) (em português) é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação ou empresa. (NUNES & CAVIQUE, 2014).

A título de exemplo disso, no que caminha dentro da Associação Artes da Terra, foram relatados dentro da entrevista com as Associadas AAT, cursos oferecidos de vendas e segmentos comerciais em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) dentro do campus da UNIFEI. Nos relatos elas apontaram que houve grande interesse no curso e na coordenação que ele teve, entre os temas que eles abordavam, podem-se listar assuntos como o *layout* das barracas, abordagem de vendas, logística dos clientes pós-vendas, com geração de certificados ao fim do curso. Questionado sobre autogestão e economia solidária, elas afirmaram que nada foi citado em nenhum dos encontros, e que uma das frases mais marcantes do tutor era: “as maiores empresas não ficam esperando os clientes chegarem, elas já têm uma carteira de clientes ativos”.

Já na entrevista com as Associadas ACARI, elas relataram que muitas vezes sentiram que era imposto a eles uma posição de alunos e alunas onde (se pensado em todo conhecimento adquirido por elas em anos enquanto catadoras) eram elas/eles quem tinham muito para contribuir. Elas também relataram que eram desgastantes os cursos oferecidos e que sempre que podiam colocavam ‘outras obrigações’ na frente, de modo que, com o tempo, conseguiram parar com que a incubadora ficasse “trazendo essas coisas sobre como separar o material e o que era ou não era lixo e querendo mudar as coisas por aqui”, observa a Associada ACARI 1.

Os dados e registros formais sobre o ano de 2016 não foram disponibilizados, sem acervos na internet ou nas salas da INTECOOP/UNIFEI, a não ser pela chamada interna de um bolsista sobre o habitual EDITAL N° 01/2016/UNIFEI/PROEX: Para financiamento de projetos de extensão sociais e culturais da UNIFEI.

Sobre os contatos com as associações, a NUTRA SAUDE teve seu ultimo compartilhamento em seu *blog*²⁹ no ano de 2013, impossibilitando contato para saber em que pé se encontrava seu processo de pré-assessoria. A FACI, apesar de não terem os registros formais de como se deu essa aproximação, um novo processo viria a se retomar no ano de 2019. A APRIR

29

<http://nutraong.blogspot.com/>

entrou em processo de graduação e a ACIMAR se desvincula de vez no ano de 2015, principalmente com a entrada da ACARI para o processo de assessoramento, pois, segundo as Associadas ACARI, existe uma certa animosidade entre as associações.

No mais, as atividades se estagnaram naquilo que já estava acontecendo desde o ano de 2015 com a saída da Assessora 1 da incubadora.

4.6 – 2017 e 2018: O RENASCER DE UM PROJETO

As atividades de 2017, ainda que sem muitos registros oficiais a não ser o do já comum e anual ‘EDITAL Nº 01/2017/UNIFEI/PROEX: Para financiamento de projetos de extensão sociais e culturais da UNIFEI’, que teve sua divulgação em 22 de dezembro e fechamento em 31 de março de 2017 para seleção de um bolsista com a finalidade de operar com a Assessora 2 da INTECOOP, que era antes a isso e também paralelo às atividades da incubadora, *Coaching* em neolinguística sistêmica, empreendedorismo de negócio e liderança em desenvolvimento humano.

A percepção da Assessora 2 com as atividades da incubadora foram bem sucintas, e os próprios assessorados, tanto os da Associação Artes da Terra quanto os da Associação de Catadores Autônomos de Reciclagem Itajubense, tem uma opinião bem simples quanto à participação dela para com eles: Elas afirmaram que não houve nenhuma aproximação a não ser de sucessivas reuniões com demandas que os associados não compreendiam, como metas e dinâmicas de desenvolvimento de negócios que nunca iriam existir, onde muitas vezes apontava a incubadora como um centro de empreendedorismo comercial e individual. Alguns acreditavam que ela estava passando por um momento de adaptação, e outros que ela tinha um comportamento massivo que não cabia naquele momento de assessoramento.

Desse modo, depois de ter conferenciado com os associados e associadas, foi pesquisado por mais informações sobre a assessora, de modo a tentar encontrar mais informações sobre esses relatos. Por intermédio da internet seu contato foi disponibilizado, onde conseguiu-se um breve diálogo por uma rede social:

“Olá Assessora 2, tudo bem?

Atualmente eu faço uma pesquisa para desenvolvimento da INTECOOP, e eu gostaria, se possível, de te fazer algumas perguntinhas. Iria ajudar muito tanto a minha dissertação, quanto a revitalização da incubadora. ”

Algumas horas depois:

“Boa tarde Lucas;
Tudo bem e vc?
O que vc gostaria de saber? ”

Respondi de imediato para não perder a oportunidade:

“Eu vi que vc teve uma experiência curta dentro da incubadora;
De abril até novembro, se não me engano.
Gostaria de saber sobre essa fase, quais foram as dificuldades que você passou lá, como foi a relação com os assessorados”

E as 22h06min tive essa resposta:

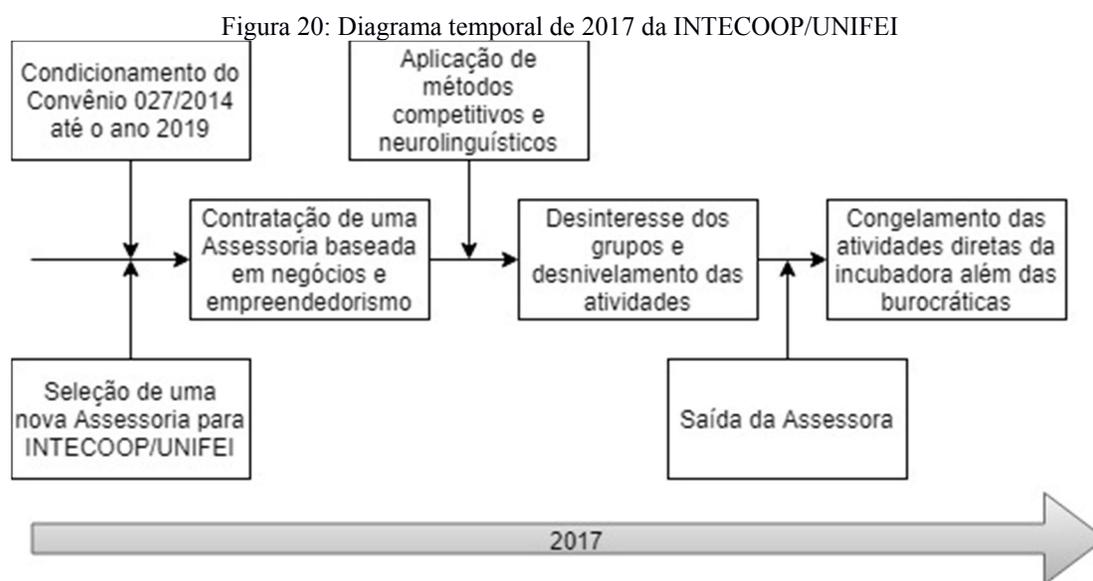
“Boa noite Lucas!
Vou tentar resumir os desafios principais:
- Grupos sem conexão entre os membros, incongruência interna entre eles;
- Falta de adesão às ações da incubadora;
- Alguns grupos tinham uma visão da incubadora mais como um local onde eles poderiam receber materiais e recursos e não propriamente de uma entidade que poderia ajuda-los a crescer como negócio;
- Falta de lideranças positivas em alguns grupos;
- Não cumprimento de ações que a incubadora os ensinava a realizar;
- Desmotivação com o próprio trabalho;
Espero ter contribuído.
Boa noite”.

Tendo em vista o bom esclarecimento daquilo que já supunha-se, a resposta foi simples:

“Está certo Assessora 2 e tenha uma boa noite! ”

Dado a quantidade de dados não existentes, pensou-se a princípio que isso poderia ter ocorrido dado a alguma perda e/ou alguma inconformidade contínua da incubadora. Porém, depois dessa rápida conversa, chegou-se a conclusão que talvez os documentos necessários para a pesquisa e acumulação de dados para continuidade das atividades de maneira retilínea não existam, quiçá a uma inatividade provinda de um ‘não entendimento’ do que de fato é uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, e/ou também de uma má gestão ao selecionar qual ator(a) deveria ser empregado nessa atividade.

Deixando seu posto, em meados do mês de julho, sem nenhum e/ou nenhuma substituta, a Assessora INCIT 1, que na época era assessora da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Itajubá, passou a auxiliar nas atividades da incubadora ou, como ela mesma chega a afirmar de maneira informal, tendo uma participação um pouco distante, mais no sentido de que a incubadora não deixasse de existir, uma vez que ainda permanecia o convênio e o edital da Proex em empenho, e também porque a INCIT exigia muito dela e atuar nas duas assessorias seria impossível. Essa responsabilidade foi suportada a ela porque ambas as entidades (INCIT E INTECOOP) eram (e ainda são) financiadas por meio da dotação 02.04.01.19.572.0024.2025, por intermédio do CONVÊNIO N°. 027/2014, onde são gerados os financiamentos dos honorários e das necessidades da INTECOOP/UNIFEI e ampliadas para suporte da INCIT, conforme registro de todos os aditamentos³⁰.



FONTE: Elaborado pelo Autor

Assim, vendo as dificuldades encontradas pela assessora da INCIT, abre-se um processo seletivo para contratação de uma assessoria direta para INTECOOP/UNIFEI, tanto para reativá-la

³⁰ <http://www.itajuba.mg.gov.br/publicacoes/aditamentos.php> (existem 6º termos de aditamento ao ‘Convênio 027/2014: universidade federal de Itajubá/ fundação de apoio ao ensino, pesquisa e extensão de Itajubá tendo como objetivo a sustentabilidade financeira da INTECOOP / UNIFEI.’)

quanto para as instituições se organizarem dentro das cláusulas para mantimento do Convênio 027/2014. De tal modo, a Assessora 3 assume o posto da incubadora.

As Associadas AAT relatam que a nova assessora, já em outubro, chegou com uma postura diferente de todas as outras, assumindo um papel dinâmico e participativo em pouco tempo, para, como relatado pela Associada AAT 1, “em menos de um mês já estava entendendo como a associação estava funcionando, nos interrogando o que estava acontecendo e sobre qual eram as nossas necessidades. (...) Veja bem, não é que as outras não tinham essa preocupação, mas ela em um dos nossos primeiros encontros já estava fazendo registros” interrompendo a Associada AAT 1, a Associada AAT 2 comenta “não registravam e por isso sempre perguntavam sempre a mesma coisa, essa outra veio direto ao ponto, sem enrolação”. Elas demonstram grande entusiasmo com as novas abordagens, não consideraram nenhum ponto negativo nessa relação, uma vez que as ideias eram postas no papel de modo a serem materializadas, e não somente faladas repetidas vezes.

Já na abordagem com a ACARI, houve uma pequena desconfiança no começo, a Associada ACARI 1 relata que “no começo estranhamos o tanto de vez que ela vinha, não era comum sabe? E ela não queria nos ensinar como separar o material e essas coisas que todo mundo quer fazer sempre, ela veio conversando mesmo, para entender qual era a nossa”. A Associada ACARI 2, aponta para a Associada ACARI 1 e comenta, “ele (no caso eu enquanto entrevistador) vai nos entender mal, ninguém tá falando que é ruim isso (dá uma risadinha), apenas que com ela foi diferente” e a Associada ACARI 3, trabalhando, comenta de fundo “quem tem que ensinar a separar material aqui é a gente não eles (e dá uma risada) ”.

A pequena equipe da INTECOOP/UNIFEI objetivou como prioridade, segundo a relatoria, diagnosticar como estavam as aproximações e atividades com os grupos assessorados. Para isso, junto da sua única bolsista de graduação, que entrou no ano anterior como bolsista e posteriormente mantendo-se assim pelo EDITAL N° 01/2017/UNIFEI/PROEX: Para financiamento de projetos de extensão sociais e culturais da UNIFEI, partiram para uma

aproximação mais incisiva e registrando os passos que elas iam percorrendo nesse caminho, anotando os erros, acertos, possibilidades e dificuldades.

Dentro desse movimento de interação, a assessoria participou diretamente das reuniões e assembleias dos grupos ACARI e ARTES DA TERRA, já com a APRIR o processo foi a passos lentos pois existia certo distanciamento.

Em processo de pré-incubação encontravam-se o GRUPO SANTA ROSA, que em suma eram mulheres da comunidade Santa-rosense (bairro periférico da cidade) que procuraram a incubadora na possibilidade de formar uma associação/cooperativa para trabalhar em seus arredores, e, também, uma associação que comercializava para o Laboratório Nacional de Astrofísica, onde, eventualmente, o contato se extinguiu.

Para com a ACARI, a incubadora percebeu que seria interessante uma parceria com o PROJETO NOVO CICLO – SUL DE MINAS, que foi desenvolvido pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), tendo suas atividades voltadas para a assessoria técnica e parceria junto a grupos comunitários, empresas, ONGs e na Administração Pública. Para com o projeto NOVO CICLO, o INSEA fomentava estratégias para a conclusão do processo organizativo dos catadores de resíduo sólido, tendo como ações a implantação e o fortalecimento dos programas de coleta seletiva solidária, a capacitação técnica, a educação ambiental, a mobilização social e a criação da REDE REGIONAL DE CATADORES DO SUL DE MINAS. Uma das financiadoras do projeto era o grupo DANONE, por possuir duas unidades industriais na região e ‘reproduzir’ a ideia de um mercado que tem compromisso ambiental e social.

A parceria se mostrou interessante, já que a NOVO CICLO, de antemão, atuava na cidade de Itajubá junto da antiga assessorada da incubadora, a ACIMAR, de maneira que podia incluir a ACARI na sua REDE REGIONAL, que constituem mais de 24 cidades, dentre as quais duas fazem parte da macrorregião de Itajubá: Piranguçu com a União Dos Catadores De Piranguçu (UNICAPI – que também já foi assessorada pela INTECOOP/UNIFEI no ano de 2008) e a cidade de Piranguinho com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Piranguinho (ACARPI).

O representante regional da NOVO CICLO, contemplou essa parceria com a ACARI, e solicitou uma nova aproximação da incubadora para com a UNICAPI de Piranguçu, outro ponto que foi registrado dessa reunião foi o representante ter se mostrado interessado no desenvolvimento de um projeto para com o GRUPO SANTA ROSA.

Dessa maneira, o representante NOVO CICLO solicitou uma conversa com a UNICAPI na quinta-feira (15 de março) posterior a reunião com a INTECOOP/UNIFEI, no galpão deles na cidade de Piranguçu. O grupo de catadores se mostrou aparentemente interessado no reprocesso de assessoramento pela incubadora, porém, problemas anteriores que aconteceram na última assessoria, relatados pela Associada UNICAPI 1 nessa reunião, mostrou-se como uma barreira que, segundo ela, veio de um conflito sobre uma doação de uma empilhadeira, onde envolviam eles, a ACIMAR e a INTECOOP/UNIFEI. Esse problema (além de outros que não foram passíveis de identificação) mostrou-se, num futuro próximo, ter sido um empecilho no processo de aproximação e incubação, acabando por não se realizar. Além disso, a prefeitura municipal de Itajubá não autorizou a incubadora de trabalhar fora da cidade, por questões políticas e partidárias.

O GRUPO SANTA ROSA agendou uma reunião no mês de março na associação do bairro, que é um espaço cedido pela Pastoral da Criança do bairro Santa Rosa. Dentro dessa reunião, segundo a relatoria, foi articulada uma tentativa de interação com a Prefeitura Municipal junto do NOVO CICLO, de maneira a construir todos juntos um novo galpão de materiais recicláveis. Dentro disso, ficou combinada uma reunião semanal no mesmo lugar, para poderem monitorar os avanços e como se dariam os encaminhamentos. Porém, sobre sucessivos cancelamentos, e uma última resposta feita pela mensagem que está anexada abaixo, no dia 20/04/18 pela então Associada GRUPO SANTA ROSA 1, percebeu-se a inviabilidade de incubação desse grupo, uma vez que qualquer forma de assessoria estava sendo bloqueada por eles mesmos.

“Oiii... Bom dia... Sabe oq é... Não estou muito animada.. Estava conversando km a Associada GRUPO SANTA ROSA 2 e é ela má disse que agora no começo vai ser agente que vai tomar conta da paste da presidencia da associação, e depois que o negócio tiver andando, e tiver rendendo, pode uma outra pessoa fazer uma chapa e agente tem

que sair da presidência, eu pensava o contrário, não que fosse roubar, mas não axo justo agente correr atrás, estabilizar o negócio, pq de começo nada e fácil, p vir outro e tirar agente... E aqui como vc viu, só nos que vamos na reuniões, isso que aviso todos... Aí na axo justo... Mas vou fazer de tudo p montar um.p mim, tenho um outro terreno no jardim das colinas, vou ver se vendo ele, e compro um pouco doque preciso p seguir em frente.... Mas se conseguirmos abrir uma tipo a que o Associada ACARI 2 tem , lá é só ele que toma conta né... aí agente leva p frente sim” (Registro na Relatoria geral da INTECOOP sobre a mensagem de Associada GRUPO SANTA ROSA 1; 20/04/18).

Outro fator que se destacou nessa mensagem pôde ser notado quando a Associada GRUPO SANTA ROSA 1 apresentou alguns pontos individualistas, pressupondo que um empreendimento solidário era, conforme sua mensagem, um investimento onde preocupa-se mais com a hierarquização e monetização, do que necessariamente com o andamento dele para com o desenvolvimento socioeconômico da comunidade em si, além de ter desconsiderado que o grupo poderia ter um andamento para além dos investimentos que ela estava propondo. Claro que, naturalmente, entende-se que os conhecimentos e perspectivas que assolam um grupo social variam conforme vários fatores que fogem em muito das configuradas do que discriminadamente é um ESS, porém, para esse grupo em questão, as expectativas não apanharam o que a INTECOOP/UNIFEI buscava para efetivação de um novo grupo, e, em contrapartida, o próprio grupo também não apresentou um interesse em ser assessorado pela metodologia aplicada pela incubadora.

Em paralelo a esses fatos, houveram tentativas de reaproximação com a APRIR, mas sem sucesso.

Contudo, entra em cena a Comunidade de Recuperação Nova Jerusalém (CRNJ), que ingressa no processo de observação e pré-incubação, com grandes expectativas de serem incubadas. A percepção se deu em parceria com o projeto extensionista Engenheiros sem Fronteiras, uma vez que eles foram junto aos membros da incubadora conhecer o espaço e o representante da comunidade, que se mostraram animados com a ideia. A CRNJ se define como uma casa de recuperação de dependentes químicos, que não distinguem cor, raça ou credo religioso. Sua fundação foi no ano de 2010, localizada na Est. Vereador Benedito Macedo, S/N, no bairro rural do Canta Galo.

Outro grupo que entrou em observação foi o Mulheres da Peroba, que podem ser encontradas no bairro rural da Peroba, no município de Itajubá. O Grupo Travessia realiza um trabalho bastante interessante e, no que contempla as atividades que poderiam ser assessoradas pela incubadora, entra um projeto que está sendo estruturado em parceria com o Instituto Federal. Nessa observação sobre as possibilidades, foi desenvolvida uma oficina sobre o que é uma assessoria de uma incubadora e a partir de então analisariam se existia um verdadeiro interesse desse grupo de mulheres pelo processo. A oficina teria seu início um mês após esse encontro.

Dentro das associações em processo de assessoria, a ACARI, depois da adaptação às novas atividades, demonstra grande otimismo com a nova direção, principalmente pelo incentivo burocrático e firmação do contrato N° 010/2018 do Processo Licitatório nº 035/2018³¹, que foi promovido pela Prefeitura Municipal de Itajubá, como instrumento contratual para contratação de empresa de coleta seletiva. Dessa forma, conseguiram diagnosticar uma dificuldade na gestão financeira da associação, de modo que dentro de uma reflexão conjunta, perceberam a dificuldade que o grupo tinha de se organizar por ter todo o seu aparelhamento e controle das finanças em apenas uma caderneta e, compactuando com isso, uma grande dificuldade de entender os *softwares* convencionais de gestão.

Diagnosticado esses problemas, a incubadora em parceria com o seu futuro bolsista Ian, planejaram desenvolver junto da associação a instalação de um sistema para começar a fazer todo o processo de esclarecimento das finanças da associação, de forma que eles participassem dessa adequação a fim de que fosse didático ao estilo deles. Outro auxílio foi na criação de oficinas que os orientassem na questão da organização da produção, tentando evidenciar como a organização do espaço de trabalho poderia facilitar a desenvoltura dos associados (as), além de possibilitar a descoberta de materiais omitidos pela desordem e facilitar o acumamento para venda deles. Outro ponto de fortalecimento foi a aproximação do grupo para com o Fórum de Coleta Seletiva pelo

31

<http://diariooficial.itajuba.mg.gov.br/upload/ctr%20010%2018%20-%20acari.pdf>

grupo ComCiência, para assim pensar na coleta seletiva em Itajubá e as possibilidades de começar uma atuação de maneira comunitária.

O Grupo ComCiência foi formado em 2018 por empreendedores e instituições da região de Itajubá, como as criadoras das empresas XYZA Comunicação e Pesquisa e a Biometano Energia, a fim de divulgar boas práticas em sustentabilidade. A ideia inicial era difundir esse pensamento por meio de iniciativas, indicadores, dados e metas, sempre buscando a melhoria contínua de projetos e processos, na esperança de beneficiar a todos os envolvidos e a comunidade Itajubense. Caminhando junto a esses fatores, a AAT organizou sua assembleia no dia 13 de março, às 14h30min na sala de reuniões do prédio INCIT, onde também se encontra a sala da INTECOOP/UNIFEI, que também foi convidada para a mesma. Na reunião relataram problemas com o afastamento de associados, sobre a desorganização e a falta de parcerias, dentre eles o ofício para passar o Dia das Mães na praça central.

Na relatoria da entrevista grupal, as Associadas AAT concordaram que nasceu uma disputa de espaço contra a prefeitura desde quando essa última resolveu reformar e modernizar a praça central na qual elas atuavam anteriormente, alocando-as em outra praça sem movimento e não muito bem frequentada. No final, quando a praça em que elas atuavam antes já estava reformada, a Prefeitura proibiu que suas atividades retornassem para lá.

Na assembleia da AAT, elas conseguiram junto da incubadora perceber as dificuldades que elas teriam de reocupar o antigo espaço de atuação, refletindo sobre novas possibilidades. Assim, o grupo programou uma reunião para com o Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Massoud Nassar Neto, sobrevivendo da ideia de uma revitalização na Praça Getúlio Vargas³², que era a atual praça de atividade. Para isso, pensou-se como seria a formação do projeto, e qual seria a parceria ideal para construí-lo. Nessa seletiva, pensou-se nos outros projetos de extensão que ocorrem dentro da universidade, entre eles o InLoco, que é uma Empresa Júnior, formada por estudantes que fornece serviços na área de Engenharia Civil, com o intuito de desenvolver a

³² Popularmente conhecida como Praça Carneiro Junior por abrigar uma das escolas públicas mais antigas da cidade que leva esse nome.

vivência didática durante a graduação aproximando os estudantes ao mercado de trabalho, e sem fins lucrativos. Frente a isso, em parceria com os professores da universidade, o Prof. Pedro Paulo Balestrassi solicitou que alguns problemas da incubadora fossem encaminhados para ele, a fim de serem resolvidos pelos grupos de sua disciplina de “6SIGMA³³”, ideia essa que acabou se perdendo.

No mês de maio iniciam-se as atividades formais com os bolsistas. No entanto, a Assessora 3 realiza um encontro com todos os participantes do processo seletivo, inclusive os que não foram contemplados com a bolsa, e dialoga com eles na possibilidade de serem voluntários extensionista, mostrando como seriam as atividades, a necessidade de um grupo maior, e a transformação social que poderia ser realizada por intermédio de uma economia participativa e solidária. Naquele momento, todos aceitaram e foram recrutados.

Passando uma semana depois disso, organizou-se uma reunião formal para planejamento das estratégias da incubadora e em que estado ela se encontrava para todos os novos membros. No geral, os principais pontos abordados para discussão e articulação foram:

Quadro 5: Principais pontos de planejamento da INTECOOP/UNIFEI 2018

GRUPOS ASSESSORADOS	
GRUPO	PRINCIPAIS DEMANDAS
Associação de Catadores Autônomos de Reciclagem Itajubense (ACARI)	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Financeira; • Gestão da produção; • Gestão da organização.
Associação Artes da Terra (AAT)	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização da Praça; • Articulação de Políticas Públicas para o artesanato.

³³ É um conjunto de práticas para melhorar sistematicamente os processos ao eliminar defeitos, de modo a promover mudanças nas organizações, melhorando-as para a satisfação dos clientes.

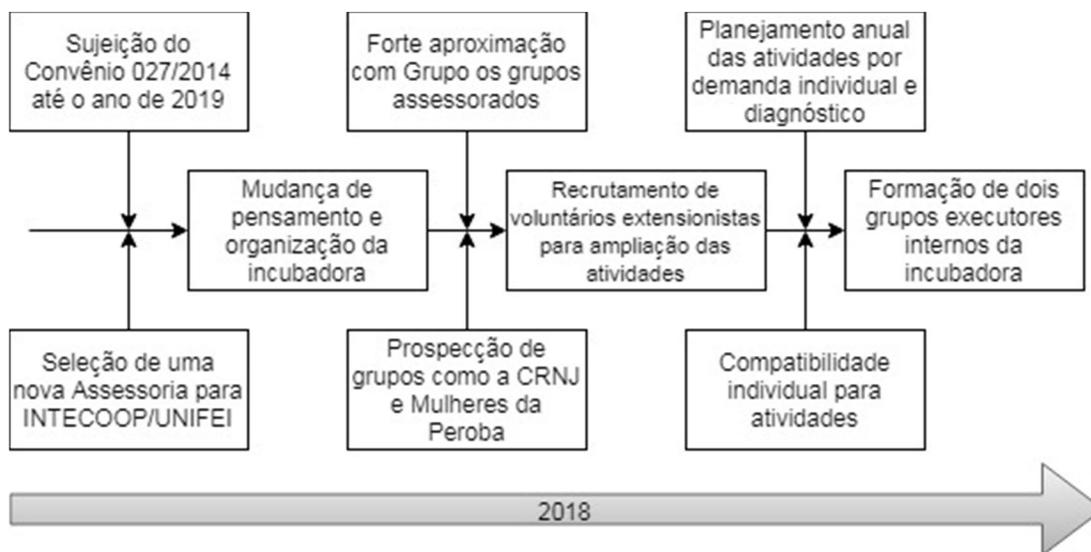
GRUPOS EM OBSERVAÇÃO PARA PROCESSO DE ACESSORAMENTO	
GRUPO	SITUAÇÃO ATUAL
Associação dos Produtores Rurais de Itajubá (APRIR)	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de aproximação;
Grupo Santa Rosa	<ul style="list-style-type: none"> • Estão se estruturando internamente;
Catadores de Piranguçu	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de aproximação;
Comunidade de Recuperação Nova Jerusalém (CRNJ)	<ul style="list-style-type: none"> • Em prospecção;
Mulheres da Peroba	<ul style="list-style-type: none"> • Aguardando respostas para prospecção.
DEMANDAS INTERNAS INTECOOP/UNIFEI	
DEMANDAS	PLANEJAMENTO
Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Captação de recursos; • Rifas, captação interna; • Editais.
Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> • Novo Ciclo; • Engenheiros sem Fronteiras; • Grupo de Coleta Seletiva; • Núcleo Travessia; • ComCiência.
Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos de estudos internos; • Grupos de estudos externos; • Parceria com SEBRAE
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da página e redes sociais; • Divulgação das atividades, eventos e da Economia Solidária.

Fonte: Relatoria Intcoop/UNIFEI 2018

Vale ressaltar que foram geridos dois grupos de trabalho, com intermédio das personalidades e compatibilidades das atividades para cada membro, de modo que eles atuariam

em espaços que se sentissem mais confortáveis e tivessem uma atuação direta com os grupos que já estavam em pré e/ou em processo de assessoria, o primeiro atuava com a ACARI e as Mulheres da Peroba, e o outro para com a AAT e a CRNJ, seus nomes eram, respectivamente, **Aberto como uma flor** e **Pastoreando rebanhos de artes e cultivos**.

Figura 21: Diagrama temporal de 2018 da INTECOOP/UNIFEI



Fonte: Elaborado pelo Autor

Para acomodar e condensar as ações desenvolvidas baseadas no planejamento realizado no começo das atividades onde se integraram os novos membros as explanações serão divididas em três momentos: (1) Ações do planejamento interno, que contempla as demandas de dentro da incubadora; (2) Ações do planejamento com os grupos assessorados, que abordaram as atividades externas e (3) Grupos em observação para processo de assessoramento.

(1) AÇÕES DO PLANEJAMENTO INTERNO:

O desenvolver do financeiro foi definitivamente difícil. A incubadora não dispunha de editais que pudessem a contemplar, nos registros das atas não foi notificado nenhum que tenha se concretizado. Ainda que a incubadora tivesse tentado alguns, como o do Itaú Social ou o fundo internacional feminista, o resultado foi sem sucesso. A equipe tentou participar da premiação Cientista do Ano no segmento impacto social, mas não pode participar pois existia uma

centralidade na premiação, que desmerecia o trabalho de toda uma equipe nas pesquisas realizadas. Parcerias para financiamento de materiais também foram negadas, tais como os e-mails e mensagens que foram encaminhados para vários membros da Heineken (os contatos foram promovidos pelo grupo de ex-alunos da UNIFEI que trabalham lá) dos quais o que mais se destaca foi o contato feito para com a Diretora executiva de Sustentabilidade e Meio Ambiente:

Prezada Diretora executiva de Sustentabilidade e Meio Ambiente, Eu sou o Lucas Gustavo, engenheiro de produção por formação e acadêmico mestrando em desenvolvimento de tecnologias pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Nesse sentido, faço parte do assessoramento da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) e, por ela, coopero nas atividades da Associação de Catadores Autônomos da Região de Itajubá (ACARI), que tem uma média variante de 35 famílias associadas, e é por uma solicitação deles que venho a entrar em contato com você.

A situação que apresento é sobre a concentração de vasilhames de vidros advindos das garrafas de cerveja Heineken na associação ACARI .

Sabemos que a Heineken já faz alguns repasses para o estado desde a resolução da Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e por esse viés entendemos que a empresa tem uma perspectiva consciente sobre o assunto e desse modo gostaríamos de tentar solicitar uma ajuda para a ACARI. No primeiro momento, os associados acreditam que uma caçamba de ferro de 25 m³ facilitaria o trabalho deles uma vez que os vasilhames tomariam menos espaço no galpão, pois eles só conseguem comercializar o vidro quebrado.

Caso essa solução não seja viável, gostaria de saber quais as alternativas que a Heineken disponibiliza para esses catadores de resíduos sólidos, já que o papel deles é fundamental para a racionalização desse material e também para o meio ambiente da cidade de Itajubá.

A resposta dela, assim como de todos os outros foi bem direta:

Qualquer tipo de solicitação para HNK tem que ser via SAC
Nenhuma solicitação entra no circuito por outras vias.
Assim que entra no SAC, eles direcionam para área responsável.
0800 888 1010

E, naturalmente, o SAC não tinha informações sobre.

Dentro dessa situação o grupo se posicionou a gerar outras formas de renda para estruturação do evento que estavam programando sobre economia solidária e interação dos grupos incubados. As necessidades internas, como materiais de papelaria, seriam providas de orçamentos pessoais. Para financiamento do evento, a equipe buscou parcerias com os grupos incubados, que generosamente, contribuíram com as seguintes premiações para a elaboração de

uma rifa: o 1º lugar seria uma cesta de produtos orgânicos (café orgânico), artesanais e uma flor do Stalone (CRNJ), o 2º lugar seria um vale da barbearia do Diego (ele foi um ex-assessorado da incubadora) e um vale de salão feminino e o 3º lugar foi um potinho com brigadeiros (que foi financiado com os orçamentos pessoais da INTECOOP, confeccionados pela bolsista Aline). Uma extensionista tentou um combo de bebidas pelo Diretório Central Estudantil na sede social, porém sem sucesso. A rifa tinha o valor de 2,00 reais.

Outro meio de financiamento foi na captação de recursos por meio da solidariedade de professores que acreditam na ideia do evento e que eram receptivos e amigáveis a causa.

A professora Viviane Guimarães conseguiu uma verba via Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP-CAPES), que foi destinado ao financiamento de transporte para os palestrantes.

O SEBRAE, em contato direto com a consultora Andresa Cristina da Silva, auxiliou em diárias para a palestrante Prof. Dr. Bruna Mendes de Vasconcellos, que repassou toda a verba para o evento.

E assim foi realizado o II Seminário de Economia Popular e Solidária, junto do V Encontro de Grupos Incubados, que aconteceu nos dias 26 e 27 de novembro de 2018, trazendo uma reintegração com os membros assessorados e uma luz de qual caminho seguir pelo Prof. Benedito Anselmo de Oliveira (UFSJ), que contribuiu com estratégias de articulação de editais, tanto para a incubadora quanto para os grupos incubados. Junto dele, veio a Prof.^a Maria de Lourdes Oliveira (UFLA), que magistralmente elevou os grupos extensionistas sociais da UNIFEI à uma reflexão de partilha e diversidade. A Prof.^a Bruna Mendes de Vasconcellos (UFABC) que dedicou em demonstrar a importância do desenvolvimento tecnológico e social junto de sua experiência na ITCP da Unicamp, e como a relação extensionista com a economia solidária pode ser uma alternativa socioeconômica. O que sobrou da verba deu base para algumas atividades da incubadora até março de 2019.

Conveniente pontuar, nesse momento, sobre os planejamentos e exercícios das parcerias. Com o Núcleo Travessia, coordenado pela Prof.^a Viviane Guimarães (UNIFEI), a reaproximação

aconteceu desde meados abril, quando se observou que o grupo Mulheres da Peroba tinha um perfil que contemplava as abordagens de assessoramento da incubadora, porém, dessa vez, sem atravessar o que já estava e havia sido construído, e compartilhando dos estudos que já aconteciam com o Núcleo Travessia. Essa aproximação se deu com intermédio do Núcleo, uma vez eles possuem como corpo de pesquisa a extensão universitária para o apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, e o bairro rural Peroba é um dos lugares ao qual eles desenvolvem os seus projetos. A reaproximação definitiva com o grupo aconteceu em setembro com uma oficina de sensibilização entre os dois projetos, onde a Prof.^a Viviane Guimarães nos saudou com uma nova perspectiva do trabalho campesinato, como essa abordagem se faz diversa e as mitificações acerca desse universo que muitas vezes se fazem romanescas. Essa oficina foi definitiva tanto para a integração do grupo Mulheres da Peroba, quanto para a organização do II Seminário de Economia Popular e Solidária, citado nos parágrafos acima.

A parceria com a Novo Ciclo tomou um rumo focado quando viram que as necessidades da ACARI eram de extrema urgência em relação aos parâmetros da prefeitura municipal, e assim sendo percebido em uma reunião geral, ficou claro que a incubadora não teria pernas para atuar com mais uma associação de catadores, na ocasião a UNICAPI de Piranguçu. Partindo disso, alguns planos para licenciamento da associação foram pensados juntos, e quais seriam as medidas e contraversões que deveriam ser realizadas antes de um eventual fechamento da associação.

Os Engenheiros Sem Fronteiras (EsF) quase criaram uma ‘fronteira’ com a aproximação da Comunidade Nova Jerusalém. Esse projeto (EsF), que existe em mais de 66 países, segundo o site principal da rede³⁴ tem como foco projetos que são desenvolvidos e executados por voluntários locais, que se envolvem pessoalmente com os membros da comunidade. Portanto, eles haviam proposto desenvolver junto da CRNJ um transformador de energia eólico sustentável, a partir de materiais recicláveis, animando-os e esperando-os. Contudo o grupo desistiu do projeto e a incubadora ficou exposta de como iria repassar a informação, para mote disso pensou-se em alternativas antes da desistência da ideia que, eventualmente, ganhará força

³⁴ <https://esf.org.br/>

mais no ano de 2019, pela integração dos novos membros discentes extensionistas com maior conhecimento técnico sobre. A par disso, a relação da INTECOOP/UNIFEI com os Engenheiros Sem Fronteiras ficou mais receosa, conforme registrado na ATA do dia 22/08/2018, porém sem o intuito de cancelamento, e assim, ficaram estipuladas ações coparticipadas em divulgação nas redes sociais e em eventuais organizações de projetos melhor estruturados.

Com o grupo ComCiência, ficou planejado, inicialmente, uma campanha de coleta seletiva no bairro BPS, o mesmo que circunda a universidade. A campanha foi dividida em três partes: (1) mapeamento dos catadores e das casas por meio de questionários, (2) execução da campanha por meio de divulgação e registros e (3) compilação e estudos sistemáticos dos dados para aplicação e melhora na relação da coleta seletiva. A primeira etapa contava com o apoio de membros Engenheiros sem Fronteiras – o que não foi efetivado mais uma vez. O ComCiência, para realização do projeto, necessitava do auxílio de uma quantidade maior de membros para a elaboração, de modo que a incubadora auxiliou na aproximação deles com o Grupo de Coleta Seletiva de Itajubá. Efetivamente falando, em relação à INTECOOP/UNIFEI, a parceria acabou por se desatar, e as ações do grupo se redirecionaram para outros objetos onde os dados não se relacionam com a incubadora.

O que diz respeito à comunicação, O grupo interno decidiu recolher informações que posteriormente seriam divulgadas na forma de pequenos textos, informando as impressões pessoais a respeito dos processos de assessoria. Esses textos foram anexados nas atas de reunião/incubação, para depois serem carregados à uma nuvem de dados para serem coletados pela equipe de comunicação, e em seguida publicados nos veículos de comunicação da incubadora. Outra ideia também pensada foi na de coletar informações sobre o impacto da economia solidária em outras regiões que tivessem características parecidas com as nossas, a fim de familiarizar as histórias com as pessoas que iriam acompanhar essas publicações.

A equipe de comunicação intencionou, ainda, fazer uma entrevista com os associados durante os horários de atividade para mapear as informações e entender como se davam as relações pessoais com o trabalho que eles realizam.

Ainda dentro desse contexto, pensou-se em reinaugar o Expresso Solidário, jornal esse que participou da comunicação da INTECOOP/UNIFEI por um tempo, de forma física e digital (e que muito colaborou nas informações dessa dissertação e do desenvolvimento identitário da incubadora).

Em resumo, as atividades da comunicação até o final deste ano (2018) se saíram bem, ainda que não seguisse em risca todo o planejamento, pois algumas coisas não foram possíveis, tais como a reativação do Expresso Solidário e o mapeamento das relações pessoais (ainda que alguns panoramas informais fossem feitos), mas o desenvolvimento das redes sociais – entre elas *Facebook*, *Instagram* e *WebSite* – tiveram um impacto interessante, onde as informações muitas vezes foram compartilhadas pelos perfis dos grupos e ampliando a mensagem que a incubadora objetivava compartilhar.

(2) AÇÕES DE PLANEJAMENTO COM OS GRUPOS ASSESSORADOS

A Associação de Catadores Autônomos de Reciclagem Itajubense (ACARI) teve uma forte aproximação desde a integração da nova assessoria, conforme relato da Associada ACARI 1. Essa condição não mudou com a integralização do novo time, e sim gerou um conforto dentro dessa relação que muitas vezes passou da relação de assessoria para uma fortuita intimidade.

Esse sentimento veio também, sob a narração das Associadas ACARI, quando o grupo da INTECOOP/UNIFEI se propôs a intensificar as idas e vindas dentro da associação, uma vez que isso se mostrou necessário para captação e entendimento das finanças, a fim de elaborar um *software* junto deles, além da formação das oficinas que aconteceram conforme disponibilidade e necessidade do grupo.

Essa construção foi feita em uma das primeiras reuniões internas da incubadora, quando o Ian, já no desenvolvimento do *software*, precisou do auxílio de mais membros para a elaboração da planilha de finanças, que devido ao volume muito grande de dados e instabilidade de preços, a tarefa tornou-se extremamente exaustiva. Além dessa questão, outro ponto que a incubadora percebeu no diagnóstico, foi o grande desafio a ser pensado na ACARI quanto a organização do

ambiente de trabalho e das dificuldades da mudança de hábitos, providas de uma resistência dos associados, que atrapalhava diretamente na estabilidade da triagem e execução das tarefas.

A incubadora, em especial com formação do grupo ‘aberto como uma flor’, arquitetaram junto dos associados no mês de junho um protótipo de como eles gostariam que fosse o desenho organizacional do espaço de trabalho deles, onde dentro desse plano, pensaram juntos quais seriam as possibilidades de aproveitar o espaço e como eles iriam estabelecer essas metas. Foi pensado na possibilidade da associação fechar-se por duas semanas para se organizar, situação essa que só viria a acontecer no final do ano.

Para isso, no mês de julho, em parceria com a Novo Ciclo, foram sendo realizadas oficinas para organizar a produção na ACARI, ainda que eles apresentassem grande resistência, uma vez que o objetivo dessas era com a intenção de encontrar um modelo adequado no qual eles pudessem manter conforme os ajustamentos e padrões necessários.

Paralelo a isso, o registro de contas das planilhas avança um tanto suficiente, ao ponto de ser pensado em como seria a implementação do *software*. Porém, para conseguir estabelecer isso, foi necessário que eles providenciassem um computador e uma rede de internet a partir das demandas que foram surgindo em incubação.

Dos pontos negativos, especialmente na gestão da triagem e organização do espaço – ainda que muitos trabalhos de desenvolvimento houvessem acontecidos com o grupo, tanto dentro da realização de oficinas, quanto articulados via Novo Ciclo – não houve acolhida pelos associados e associadas.

Em paralelo a isso, teve mudança do pessoal no barracão, e os problemas com o contrato Nº 010/2018 do Processo Licitatório nº 035/2018 feito junto da prefeitura começaram a tomar corpo, de modo que a associação não pudesse ignorar algumas normas como estavam fazendo. A nova assessoria junto do time que já estava na incubadora, tentou entender melhor o que estava acontecendo e entendeu que os condicionamentos que eles deviam para a prefeitura estavam sendo negligenciados, entre eles o licenciamento ambiental, a vistoria do corpo de bombeiros e a adequação elétrica. A Associada ACARI 2 afirma que as normativas não eram algo na qual eles

deixavam de lado, mas sim por que existiam (e ainda existem) tantos problemas internos que o grupo estava esperando o momento certo de aplicar essas demandas e acabaram por não identificar os prazos.

Posto isso, esses se tornaram o grande objetivo frente a ACARI, e as articulações com eles tomaram outro rumo, já que antes se pensava em uma organização estrutural construída mutualmente, e agora ela seria regida por condições externas imutáveis e sob prazos curtos que fugiriam do comportamento deles ou da incubadora – se não, a associação teria de ser interdita por tempo indeterminado.

No mês de novembro houve o repasse da Bolsa Reciclagem, conhecida também como ‘bolsa catador’, que em resumo é um incentivo financeiro que foi implantado pela Lei nº 19.823/2011 e regulamentada no Decreto nº 45.975/2012, que tem por natureza legal o apoio a prestadores de serviços ambientais com o desígnio de diminuir o acúmulo de rejeitos, conforme diretrizes da Política Estadual de Resíduos Sólidos, disciplinada pela Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009.

Em dezembro, a associação fecha as portas por quase uma semana no desígnio de uma organização interna de urgência, para pavimentação do espaço de escoamento de materiais.

Quanto às atividades relativas para com a associação Artes da Terra, a partir da integralização dos novos membros em maio, notou-se uma grande dificuldade de uma assembleia com os associados, uma vez que seria dessa que a incubadora iria estruturar as medidas que seriam aplicadas e as necessidades do grupo como um todo. A equipe de comunicação estipulou fazer uma entrevista com todos os associados durante o horário da feira, especialmente para com aqueles que não se encorpavam com as atividades externas da associação, para tentar mapear as informações a respeito da pouca participação destes. Posteriormente a equipe propõe dinâmicas para o maior engajamento dos integrados e informá-los das articulações e parcerias do grupo. Além disso, algumas parcerias foram propostas, focando principalmente a infraestrutura do local da feira. Os parceiros indicados foram a construtora Mohallem, o supermercado Alvorada e os comércios que circundam a praça ao qual eles exercem suas atividades.

Numa reunião com a AAT, percebeu-se que acontecia entre os membros uma estrutura organizacional muito frágil, e as formas decisórias estavam perdidas e centradas num grupo muito pequeno, onde cada membro estava por conta de si mesmo dentro das atividades da associação.

Dentro das necessidades investigadas nas entrevistas, a maior delas foi a revitalização da praça ao qual elas atuam, uma vez que, segundo As Associadas AAT, em reuniões com a incubadora, o espaço não era atrativo e também não muito bem frequentado. Dessa maneira, elas arrumaram um projeto de revitalização, com operativos simples e de baixo custo, e entregaram na prefeitura.

Outra demanda percebida foi a anseio de estender as vendas da associação para as redes digitais, tal como também da divulgação da feira e das barracas pela internet. Dessa maneira, a equipe se propôs a entender melhor essa aspiração e como que seria repassado isso para a construção de treinamentos.

Assim sendo e diagnosticado, foi promovido um curso para promoção dentro da mais famosa rede social atualmente, o *FACEBOOK*, com as seguintes etapas:

Figura 22: Curso de vendas pelo facebook



Fonte: Relatoria Intecoop/UNIFEI 2018

Uma vez que foi percebido o interesse e uma correlação positiva entre os associados, foi pensado em utilizar dessa mesma dinâmica e empírica, para reformular apostilas adaptando as métricas de outras redes sociais, tais como o *Instagram*, que seriam aplicadas em outras oficinas coparticipavas.

O financeiro da AAT foi reestruturado junto dos associados com o grupo da incubadora que os tinha como foco, para que a nova presidente conseguisse adequar algumas características negligenciadas, para que pudessem ser atualizadas e pensadas de modo a se metrificar em coletivo as medidas e os repasses que poderiam ser feitos e captados.

Quanto à relação com a prefeitura e as articulações frente a ela, tiveram dificuldades onde as reuniões foram muitas vezes negadas impossibilitando uma aproximação definitiva com o prefeito. Desse modo, foi planeado em meados de novembro, uma reunião com a Câmara de Vereadores, onde quase todos(as) associados(as) foram para entender as razões do desmazelo das entidades públicas para com eles. Entres as solicitações, destacam-se principalmente: (1) Possibilidade de ocupar a praça central mais vezes ao ano, uma vez que era lá que elas atuavam antes da reforma e o público alvo para as vendas se concentravam ali, (2) adequação e segurança na praça atual de atividades, já que, segundo os associados, é comum frequentar dependentes químicos e andarilhos e, (3) se possível, melhores ferramentas para suas barracas.

Nessa reunião, foi estipulado, a princípio, que a AAT junto da incubadora deveria entregar um calendário para o presidente da Câmara até o mês de janeiro do ano seguinte, organizando todas as datas que elas gostariam de trabalhar na praça central ou em qualquer outro espaço da cidade, para que eles pudessem revisar e contribuir para que fossem efetivadas as atividades.

No levantamento do fim do ano dos membros internos da INTECOOP/UNIFEI referentes a AAT, foi dado como positivo a maneira que o grupo havia conseguindo criar espaços mais coletivos (realização de reuniões e assembleias). A associação começou a buscar a incubadora para a implementação de novas possibilidades (ferramentas e sites). E de negativo foi a dificuldade de descentralizar a relação com a diretoria (pelo modo como elas funcionam). Isso dificulta a realização de formações da associação como um todo. A Associação passou por muitos

momentos altos e baixos, sua instabilidade é um desafio para toda equipe da INTECOOP/UNIFEI. Apesar disso, eles conseguiram melhorar seu processo associativo e a organização interna com o aumento da participação dos associados e melhoria de gestão.

(3) GRUPOS EM OBSERVAÇÃO PARA PROCESSO DE ASSESSORAMENTO

As tentativas de reaproximação para reiniciar o processo de assessoramento e/ou acompanhamento com a Associação dos Produtores Rurais de Itajubá (APRIR) se congelam por definitivo no ano de 2018, e as perspectivas assumem um novo caráter no ano de 2019, quando o grupo da incubadora tende a observar os grupos itinerantes que fazem parte das feiras livres, que acontecem todas as terças e sábados, e um reencontro com os grupos que participam da feira Agroecológica e Cultural de Itajubá (FACI), que acontece nas quintas. Essa similitude se dá quando muitos dos mesmos feirantes que fazem parte dessas outras organizações também participam da APRIR, que mesmo essa não apresentando inclino com a incubadora em virtude das elaborações e burocracias, esses outros grupos apresentaram interesse e demandas convenientes para cooperação de uma economia popular e solidária.

Porém, é pertinente registrar que o processo de incubação da APRIR que iniciou em dezembro de 2010, tendo como principal foco o apoio contábil, estruturação e fomento dentro dos parâmetros do convênio como a Prefeitura Municipal de Itajubá, foram bem realizados dentro daquilo que eles queriam como base, de maneira que, segundo o Diretor do Departamento de Fomento Agrícola da Secretaria Municipal de Agricultura, o Sr. Helder Martins Santiago, a participação de estruturação foi importante, mas agora essa responsabilidade de auxílio e assessoraria a esse grupo cabe a eles, uma vez que o contrato se intercambia numa perspectiva reta entre a prefeitura e a associação.

Já o Grupo Santa Rosa, após o afastamento para reestruturação interna, ressurgiu em setembro para uma nova reorganização, porém, desta vez, auxiliados pela ENACTUS/UNIFEI, que em suma é uma organização que existe em vários países, mobilizando estudantes, acadêmicos e líderes de negócios que estão comprometidos a usar o poder da ação empreendedora para promover o desenvolvimento no mundo, dirigidos por professores

conselheiros e especialistas em negócios. Esses times criam e implementam projetos comunitários que “empoderam” as pessoas socioeconomicamente, para participação de competições nacionais e internacionais – Orientados, nesse caso, pela Professora Juliana Caminha Noronha, que ministra disciplinas como Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios.

Logo, a aproximação com esse grupo acabou por se desfazer, uma vez que a ENACTUS/UNIFEI assumiu o espaço e “criou” perspectivas que fogem do assessoramento e idealizações de uma economia solidária proposta pela incubadora.

A Comunidade de Recuperação Nova Jerusalém, foi, dentro do conjunto planejado, a organização na qual a INTECOOP/UNIFEI mais se aproximou.

A Casa de Recuperação Nova Jerusalém, como citado anteriormente, foi fundada no início do ano 2010, constituindo-se como uma organização civil não governamental, que atua nas áreas de Saúde, Educação e Cidadania através dos seus múltiplos projetos de caráter civil, cultural, filantrópica, beneficente e social e sem fins lucrativos, tendo hoje um número variante de 25 internos. A CRNJ tem por princípios os regimentos bíblicos cristãos, e possui como mantenedores de doações voluntários da sociedade civil, alguns dos familiares dos internos e parcerias vindas do Supermercado Pilar, Auto Posto Avalon, Draga Itajubá, alguns pequenos Armazéns e etc. A CRNJ é dirigida pelo Pastor Alcir Tadeu Mendes, sendo o seu vice o Pastor Vicente Flávio Freitas.

Importante pontuar que o aparecimento dessa comunidade se deu pelo apadrinhamento do nosso coordenador do projeto, o professor e vereador (PSDB) Carlos Eduardo Corrêa Molina, onde corrobora em atividades de evangelização como pastor.

A passar dessas informações, os novos membros da incubadora, em especial os que faziam parte do grupo **Pastoreando rebanhos de artes e cultivos**, foram até a CRNJ para poder conhecer melhor o espaço e desenvolver, por cima, um possível diagnóstico das possibilidades. Contudo, o pastor Alcir não estava lá para a reunião combinada previamente, dando espaço para outro membro da comunidade receber o grupo, o pastor Daniel, que ali estava na tarefa de

observação dos membros para com as atividades eles estavam realizando, como ele mesmo disse: “o gado só engorda quando o olho do dono tá por perto”.

Foi percebido que além de um belo jardim com as mais variadas flores das mais variadas estações, eles possuem algumas hortas em potencial de expansão e uma estufa simples, porém criada e efetivada pelos próprios internos (o que enriquecia a sua beleza e ocupação do espaço). Os membros eram, em sua maioria, pessoas que muitas vezes foram abandonadas e de baixa condição financeira, como andarilhos e mendigos, mas também se pôde identificar membros que estavam ali por razões autodestrutivas que fogem desses atributos socioeconômicos. Contudo todos demonstraram grande respeito e curiosidade pelo grupo que ali se apresentou, e, o grupo, naturalmente compartilhou do mesmo sentimento.

Logo após o episódio, no mês de junho, foi feita uma reunião para diagnóstico da CRNJ, junto dos Engenheiros Sem Fronteiras, e entre discussões e articulações, viram grande aptidão na estruturação da estufa, em especial no desenvolvimento de um transformador de energia eólico sustentável, a partir de materiais recicláveis. Dentro desse planejamento, pensou-se em uma aliança com o ‘Orgânicos Sul de Minas’, que é uma central de associações de produtores orgânicos que vem para interação e fortalecimento dos grupos de produtores orgânicos já existentes. Essa aliança seria interessante para com as hortas que a comunidade apresentava, uma vez que essa central poderia auxiliar sobre demandas e parcerias.

Outra ideia pensada, não só pelo grupo, mas por uma ideia transmitida pelos membros da comunidade, era na elaboração de uma Farmácia Viva, que tem como base o cultivo de plantas medicinais indicadas para tratamentos e prevenções, através de um modelo natural constante de saúde para sintomas de doenças de menor gravidade (ou para várias de médias e maiores gravidades também, segundo alguns estudiosos da área tais como o Professor Pedro Dantas Fernandes da USP inspirado pelo Professor Francisco José de Abreu Matos da UFC). Mas, para isso ser pensado e discutido, era interessante melhorar as formas como eles faziam suas plantações, de modo que foi pensado oferecer oficinas de plantio e compostagem.

No grupo interno da incubadora, foram discutidos sobre como seria a desenvoltura do processo de incubação com eles. A ideia era conhecer mais dos atores responsáveis pelos grupos de trabalho dentro da Comunidade e ao longo do tempo ir criando reuniões e rotinas de incubação, de modo a gerar um documento com as informações da Comunidade, para facilitar as conversas e entendimento.

Após isso, em comum acordo, foi decidido que a Comunidade de Recuperação Nova Jerusalém entraria em processo de pré-incubação com grandes expectativas de serem incubadas. Contudo, foi percebido que a grande barreira que atrapalhava a relação com eles era o transporte até a comunidade e as relações fortes de religiosidade, ponto essa que não se conseguiu encontrar estatísticas ou dados sobre como a relação de uma ITCP com esse tipo de grupo se deu.

Assim, sobre a CRNJ, uma das primeiras ações da assessoria foi ir de encontro com a comunidade e gerar uma oficina conhecida como “Mãos que Trabalham”, para que gerasse novamente o sentimento de cooperativismo e colaboração entre todos os membros que participariam dessas ações de construção.

Dado isso, o Pastor Alcir junto da incubadora planejou pequenas estratégias de divulgação da comunidade, para que assim ela tivesse um maior reconhecimento dentro da região, e a incubadora auxiliou na efetivação do Selo Orgânico, para que dessa maneira eles pudessem tanto comercializar seus plantios como também ponderar em novas estruturas nos espaços que eles têm disponíveis, para efetivar as ideias pensadas anteriormente.

Passado a isso, as ações ficam por conta da efetivação do selo e na procura de recursos e/ou parcerias para assessoramento de cursos para produção de outros tipos de mudas e melhoramento nos espaços internos da comunidade.

4.7 – 2019: NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM

No terceiro trimestre de 2018 foi registrado que 11,9% da população brasileira encontrava-se em situação de desemprego, isso remete a cerca de 12,5 milhões de habitantes

(IBGE, 2018). Essa situação não se fez diferente na cidade de Itajubá, que apresentou uma negativa de 629 postos de emprego³⁵, sendo colocada na pior posição desse segmento na região do sul de Minas.

Nesse sentido, o fortalecimento da INTECOOP/UNIFEI dentro dessa comunidade foi de suma importância, pois dentro do descortinar de novas possibilidades econômicas que estimulam a cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade, suscitou oportunidades de trabalho e renda para as famílias vulneráveis, além da promoção de capacitações certificadas que auxiliam no aumento da autoestima pela introdução social do indivíduo como parte de um objetivo maior.

Observado isso, a equipe interna da incubadora, sofrendo baixa de apenas dois extensionistas, especulou a possibilidade de uma nova demanda na equipe que possa participar das ações que já estavam acontecendo e aumentar as atividades com os grupos que estavam em prospecção.

A INTECOOP/UNIFEI, nesse momento contava com três grupos incubados (Associação Artes da Terra, Associação de Catadores Autônomos de Reciclagem Itajubense - ACARI e Casa de Recuperação Comunidade Nova Jerusalém) e outros três em prospecção (Organização de Controle Social da Peroba, Grupo de Mulheres da Peroba e Associação dos Moradores dos bairros Rebourgeon e Jardim das Palmeiras) e almeja para o próximo ano atuar na criação de três grupos e identificar e aproximar de outros três grupos já existentes, totalizando doze grupos assessorados.

Posto em mente a ambição do processo, no melhor sentido da palavra, estruturou-se em uma reunião interna como seria o processo de voluntários extensionistas, uma vez que o perfil destes deveria contemplar certos pontos que foram estipulados como essenciais pelo grupo interno, tais como o entendimento do modelo hegemônico em todas as suas faces, reconhecimento da diferença entre assistencialismo e construtivismo, participação (no passado ou

³⁵ <http://www.jornaldelavras.com.br/index.php?p=10&tc=4&c=19355&catn=1>

atualmente) em projetos sociais, possibilidade de estudos sobre autogestão e economia participativa e solidária, entre outros.

Para isso, o processo passou por três momentos, o primeiro numa oficina sobre autoconhecimento, abrindo assim uma roda de conversa onde cada um foi narrando um pouco de si, o que o motivava e como seria um mundo ideal. A segunda foi uma dissertação sobre uma situação que envolvia economia solidária e o terceiro momento foi uma dinâmica em que eles deveriam simular uma assembleia discutindo um caso comum dentro das associações. O fato é que todos apresentaram características interessantes para o movimento que estávamos planejando e particularidades que impossibilitaram a decisão de quem entraria ou não, e foi assim que a equipe, em uníssono, decidiu que todos deveriam entrar e que se de fato queríamos uma construção horizontal e participativa, que as relações se revelassem da maneira mais autogestionária que pudesse ser.

A integração com o novo grupo, agora com 15 extensionistas e uma assessora, teve momentos interessantes, com mais referências positivas do que negativas, transformando a outrora sala de treinamentos em um espaço de convívio e de frequentes reuniões de grupos que compartilhavam interesses parecidos com os da incubadora que, por diversas razões, não tinham um espaço para isso, o que, consecutivamente, possibilitou a criação do Grupo de Estudos sobre Economia Participativa e Solidária, que acontece quinzenalmente, lotando a sala de alunos não só da universidade para discutir artigos e textos sobre o tema e/ou arcos que de certa forma contemplem o assunto principal. Dentro desse grupo e também entre outras situações, identificaram-se atores que, futuramente, moveram a articulação dentro da universidade para a III Jornada Universitária contra a Reforma Agrária e para a maior assembleia de alunos que já aconteceu na história da UNIFEI, no dia 13 de maio, a fim de discutir a paralização do dia 15 de maio contra os cortes na educação e a possibilidade da greve geral – onde os alunos, pelo menos a maioria dos 2000 que ali estavam, foram a favor.

A parte disso, dentro dos internos da incubadora, aconteceu uma das maiores experiências de horizontalidade e de fortalecimento das relações, quando a INTECOOP/UNIFEI, foi

contemplada com algumas bolsas da pró-reitoria de extensão dentro do processo seletivo organizado pelo EDITAL N° 01/2019/UNIFEI/PROEX, onde os membros decidiram por si dividirem a bolsa em todos os membros. Porém, alguns dos que ali estavam decidiram que não queriam sua cota, ou por razões pessoais ou por já terem outra fonte de recurso. Após isso, foi notório a aproximação e companheirismo dos membros.

PLANEJAMENTO ACARI

A ACARI, junto das avaliações e intervenções para ser contemplada pelo Auxílio Municipal de Catadores de Resíduos Sólidos, está conduzindo e tomando frentes quanto as tarefas que precisam ser realizadas dentro do plano de ação. Uma das principais medidas foi para com a organização da frente do galpão, de maneira que fique limpa para realização do processo de cimentação, de acordo com a nova estrutura que havia sido discutida no ano anterior.

Uma vez cimentado, no mês de março, a equipe se reuniu junto da incubadora para pensar numa reunião de planejamento, que foi agendada em uma data comum para ambos os times no segundo dia de abril.

Infelizmente, nessa reunião, o Professor que assumiu o Grupo ComCiência – que tinha como objetivo a idealização da logística do vidro dentro da cidade de Itajubá, onde facilitaria o recolhimento da ACARI e de outras associações e, também, contribuiria para a reciclagem no município – não concordou com o pensamento horizontal e construído cooperativamente dentro da associação, de modo que afirmou que, para a ACARI ter como participar do projeto, ela necessitaria remodelar vários procedimentos internos, aprender valores empreendedores e verticalizar as relações, onde líderes deveriam estipular metas para o espaço ser ideal para as entradas e saídas que o Professor ‘prevê’ para a associação, além das ‘perdas’ que ele observou na maneira como a associação fazia com os seus resíduos, gerando um clima de desconfiança da ACARI para com o trabalho que estávamos desenvolvendo.

A fim de tomar possíveis providências em relação a isso, a incubadora foi dialogar com a empresária Aleta Nunes (frente da XYZA Comunicação e Pesquisa, agência de comunicação que

busca integrar legados sociais, ambientais e econômicos no espaço em que atua e a frente da OUY Inteligência Sustentável, startup de comunicação, educação e gestão de resíduos) e a empresária Larissa Palombo (frente da Biometano Energia, startup que atua no setor de energia, no segmento de biogás) que são membras organizadoras do grupo ComCiência, com a intenção de buscar um intermédio com o professor, já que ambas se mostraram alinhadas com o posicionamento da INTECOOP/UNIFEI. Além disso, foi discutida participação do Cata-Treco para o recolhimento do vidro para a associação. Os associados e o grupo realizarão uma reunião no dia 26/04 às 08:00, para bolar estratégias para a logística do vidro.

Dado a isso, antes dessa situação, ainda na reunião de planejamento, os participantes concordaram em elaborar o regimento interno com a participação de todos os associados, em uma parceria entre ACARI e INTECOOP. O Regimento será iniciado e terminado nos meses de maio e junho respectivamente. O valor investido será de R\$ 300,00

Porém, para licenciatura da associação junto do projeto dos bombeiros e liberação do alvará, são necessárias ações para a sua regularização. Os associados levantaram as seguintes necessidades: organização; Extintores; Placas de sinalização; Pintura do chão; Adequação da rede elétrica.

Os itens serão regularizados até o dia 30 de Abril. Para a organização do espaço, planeja-se a contratação de mais duas pessoas para ajudar na triagem. O computador será formatado pela incubadora e o software será implementado em junho após a regularização interna.

As Atividades podem ser observadas abaixo, seguindo as orientações passadas pela metodologia utilizada pelo Professor Bené (UFSJ), no ultimo encontro dos Grupos Incubados.

Quadro 6: Método o que, como, quem, quanto e quando.

O que	Como	Quem	Quanto	Quando
Regimento Interno	Numa assembleia geral com todos os associados e registro das documentações.	Acari Intecoop	300,00	Maio
Regularização técnica interna da associação	- Instalação dos extintores. - Adequação Elétrica. - Pintura segundo o regimento de resíduos.	Acari	Temos os extintores; tinta.	Até 30 de abril.
Computador	- Formatação; - Instalação de softwares.	Intecoop	-	3ª semana de abril
Logística do Vidro	Numa reunião geral com todos os membros que estão na organização do projeto.	ComCiência Intecoop Acari	à definir	26/04

Fonte: Elaborado pelo Autor embasado pela metodologia do Prof. Bené (UFSJ)

PLANEJAMENTO AAT

A AAT retorna o ano de 2018 com uma nova forma de visualização do pessoal, repassando sobre membros novos e a nova formação de diretorias, e que haverá eleições neste ano para a presidência, para assim atualizarem os registros da receita federal, que está desatualizada faz tempo.

A Planilha de finanças continua no processo de adaptação, uma vez que a associação não realizou ações extras desde o ano passado, porém, a presidente Cláudia vai distribuir as funções e a planilha agora passa a ser estudada e verificada pelo membro Aron, que assume a diretoria de

finanças. As finanças não estão em déficit, e segundo o Aron, o grupo está caminhando apertado. Dentro das medidas para alastrar um caixa comum, a associação vai realizar uma rifa de páscoa para arrecadar dinheiro. A Intcoop vai contribuir no desenvolvimento do canhoto pra eles e também ajudará vendendo tanto na universidade quanto para amigos e achegados.

Outra alteração importante foi na alteração da forma de pagamento do montador das barracas, uma vez que ele cobrava um valor ultrapassado, e os membros decidiram aumentar o valor em 30%, para cada montagem de cada associado.

O deputado Ulisses Gomes, do Partido dos Trabalhadores, foi contatado e doará novas barracas para a associação. Os membros tentarão negociar vinte e cinco novas barracas, pois, mesmo que tendo atualmente dezoito membros, recebem demandas semanais de novos artesãos solicitando participar da associação. Caso as barracas fiquem ociosas por muito tempo, podãõ repassá-las.

Depois de essas demandas internas terem sido discutidas e resolvidas, parte-se para o planejamento do ano, visando a graduação da associação no final do ano – mas não a desvinculação, a ideia é manter parceria e observação.

Um assunto que foi posto em pauta foi sobre a revitalização da praça, onde ambos os membros refletiram e acertaram em usar alternativas sustentáveis. Para isso, foram-se planejadas para o ano de 2019 as seguintes intervenções, seguindo também as orientações passadas pela metodologia utilizada pelo Professor Bené (UFSJ), no último encontro dos Grupos Incubados:

Quadro 7: Método o que, como, quem, quanto e quando.

O que	Como	Quem	Quanto	Quando
Organização das barracas (virar a frente para a rua)	Aviso no grupo, justificando a mudança acordada pela diretoria.	Todos os associados	-	Sexta (29/03)

Divulgação online	<ul style="list-style-type: none"> - Semanalmente divulgarão o local e horário da feira. - Junto à Intecoop produzirão conteúdo sobre a história de cada associado para ser postado ao longo do ano. 	AAT e Intecoop	-	Divulgação da feira - semanalmente Os conteúdos serão feitos na data acordada pela diretoria com os associados
Divulgação com panfletos	<ul style="list-style-type: none"> - A arte do panfleto será feita pela Intecoop no mesmo estilo da identidade visual já desenvolvida. - A AAT buscará patrocínios em indústrias, gráficas, hotéis e Alvorada. 	Intecoop (arte) e Diretoria AAT (busca de patrocínios)	+/- 100,00	2ª semana de abril - arte Busca de patrocínios - depois que a arte do panfleto estiver pronta (até o fim de abril , aproximadamente)
Revitalização	<ul style="list-style-type: none"> - Pegar as flores descartadas pelo supermercado Alvorada para plantar nos canteiros da praça - Oficina de layout da praça - Descobrir opinião e sugestões da escola 	<ul style="list-style-type: none"> - Dani Ornaghi (professora arquiteta) - Intecoop (oficina) - AAT 		
Ponto de Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Com projetos da Unifei: UC (teatro, dança, tecido), Forró, QuiTrupe, Blue Bunnies - IMMA, artistas que já se apresentam na praça - Cada semana um grupo faz uma apresentação (projetos da unifei 1 vez no mês e outros grupos nos outros fim de semana do mês) 	Intecoop vai articular com projetos da unifei e a diretoria da AAT com o IMMA	-	Articulações ao longo do mês de abril e início da execução em maio

Fonte: Elaborado pelo Autor embasado pela metodologia do Prof. Bené (UFSJ)

O planejamento do processo de assessoria da CRNJ foi realizado passo a passo, primeiro entendendo como são produzidas as hortaliças e também as flores do viveiro, verificando as condições para que se oficializem como produtores orgânicos, dentro dos parâmetros exigidos pelos associados do ‘Orgânicos Sul de Minas’. Assim, verificou-se que o único insumo externo

utilizado são as mudas compradas no Ceasa ou recebidas por doações de indivíduos não especificados. No preparo do solo, a comunidade utiliza apenas esterco bovino dos disponibilizados gratuitamente pelos vizinhos ao redor. Outra iniciativa que a CRNJ está iniciando, que também contempla os parâmetros, é a criação de uma composteira com a matéria orgânica produzida na por eles mesmos.

Foi feito o planejamento a partir das demandas apresentadas, tanto as do ano passado quanto as atuais, e entre elas estavam a certificação orgânica, a fossa de rejeitos, o tratamento do esterco, a composteira e a horta viva, de modo que:

- *A certificação orgânica*: a incubadora junto dos membros da cooperativa entregou uma relatoria para Orgânicos Sul de Minas a fim de se credenciar e articular quais pontos ainda estavam pendentes;
- *A fossa de rejeitos* seria articulada junto do Grupo Travessia, uma vez que um dos membros do grupo, o Kalahan, possui um vasto entendimento sobre o assunto, não só técnico como popular;
- *O Tratamento de esterco e da composteira* estava em processo de acertamento com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural para ver se existe a possibilidade deles promoverem cursos e oficinas nesse sentido, não só para eles, mas para outros grupos rurais do município;
- Para a *Farmácia Viva*, os estudos estão em processo de desenvolvimento, ainda partindo do diagnóstico espacial e das propriedades herbalistas que já existem e quais podem ser crescidas ali.

A partir da aproximação com essas medidas, a incubadora percebeu algumas demandas dentro da estrutura da comunidade, tais como o problema da serpentina e da vontade do Pastor Alcir de criar ali uma PCH³⁶ (Pequena central hidrelétrica).

³⁶ Segundo definição da Agência Nacional de Energia Elétrica, é uma usina de pequeno porte com capacidade instalada maior do que 3 MW e no máximo 30 MW

Para isso, a incubadora inclinou-se a fazer uma parceria de estudos com a ProHidro/UNIFEI para verificar a viabilidade do projeto, uma vez que ela foi um projeto de extensão fundada por alunos da Engenharia Hídrica, que se organizaram em uma associação civil com o intuito de realizar projetos, serviços e consultoria relacionados a recursos hídricos, contribuindo para o desenvolvimento de Itajubá e região, e também de formar profissionais capacitados e comprometidos com esse objetivo.

Além disso, percebeu-se também um excedente muito grande de pescados, oportunizando o grupo a organizar estratégias de aproximação da CRNJ com algumas peixarias e possíveis locais que poderiam comprar esses peixes. Porém, a comunidade relatou que nenhuma delas tiveram interesse. Porém, vendo a frustração da comunidade a isso, os integrantes da incubadora sugeriram organizar estratégias em outros lugares e parceiros da incubadora e da universidade que podem ter interesse na compra do produto, como: prefeitura de Itajubá, R.U., Restaurante Pinheiro e Popular. Outro movimento foi sobre uma divulgação mais assertiva e melhor desenhada.

A parte das atividades citadas acima, outra atividade relatada foi o artesanato. Essa atividade começou em meados junho quando um novato, denominado ‘Ripi’ pelos internos. O Ripi, ao entrar na comunidade, compartilhou de seus talentos para criação de artefatos com alguns internos. Porém, isso configurou, segundo o intendente da CRNJ, um problema para a comunidade, uma vez que eles tentavam vender o artesanato para os visitantes e escondiam o dinheiro, para uma eventual compra de Drogas. Logo, a racionalização de como comercializariam esses artefatos, se de fato for de interesse dos internos, deveria ser esquematizada de maneira profunda, sem que perdesse as características e individualidades dos internos. Além disso, esporadicamente, são realizadas oficinas de pinturas em tecidos e quadros, situações essas que podem ser pensadas juntas.

Ficou acertado que nos dias 5 e 6 de maio o grupo RAMA - Rede Agroecológica da Mantiqueira visitará a comunidade para inspeção e avaliação dos produtos para liberar a certificação orgânica, o que propiciará estudos sobre a viabilidade econômica para que a

comunidade possa se integrar e frequentar as feiras específicas para orgânicos que acontecem esporadicamente, como também as itinerantes feiras livres.

Os outros grupos em prospecção, como a reaproximação com a Feira Livre, e o Grupo Mulheres da Peroba, ainda estão em processo de aproximação. Com a Feira Livre, por exemplo, já houveram aproximação mais formais com uma certa facilidade, uma vez que a membra que tomou frente do projeto já tinha o hábito de frequentar sucessivas vezes todas as feiras que os grupos itinerantes participam, tanto pela sua ideologia veganista como por outras razões pessoais. O Grupo Mulheres da Peroba caminha em um pé parecido com o da Feira Livre, uma vez que a aproximação em si já havia acontecido por outras razões afora a incubadora, porém, o processo de assessoramento em parceria com o Instituto Federal encontrou algumas dificuldades providas do atual governo, fazendo com que as estratégias antes articuladas tivessem de ser repensadas.

5 – PARTICIPANDO E PARTICIPANTES: ANÁLISE DA ESTRUTURA DA INCUBADORA EM DIÁLOGO COM OS GRUPOS ASSESSORADOS

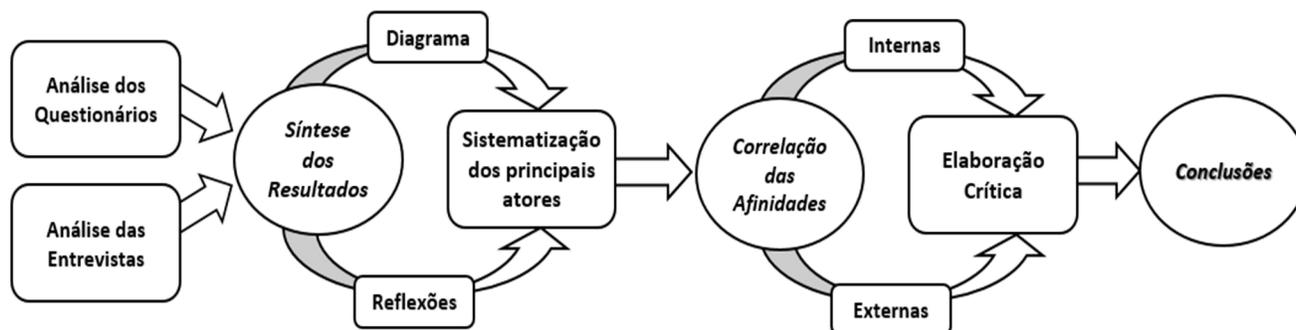
Esse capítulo se configura por exercer a função de concentrar os acontecimentos que foram surgindo no capítulo anterior para congregar melhor as questões refletidas e analisadas sobre os dados que foram se concretizando relacionando com o ponto de vista das entrevistas (estruturada, semiestruturada e aberta)

Essa condição de paralelizar o caminhar essas reflexões como outros pontos de vista reforça a consistência básica de uma teoria crítica que é esse olhar em todos os planos, ainda que não sejam neutros pois, o pesquisador em si exerce o papel de agente incubador e, naturalmente, para não desunir essa relação, provavelmente os associados tenderam a um posicionamento mais positivo ou que agradasse mais o entrevistador. Porém, essa mutualidade de contemplações reforça não só na formação do corpo de pesquisa quanto também no desempenho de reflexão da mesma Bourdieu (2008).

Portanto, para agrupar essas informações a fim de serem analisadas, foi desenvolvido visualmente um fluxo para materialização do mesmo. A ideia dessa construção se deu

principalmente nas fôrmas que foram se moldando no desenrolar das ferramentas metodológicas utilizadas na construção do trabalho, e agora, entra-se na sistematização dos principais atores e elaboração crítica da mesma sendo que, nesse momento, elas voltam com um caráter resolutivo e determinístico. O fluxo resultante disso pode ser revisto na FIGURA 4, rerepresentada abaixo:

Figura 4: Diagrama de Afinidade



Fonte: Elaborado pelo Autor

Logo, esse fluxo de informações resultou numa concentração qualitativa sobre a sistematização dos dados, relacionando-os para gerar uma síntese dos resultados, correlatando quais eram as afinidades desses atores, e como isso se dá sócio, econômico e politicamente apresentado.

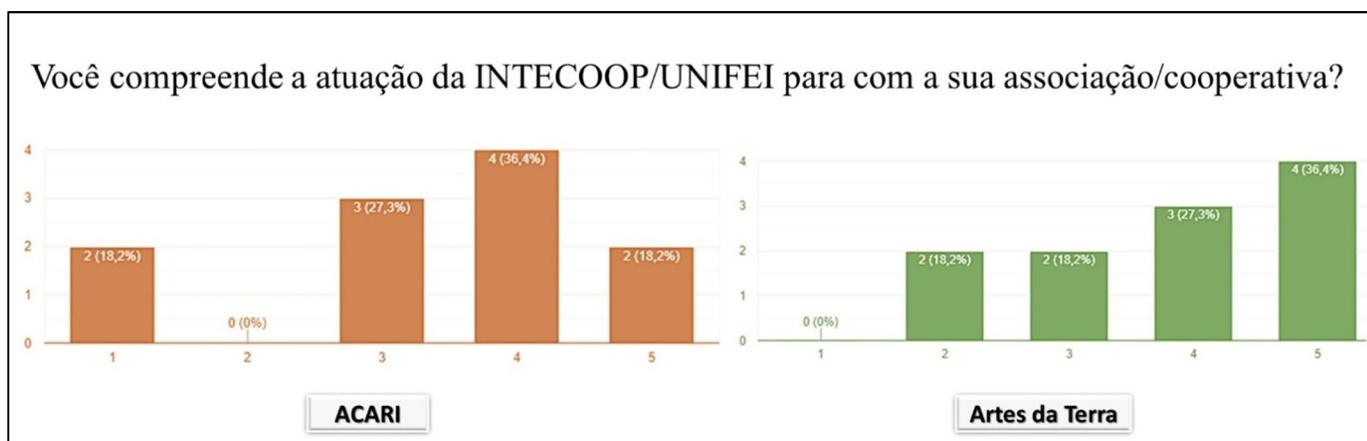
A base de interesse que estimulou as perguntas no formulário X apresentado na metodologia, foi no sentido de, em um primeiro momento, criar uma estimativa sobre a ótica dos associados das duas principais associações de atuação da incubadora, para tentar de maneira externa relativizar o conhecimento que eles têm sobre a atuação da incubadora. É relevante destacar que, muitas vezes, as relações da incubadora com os grupos assessorados se concentram em um grupo específico que por diversas razões internas, tais como lideranças autogeradas e/ou estimuladas, o escopo geral de como os associados entendem as atividades da incubadora fica a mercê de como esses associados repassam as informações – ainda que a INTECOOP/UNIFEI participe das assembleias, contribuindo ainda mais para essa visão de como os poderes se concentram.

As respostas, que coincidentemente passaram por onze associados de cada associação (o que compreende 39,2% dos associados(as) da ACARI e 42,3% dos associados(as) da Artes da Terra), representam de maneira geral uma avaliação um tanto superficial, porém necessária para registro e análise desses atores. Isso ficou evidente, uma vez que as perguntas foram feitas com auxílio direto sobre cada entrevistado, não só para auxiliar nas dúvidas que iam surgindo como, também, para aqueles que não têm ou não se sentiam confortáveis de ler o conteúdo que lhes foi apresentado. Baseado nisso, mostrou-se certo desconforto por parte de diversos entrevistados (as), tanto é que alguns deles foram de fato saber da existência da incubadora nesse momento, abrindo espaço para algumas entrevistas abertas e anotações que foram repassadas para o grupo interno da incubadora, o que possibilitará futuras estratégias quanto a isso.

Para além disso, mesmo que o questionário tenha sido sem identificação, nota-se que o núcleo que se interage mais com a incubadora teve as respostas mais otimistas, enquanto os associados que circulam a essas relações tiveram respostas que não dialogavam coesamente, mas que possibilitaram reflexões e estudos de como integra-los numa verdadeira economia social e solidária.

Conforme figura X abaixo, a primeira questão avalia como que os associados compreendem a atuação da incubadora.

Figura 23 – Gráfico da pergunta sobre a atuação



Fonte: Elaborado pelo Autor

A AAT, que tem em sua maioria a formação por mulheres itajubenses, não registraram nenhum desconhecimento total da incubadora, mas apresentaram uma dubiez. No geral, elas compreendem que existe essa interação e mapeiam isso como uma parceria com o propósito de melhorar os seus respectivos empreendimentos. Essa relação, que teve seu início no ano de 2011 e se estendeu por mais tempo do que se propõe num processo de assessoria (3 anos)³⁷ – por diversas circunstâncias, tais como a trocas de assessoras e a visão perpendicular que cada uma oferecia, a mudança brusca de espaço no ano de 2015 com a revitalização da praça central – teve grande significância nessa esquivança.

Baseando-se nos princípios de uma ITCP (que têm forte baseamento nos princípios cooperativistas do movimento dos socialistas utópico), nota-se que a falta da intercooperação, da transformação e viabilidade econômica impactou nesse descontentamento, de maneira que as próprias associadas registraram que se sentiram acuadas e desamparadas quando os poderes públicos interferiram diretamente nos seus trabalhos quando as desocuparam do espaço que elas trabalhavam a mais de uma década, e que apenas se sentiram seguras novamente nesse processo de assessoria no final do ano de 2017, momento que foi-se colocado em pauta a seguridade do espaço de atividades por alternativas que combinavam com a realidade e as desprendiam de solicitações poder público, conjuntura essa que as incomoda profundamente. .

Já os associados (as) da ACARI mostraram certo desconhecimento total e/ou errôneo de como a incubadora atua para com a sua associação, ao menos em sua maioria entrevistada. Nota-se que tanto entre os entrevistados quanto conversas com outros membros em diferentes momentos acreditam que o projeto da INTECOOP/UNIFEI é de igual laboração e/ou quiçá o mesmo que os outros projetos dentro da universidade, de maneira a não desassociar as diferentes perspectivas desses e passando a acreditar que estes são todos “a mesma coisa”, usando das palavras de um dos entrevistados: “coisa de aluno da UNIFEI”.

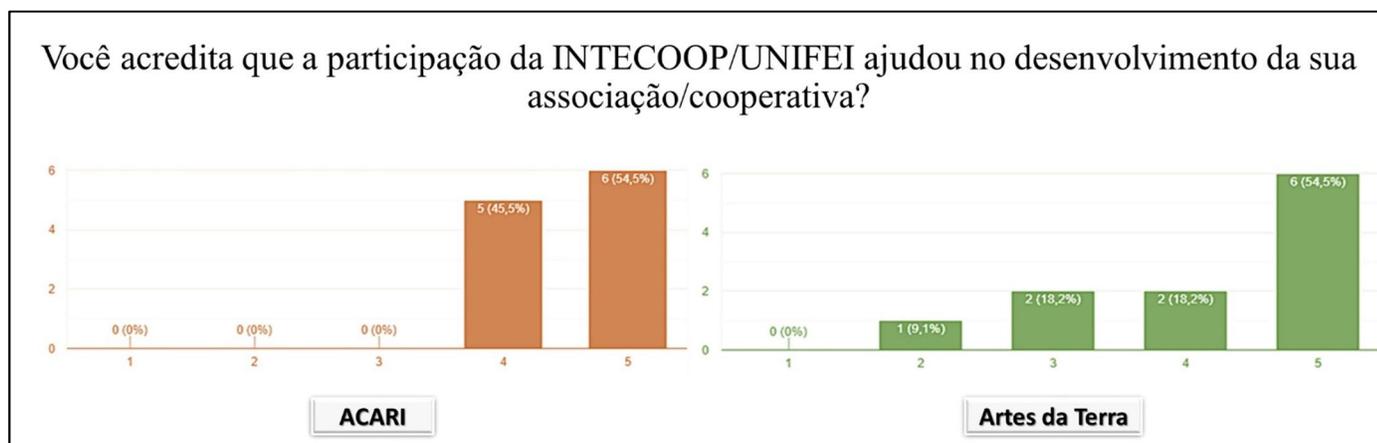
³⁷ <http://www.itcp.coppe.ufjf.br/metod.php>

Importante levantar essa pauta pois, segundo o Relatório de Gestão da Proex/UNIFEI (pg.5, 2018)³⁸, “a PROEX tem lutado para que os processos (de extensão) corram de forma rápida, mas sempre com o cuidado de estar lastreado na legislação para evitar os riscos de insegurança jurídica”, e isso muitas vezes não consolida as relações que diferenciam uma ITCP de um outro projeto de extensão, seja ele de Extensão tecnológica e empresarial, Empreendedorismo e inovação ou Extensão social e cultural – que são as três formas como a UNIFEI difere seus projetos.

Supõe-se que tal pensamento (o dos associados) seja decorrente dessa aplicação de diferentes perspectivas pelas diversas assessorias e da intervenção de outros projetos da universidade sobre o cotidiano da associação, bem como, de uma falta de aproximação direta com todos os membros participantes desses grupos.

Partindo disso, em conexão com a pergunta anterior, busca-se saber a respeito da percepção dos membros sobre como, efetivamente, a INTECOOP/UNIFEI contribuiu no desenvolvimento das respectivas associações.

Figura 24 – Gráfico da pergunta sobre a participação



Fonte: Elaborado pelo Autor

³⁸ <https://owncloud.unifei.edu.br/index.php/s/6UudBjGr3lBY8Kq>

Nesse momento, tendo as respostas divergidas de uma pergunta (a primeira) para outra (a segunda), abre espaço para especular como os grupos incubados discernem a funcionalidade da incubadora.

É possível, especialmente na ACARI, que alguns membros não compreendem muito bem como a incubadora funciona, porém, com as ações realizadas nos últimos meses de assessoria, o que contribuiu diretamente no desenvolvimento visual e organizacional, é possível associar tal feitos materializados para com as respostas otimistas apresentadas, o que, conseqüentemente, pode sugerir que talvez eles não entendam as atividades, porém saibam que ela contribui positivamente.

O núcleo diretor assimila perfeitamente como esse impacto foi positivo e estrutural, já que a ACARI recolhe atualmente trimestralmente mais de 80 toneladas de material reciclável pela cidade de Itajubá (essa quantidade é a que se é possível registrar em nota, uma vez que muitos materiais são vendidos individualmente). O que interfere aos catadores que trabalham na coleta de rua é a condição delas(es) entenderem que, se não fosse pela estruturação de uma associação, isso (o montante e a organização) não seria possível, já que cada um dos membros iriam trabalhar de maneira individual e muitas vezes competindo entre eles. Partindo disso, possibilitou-se uma relação de catadores(as) por região e demanda da cidade, conforme tabela 2 abaixo.

TABELA 2 – Relação catadora por bairro de atuação

CATADOR	BAIRROS
Batista	Santa Rosa e IMBEL
Rodrigo	Costa, BPS e Varginha
Bolão	Nossa Senhora de Fátima, Cantina, Morro Grande e IMBEL
Luiz	Varginha, São Sebastião, Porto Velho e Avenida
Maria	Medicina, Santa Helena, Avenida
Carmelina	Avenida e Anhumas
Tereza	Cantina, Nossa Senhora de Fátima, São Sebastião, Santa Rita de Cássia
Vicente	Santo Antônio, Nossa Senhora de Lourdes, Vila Poddis, Medicina e Avenida
Zé	Santa Rosa e Aterro
Acácio	Nossa Senhora de Fátima, São Sebastião, Cantina, Varginha, IMBEL, Santa Rosa e Canta Galo.
Dita	Canta Galo, São Sebastião, Cantina, Nossa Senhora de Fátima, Santa Rosa e Água

	Limpa
Jaime	Atende mais de 250 casas mensalmente
Cida	Cruzeiro, Oriente e Estiva
Joaquim	São Sebastião, Varginha e Porto Velho

Fonte: Dados da ACARI

Outra percepção que foi possível pela assessoria é na transparência dessas operações. Isso, entre vários pontos e contrapontos, nunca foi um problema para a associação, ainda que a relação que eles construíram inicialmente desconfigure um pouco dos modelos convencionais (na ACARI, a exemplo, o catador vende o que recolhe para a associação que, dentro dos lucros geridos, investe no espaço e proporciona seguridades aos catadores), e geralmente as catadoras(es) não se importavam muito em como era gerido esse montante – diferente de agora que eles começam a entender que fazem parte do todo e os registros são digitalizados e de forma acessível à todas.

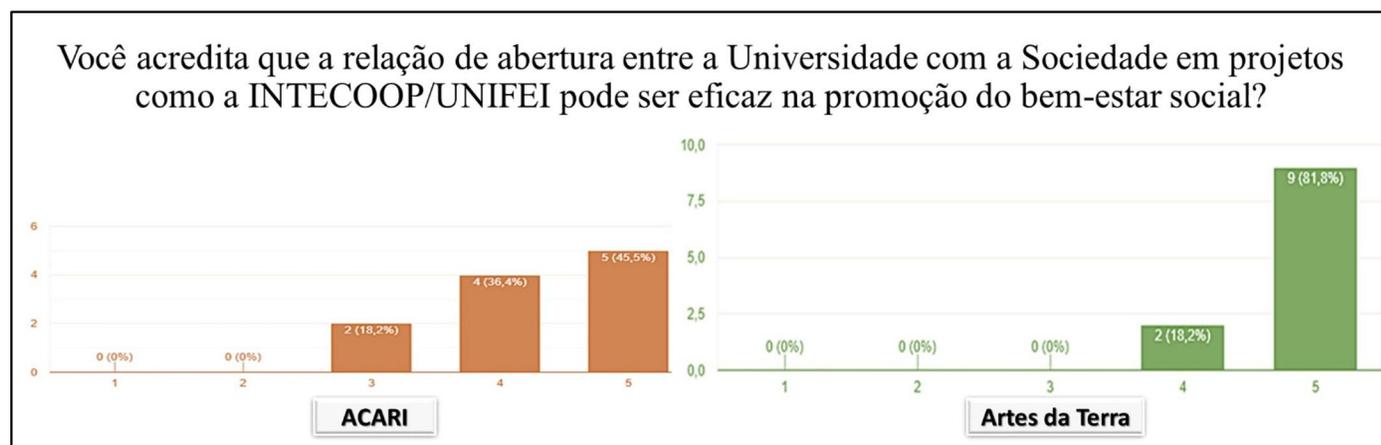
Já na AAT, os impulsos de desenvolvimento estabelecidos nessa parceria foram, em muitas vezes, de cunho burocrático e tiveram centralidade na diretoria da associação. Tentou-se diversas vezes, segundo as próprias Associadas AAT, reunir uma comitiva maior na interação com a incubadora. Nas atuais condições foram fomentados e realizados cursos de informatização e vendas nas redes sociais, os quais foram aderidos pela associação e gerou resultados diretos, tal como o aumento vendas, sugerindo que as repostas positivas em relação a atuação da incubadora venham desse núcleo. A questão financeira para o grupo sempre foi um assunto delicado, elas(es) nunca expressaram formalmente o quanto cada barraca arrecada, mas é permissível baseado nas discussões com a AAT ver uma disparidade nas vendagens, onde uma associada(o) já relatou não conseguir vender nem cinco reais num dia enquanto outra(o) consegue financiar os estudos de seus filhos em faculdades particulares utilizando apenas dos recursos ali geridos.

Desse cenário, uma razão em comum que se pode notificar dentro das entrevistas que envolva as ações da incubadora para com os associados(as) AAT no geral, é de fato no quesito dos termos burocráticos e da proximidade com o poder o público.

Assim, o diagrama de afinidades demonstrou uma conexão nítida sobre como a atuação da incubadora precisa criar estratégias para também materializar visualmente esse relacionamento de proximidade com os grupos, mesmo porque, a identidade de uma economia solidária, dentro dos termos políticos, são mais esclarecidos dentro da academia e da incubadora do que necessariamente para os grupos excluídos socialmente que fazem parte dessa troca.

A próxima pergunta, na realidade, foi desenvolvida no sentido de ampliar as reflexões sobre como os membros das associações entendiam um projeto de extensão e se isso era efetivo na promoção socioeconômica. Buscou-se com a pergunta encontrar a percepção dos associados a respeito da incubadora, enquanto espaço de relação entre a universidade e a sociedade.

Figura 25 – Gráfico da pergunta sobre a relação de abertura



Fonte: Elaborado pelo Autor

As respostas foram otimistas, principalmente para a AAT, na qual quase a totalidade dos entrevistados identificou a abertura eficaz na promoção de bem-estar social. A partir do diálogo com as associadas(os), principalmente nas respostas da entrevista semiestruturada nota-se a compreensão razoavelmente boa das atividades e das possibilidades dentro de uma universidade para um impacto social e econômico para além dos muros que ali foram edificados, visto que muitas(os) ali possuem formação superior e/ou possuem parentes e até mesmo filhos dentro de uma universidade (inclusive na UNIFEI). Outro aspecto que ficou evidente foi na observação de que a universidade tem mais a contribuir do que o grupo para com ela, e essa lógica, especialmente com a AAT, pôde ser verificada desde quando a o projeto de extensão mediado por

ela ocupou os espaços da associação e, em nenhuma vez, oportunizou a entrada das mesma (AAT) nos espaços da universidade e/ou buscou dentro dos conhecimentos práticos que ali se codificaram relevâncias para pesquisas ou projetos que contribuíssem nos estudos práticos.

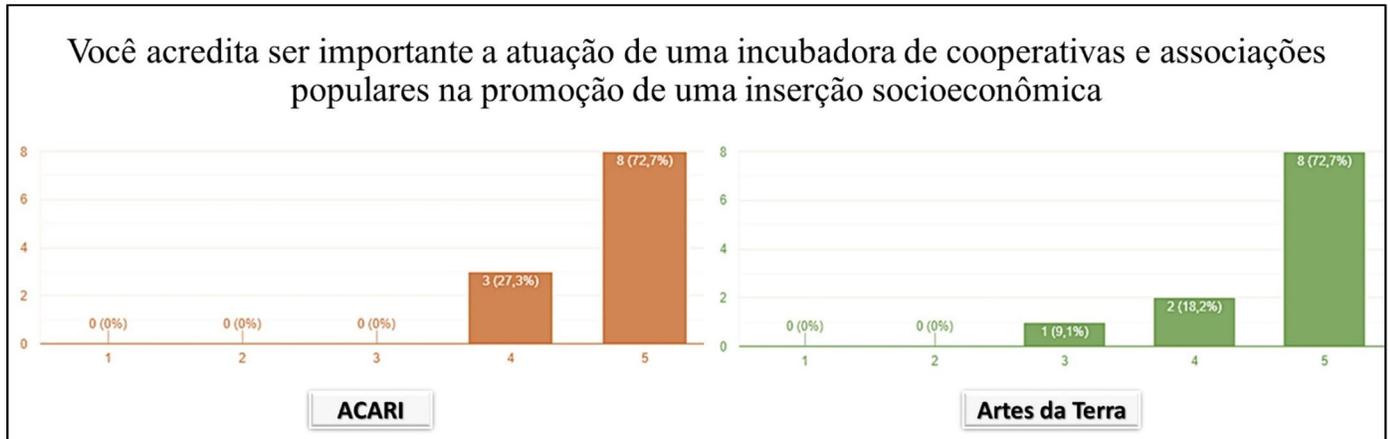
Nos diálogos com a ACARI, essa percepção ficou menos transparente. Ainda que as respostas tenham sido positivas no geral, nas entrevistas abertas e semiestruturadas isso não ficou claro. A prestezas de uma universidade para além dela mesma não era muito bem compreendida pelas associadas(os), visto que a maioria acreditava que apenas eram desenvolvidos ali dentro um dos três pilares, que no caso era a educação – excluindo a extensão e pesquisa.

Em contrapartida, algumas pessoas desse grupo conseguiram entender essa janela de abertura a partir das atuações da incubadora dentro da ACARI, sabendo exatamente diferenciar de outros projetos que já se apresentaram no barracão, onde, todas as vezes conforme os relatos, ou deixaram promessas e/ou ministraram cursos sobre informações que, conforme a ASSOCIADA ACARI 2 recorda, eram sempre sobre coisas que pressupunha um desconhecimento desses que vivem dessas incumbências cotidianamente: “teve aquela vez que queriam ensinar a gente a separar o material, vi na hora o que eles queriam e falei que não eram assim e como fazia, eles gostaram parece”.

Não ficou evidente se eles acreditam ou não num contra nível de importâncias sobre as trocas de saberes de uma instituição para com outra, o que abre em mesa discussões sobre o pano de fundo político desses sujeitos, e não mais de como essa relação é ou deveria ser, no entanto de como ela se reproduz socialmente, já que a posição de um “bem-estar-social” já havia sido prescrito por modelos hegemonicamente construídos.

Imergindo destes contrassensos, a pergunta seguinte foi pensada para afunilar as três últimas (que tiveram por intenção caracterizar, entender e refletir a compreensão), direcionando se eles consideram a relação entre a atuação de uma incubadora de cooperativas e associações populares para a promoção de uma inserção socioeconômica.

Figura 26 – Gráfico da pergunta sobre a atuação nas cooperativas da incubadora



Fonte: Elaborado pelo Autor

Numa ótica global, ambas as associações enxergam essa relação importante. Isso pode até ser efetivado quando se vê o otimismo quando se perguntou se os associados(as) acreditam que existiu contribuições da INTECOOP/UNIFEI no desenvolvimento da associação. Todavia, ao se comparar as duas respostas, fica evidente que a ACARI tem uma visão mais positiva dessa relação, o que confirma a hipótese de que as atuações com impactos materializados são essenciais na construção de um pensamento cooperativista, especialmente, quando a incubadora promove a confiabilidade de uma entidade, abrindo mais possibilidades de interagir os princípios de uma economia solidária.

Com a AAT cai-se no mesmo ponto discutido anteriormente, é claro que, uma vez sabendo que o entrevistador é parte do grupo integrante da incubadora, as respostas e discussões que se abriram no ato das entrevistas (seja aberta, fechada) teriam um ‘quê’ tendencioso a uma discussão positiva desse relacionamento com a INTECOOP/UNIFEI. O ponto que começa a circundar isso foge-se um pouco de como essas atividades impactaram o grupo em si, mas também como se edificaram em uma estrutura política e social.

Apesar de desenvolver e entender que a efetividade materializada é importante nessa composição, gera-se agora uma pergunta sobre se existe uma percepção nas pessoas da incubadora sobre o papel dessas associações no contexto das lutas sociais. Reflete-se a isso, pois, a transformação desse âmbito enquanto agentes de uma economia solidária é, pois, não mais

embarcada no termo acadêmico que isso leva, mas também no papel de enfrentamento ao capitalismo e aos modelos normalizados de gestão.

Isso gera certa preocupação, pois foi nas inter-relações ocorridas nos desenvolvimentos das atividades que foi possível perceber nenhum envolvimento com essa relação, principalmente as associadas(os) mais ativas, que, em diversos momentos apresentavam até certa rejeição ao discurso socialista e ou que usassem termos de um movimento de esquerda – ainda que suas atividades e até mesmo os seus próprios corpos enquanto negligenciados socialmente sejam por si só atores em disputa ao sistema.

Voltando aos agentes incubadores, esse claramente tem uma posição política, é fácil perceber e os diferenciar de qualquer outro projeto extensionista dentro da universidade. O que se abre agora, partindo dos contextos inseridos, é muito mais do que um modelo pedagógico de transferência e/ou construção de um conhecimento, mas como identificar essas pessoas sendo parte dessa alteração ao sistema capitalista.

Vê-se isso pois, as associadas(os) não apresentam se quer rejeição para as propostas participativas nas oficinas aplicadas, mas também, em contrapeso, não se mostram parte construtiva disso. Isso, num primeiro momento, vê-se positivo, creditando ser baseado numa boa relação. Porém, pode-se delinear que isso parta de um falso pensamento vertical das relações e parte-se agora para um novo momento de educação popular, gerando a ‘desierarquização’ e postulando uma libertação ao entender a desigualdade de classes que ali se mostra presente.

Pensando nessa verticalização das relações e como esses sujeitos enxergam os agentes incubadores, a pergunta seguinte foi elaborada com intuito de notar a percepção das associadas(os) em relação à facilidade de se comunicar com os membros da INTECOOP/UNIFEI.

Figura 27 – Gráfico da pergunta sobre a comunicação com os membros



Fonte: Elaborado pelo Autor

As respostas evidenciaram uma posição que geram preocupação sobre as posturas dos membros(as) da incubadora. Nos relatos registrados das entrevistas semiestruturadas, fez-se notório, talvez pelas várias trocas de pessoal (o que sabe-se ser comum numa incubadora se visto pelo lado discente) ou pela forma sociopolítica que esses cambiavam sempre nessas transferências, um desgaste nas relações passadas com a incubadora, os quais ainda repercutem.

Dentro das atas das reuniões internas da incubadora, percebe-se que uma avaliação individual de cada membro só acontece no final de cada ano – salvo os anos que não tiveram registro em nenhum período. No final do ano de 2018, foi-se registrado que alguns dos membros internos perambulavam sem muito afinco e compromisso dentro da incubadora e entre os grupos associados, o que pode refletir diretamente em como eles enxergam essa relação. Outra questão levantada tange quanto a dificuldade que esses membros internos tem de se comunicarem com alguns associados(as) em específico, não só por apresentarem personalidades complexas (o que é natural) mas também posicionamentos que que, por vezes, geram para alguns membros(as) das associações um estranhamento, e, isso, deve ter acontecido de maneira espelhada.

A pequeno exemplo disso pode-se registrar uma ‘guerra fria’ entre os membros adeptos ao frugivorismo³⁹ com os integrantes da Comunidade de Recuperação Nova Jerusalém. Isso se deu pois, esses membros internos discutem movimentos para que esses grupos deixem de consumir outras formas de orgânicos processados e carnes advindas de grandes produções a fim de valorizar aquilo que eles já detêm e se libertem desses gastos para melhorar o convívio e a organização de uma associação ali dentro. Contudo esses últimos, entres vários argumentos pautáveis à realidade que eles vivem, acerbam a improbabilidade disso acontecer e sentem estranheza a essa modalidade de dieta alimentar.

Partindo disso, fez-se notório a falta de uma instrução pedagógica da equipe da incubadora. Significativo pontuar que ao dizer instrução pedagógica, a ideia que se sugere é para além dos conhecimentos na análise da relação com a incubadora pela ausência de uma formação em pedagogia, pois talvez essa possa ser razão para a dificuldade de comunicação, mas sobre a dimensão política desse diálogo. A postura 'não pedagógica' que pode surgir da incubadora é algo profundo e complexo de se entender, é a simbolização de uma relação hierarquizada entre classes, raças e da universidade com seu contexto. É a materialização das desigualdades de classe no sistema capitalista, e nesse sentido é muito mais uma questão política do que pedagógica. É muito mais educação popular - como ferramenta de libertação - do que com pedagogia pura e simplesmente. E nesse ponto que os agentes incubadores nesse estágio de formação têm de se atentar.

São diversas as razões que geram esse problema, mas os maiores deles e que são geradores dos outros menores se concentram particularmente em dois: (1) Falta de investimento do comitê gestor para com a estrutura interna da incubadora, de maneira a negligenciar um financiamento para uma educação participativa e pedagógica aos membros(as) que, em sua maioria (exceto os que fazem licenciatura em química, matemática e biologia – sendo que até

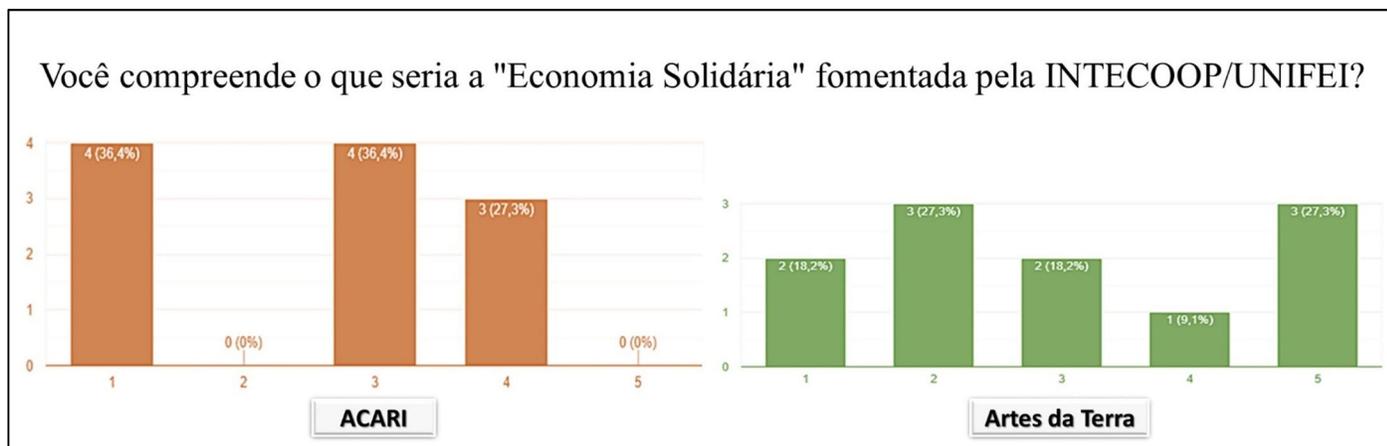
³⁹ O frugivorismo é a forma mais restrita de dietas veganas, que funciona sobre a alimentação exclusiva de frutas. Alguns dos adeptos consideram-se frugívoros apenas por ingerir frutas em maior parte de sua alimentação, sendo parcialmente frugívoro. Partindo do ponto de vista botânico na análise das frutas, vegetais como pepino e tomate também estariam inclusos nesse cardápio, assim como alguns legumes e grãos considerados frutos.

esses(as) sentem essa falta dentro dos próprios cursos) tem sua formação por grades curriculares técnicas e sem compromisso com o educacional. (2) Falta de incentivo institucional para com o desenvolvimento de atividades interdisciplinares que relacionem outras faculdades da cidade e região na interação com a equipe interna, seja oportunizando a abertura do edital de bolsistas discentes da Proex para essas outras (que possuem cursos em diversas áreas tais como pedagogia) ou facilitado essa abertura institucionalizando-a conforme a ideia inicial dentro dos objetivos que era criar eixos de parcerias com grupos de influência sociais no raio perimétrico da região de Itajubá – o que claramente não aconteceu.

Embora, tenham sido arquitetados grupos de estudos e capacitações internas para ocorrer quinzenalmente, inicialmente foram orquestrados pela assessoria, reutilizando os estudos metodológicos de outras universidades, adequando as ferramentas que nessas ITCPs foram utilizadas e refletindo quais e como elas poderiam ser replicadas. Por conseguinte, essas discussões foram tomando molde, permitindo que os próprios membros(as) internos fossem incorporando conteúdos e gerando uma identidade que provavelmente irá sempre se inovar, assim como é a natureza de uma economia solidária.

Logo, a pergunta seguinte busca entender como os grupos compreendem a economia solidária promovida pela INTECOOP/UNIFEI.

Figura 28 – Gráfico da pergunta sobre a compreensão da economia solidária



Fonte: Elaborado pelo Autor

Santos e Cruz (2008) colocam os entendimentos sobre uma universidade em três eixos ideológicos, o primeiro sobre uma difusão positivista do conhecimento; o segundo sobre um aparelho reprodutor sistêmico da lógica hegemônica, observado pelo estruturalismo althusseriano; – e o terceiro, que compreende a universidade como um espaço de disputa capaz de legitimar modelos de sociedade, como a diz a tradição gramsciana, na qual a economia solidária se insere na luta por introdução.

Deste modo, percebe-se que os modelos percorridos pela Universidade Federal de Itajubá caminharam (e muito) pelos dois primeiros sentidos, principalmente, como pincelado nos capítulos anteriores, ao afastar os projetos extensionistas das suas principais razões de ser – e isso não significa que todos os projetos deveriam atuar como agentes incubadores da economia solidária ou empreendedores sociais, mas que ao menos dialogassem com os objetivos primários do Plano Nacional de Extensão Universitária, tal como seu primeiro objetivo que é ‘Promover o diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa’.

Isso, evidenciado tanto pelas respostas avistadas na Imagem X, como nas entrevistas semiestruturadas e abertas, deixaram em muito a falta do que é de fato uma economia participativa em disputa com os modelos hegemônicos.

Naturalmente, assim como Oliveira (2004) em diálogo com Santos e Cruz (2008) dispõe que um empreendimento solidário não depende exclusivamente de uma incubadora para o seu desenvolvimento, é atípico que grupos que estão em processo de assessoramento a tantos anos não consigam identificar o que é uma economia solidária.

É evidente que esses indivíduos por si só são participantes dessa disputa e essa pergunta, num segundo momento, soa como se fizesse desses os culpados por entender ou não esse modelo instituído e o seu papel político. Essa perspectiva quando passado para as associações podem ser vistas/compreendidas para além da atuação da incubadora, de maneira a entender se os processos autogestionários foram horizontalmente construídos ou se estão em processo disso, que, a partir daí, entra o papel da incubadora nessa formação. A economia solidária, como já dito anteriormente e pontuado pelo próprio Prof. Paul Singer, é o nome dado pela academia e gestão

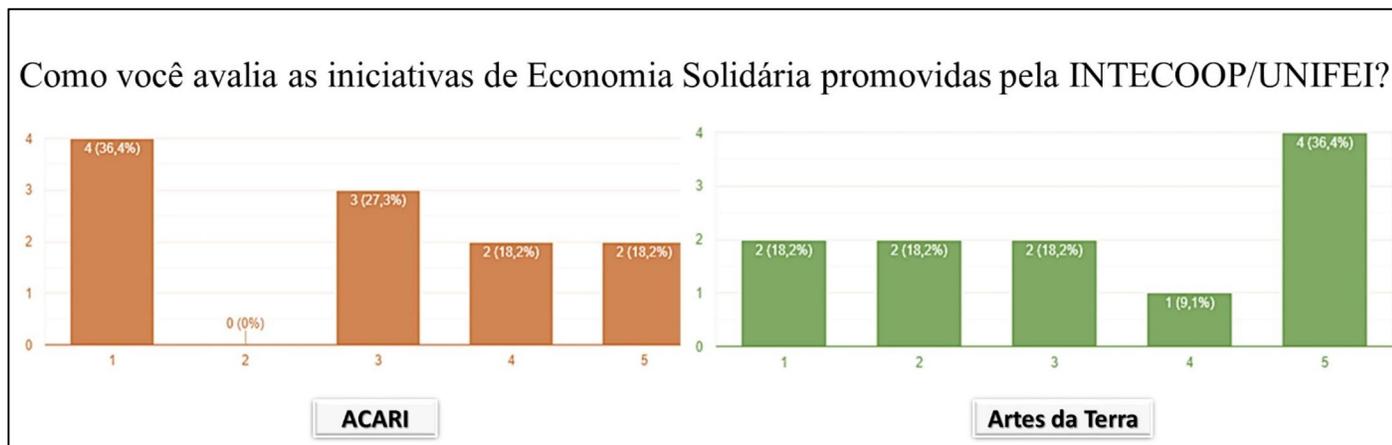
pública para denotar uma série de ações e posicionamentos políticos, e portanto, não precisam – e as respostas evidenciam isso – serem compreendidos como tal pelos grupos populares. Porque essas compreensões não dialogam com os anseios metodológicos e teóricos da qual ela se estende.

Porquanto, de maneira a fazer mais uma crítica desse raciocínio e acordando com os dados apresentados, as desatenções na abertura dessa discussão política para além do teórico podem ter transpassado por alguns pontos essenciais que acabaram sendo desprezados na formação dos grupos. Assim como nas associações de catadores de resíduos sólidos e na de pequenos agricultores de Itajubá, nas quais a formação se deu por um levantamento empreendedor a fim de solucionar problemas municipais, fez-se desse sujeito um ator interessante nessa relação e, por consequência disso, omitiu o papel de disputa desses na política municipal ao assumir os processos decisórios que se encontravam em vulnerabilidade, mas em ascensão pelos movimentos de catadores e também de pequenos agricultores que aconteciam (e ainda acontece) no país, como também distanciando esse ator de um cenário que ele já participava, camuflando-o num protagonismo que, na verdade, atendia apenas a interesses externos a isso.

Isso se destaca quando se analisa que, o auxílio pago para a Bolsa Reciclagem, conforme relato pela Associada ACARI 3, é menor do que o pago para empresas particulares aterrarem materiais onde, para essas empresas, é pago cerca de 0,07 centavos por quilo de material aterrado sem se quer haver uma designação ou separação dos mesmos. Para as associações é menos de 0,03 centavos por quilo. Quanto às relações de incentivo a pequenos agricultores versus aos grandes agronegócios, é mais do que notório a disparidade de valores empregados.

Essas problemáticas ficam em aberto, porém, pode-se dar um pontapé sobre outros aspectos dialogando com a próxima pergunta, que avalia as iniciativas de economia solidária promovidas pela INTECOOP/UNIFEI.

Figura 29 – Gráfico da pergunta sobre as iniciativas da incubadora



Fonte: Elaborado pelo Autor

Nesse ponto, consegue-se avaliar qual a tutoria da incubadora sobre a promoção da Ecolol. Sob registro, as principais atividades de divulgação da economia solidária promovidas pela incubadora foram as oficinas realizadas dentro das associações – contudo, com efeitos disformes. Em suma, as associações que estão sendo assessoradas pela incubadora não conseguiram arquitetar o caráter mais importante que é a aliança cooperativista dos integrantes e a recolocar isso dentro das laborações já feitas antes, é um desafio que a incubadora precisa assumir .

Para ilustrar o que foi dito, deve-se destacar que não existe, por exemplo, uma retirada mensal dos associados da ACARI, e seus retornos financeiros variam conforme o montante de materiais que eles conseguirem formar e vender para a própria associação, de maneira que existem grandes diferenças de ganhos dentro do próprio grupo. O excedido dos valores de revenda é distribuído pela equipe interna em modo de salário e também para as despesas fixas, tais como luz, água, aluguéis e etc. O que eventualmente sobra desse monetário, são destinados em alguns planos de seguridade social, como o funerário, e o demais para as reformas do galpão. Na AAT, como dito há alguns parágrafos acima, essa situação não se faz muito diferente e não existe uma reserva mútua entre os associados(as).

Entendendo que esse modelo não é o ideal para uma associação popular e solidária – se pensado nos modelos utópicos socialistas ou como a academia define isso –, muitos recursos

foram sendo trabalhados para uma maior horizontalidade. As grandes dificuldades evidenciadas foram as raízes que se cristalizaram nesses anos de participação secundária da incubadora na promoção da economia solidária, onde os projetos de gestão e autogestão foram se sombreando às margens dos projetos hegemônicos tradicionais, e, tendo a incubadora se reerguendo à algum tempo, as primeiras coisas que tinham de ser pensadas era como firmar esse relacionamento de proximidade, compactuar nas demandas urgentes (entre elas o documental, os pareceres dos bombeiros, as regulamentações técnicas), para assim entender os(as) atores chaves nessa relação para ir dissolvendo esse modelo já engessado.

É pertinente agora a incubadora redirecionar as estratégias para angular os princípios cooperativistas sem deixar de legitimar as características primárias das associações, sejam eles pautados nos movimentos socialistas utópicos, ou, por exemplo, de outras incubadoras em atividades, como as participantes da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – REDE.

Em consonância com a realidade da ACARI porém de maneira diferente, a AAT sofreu com descuidos em relação às abordagens sobre uma economia mais cooperativa entre eles mesmos. No caso muitas(os) delas (es) estavam desmotivadas com as deixas políticas e sociais do município para com elas e do desmanche homeopático que isso ia causando dentro da associação, demonstrando que o retorno das atividades veio com demandas urgentes que colocavam a própria existência do grupo em cheque, seja pela falta de cuidado do espaço de trabalho, seja em decorrência da ausência de incentivo para com seus trabalhos.

Desta maneira, coube a incubadora buscar por iniciativas, que, a princípio, visassem pensar conjuntamente com as associações maneiras de ampliar as vendas e motivar o junção participativa interno, além de possibilitar a reaproximação com o poder público. Grandes passos foram conseguidos, bem como a possibilidade de transladar quando necessário em espaços com mais pessoas em eventos municipais e oficinas de vendas populares para artesãs(ãos). Ficou evidente que as perguntas sobre economia solidária, faltou-se oportunidades para levar esse pensamento cooperativista (ainda que nas oficinas isso fosse discutido) de maneira materializada.

Embora sejam estimuladas pelo grupo a retirada de valores destinados ao cumprimento das obrigações previdenciárias, estes valores não são retirados da AAT, neste sentido, a ASSOSSIADA AAT 1 afirma veementemente que isso não seria possível de ocorrer pela falta de recursos e incentivos básicos, o que gera reflexões sobre quais estímulos deveriam ser pensados pelos poderes públicos e de que modo poderiam ocorrer transformações sobre essas demandas em propriedades articuladas, favorecendo que marcos jurídicos possam ser reproduzidos e articulados individualmente pelas próprias associações (Oliveira, 2003).

Em sequência, a pergunta resgata a indagação sobre a possibilidade das associações terem iniciado suas atividades na economia solidária sem a promoção da INTECOOP/UNIFEI.

Figura 30 – Gráfico da pergunta sobre a estimulação da economia solidária sem facilitadores



Fonte: Elaborado pelo Autor

As respostas da ACARI carregam consigo uma ideia interessante sobre a economia solidária. Nos diversos encontros, vários pontos foram levantados sobre uma economia participativa e popular, e para os associados, que participam coletivamente de uma organização que impacta diretamente em suas vidas e na comunidade pelo bem ambiental, há consenso de que suas formas de trabalho são legitimamente solidárias e os faz compreender que atuam de acordo com as normas da economia solidária, apesar de não existir uma distribuição das retiradas em

partes iguais ou 3x1⁴⁰. Permitindo concluir que as abordagens teórica e técnica sobre a economia solidária deixaram de ser estimuladas pelo agente incubador.

No sentido de entender que a dinâmica de vender para a própria associação não consolida por si só uma participação mais efetiva dos membros para com o grupo, os associados(as) da ACARI mostram um avanço quando se trata de uma associação, cujos membros são mais participativos na construção de relações.

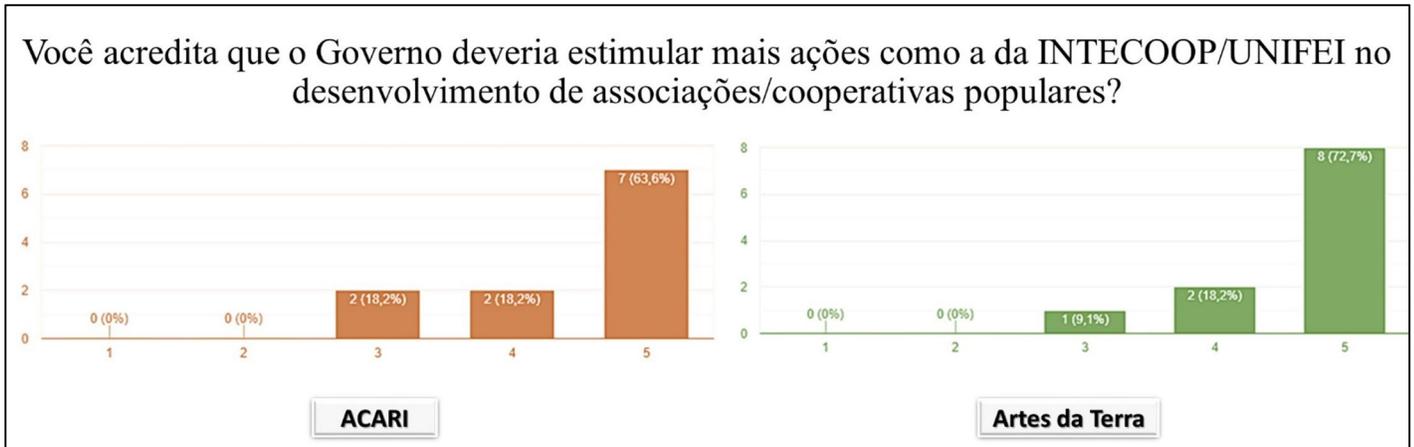
Entretanto, não é a situação que se encontra na AAT, visto que apresenta dificuldades para inserção dessas ideias e retardando as chances de promover economia solidária sem a intervenção da incubadora, em razão de ter sido identificado a existência de algumas(os) associadas(os) que, embora tenham conhecimento de economia cooperativista, preferem ainda assim se fechar no individualismo de suas próprias barracas e artesanatos. As realidades dos associados são muito diferentes, uma oportunidade de geração de renda extra é necessário à sobrevivência do associado e de sua família. As discussões se afunilam ao notar que o desenvolvimento de um cooperativismo precisaria ser pensado para além dos atributos internos, de modo que atuasse de maneira orgânica e envolvesse políticas públicas e sociais voltadas para estimular não só os melhoramentos, como também, atuasse no sentido de formalizar diretrizes que contribuam para a união efetiva do grupo.

Embora essas discussões sejam feitas pautando modelos idealísticos, é pertinente ressaltar que, embora existam essas contradições, essas pessoas são, por si só, corpos em disputas por um espaço autoformado, e voltar nesse ponto novamente é, em suma, desmitificar quem são os responsáveis, mas sim mostrar de que lugar as falas e raciocínios estão sendo refletidos e conseqüentemente numa posição de criticador.

Percorrendo as ideias estimuladas pela incubadora, a próxima pergunta tenta interpretar se o projeto que a incubadora desenvolve deveria ser estendido para mais ações governamentais.

⁴⁰ 7º princípio de uma ITCP pelas ideias cooperativistas dos movimentos sociais utópicos, onde a maior retirada não pode ser três vezes maior que a menor retirada.

Figura 31 – Gráfico da pergunta sobre a estimulação do Governo nessas ações



Fonte: Elaborado pelo Autor

Tanto as respostas formais quanto as informais demonstram otimismo nessa estimulação promovida pelo governo, especificamente, nesse caso, o convênio da Prefeitura Municipal e com a Unifei. No entanto, se faz necessário destacar quais os tipos de ações que eles identificam como positivas, uma vez que algumas delas fortuitamente caem no assistencialismo e não contribuem para transformações efetivas e duradouras para o conjunto.

As colaborações pontuais podem até certo ponto abrir vínculos mais íntimos com os grupos operantes, porém dificultam a continuidade de um processo que processo? de longo prazo e exigindo mudanças mais efetivas.

Oliveira (2004) evidencia que para se contribuir de maneira eficiente nessa relação, tanto os grupos quanto as incubadoras (ou agentes promotores da EcoSol), necessitam superar os limites que vão se configurando para elaborar e definir marcos jurídicos para esse tipo de abordagem, baseando-se na definição de seus conceitos fundamentais e na clareza de suas ações como agentes de mudanças, para contribuir num projeto nacional de multiplicação.

Figura 32 – Gráfico da pergunta sobre os incentivos da Universidade



Fonte: Elaborado pelo Autor

As incubadoras por si só agregam à extensão o descortinamento de que seria a óbvia relação entre o campo extensionista junto ao campo da pesquisa – além das contribuições que compõe a construção de uma educação humanizada e popular. Porém, no que agarra a essa pergunta, coloca-se a INTECOOP/UNIFEI como um laboratório, no qual, primeiramente, são observadas as demandas sociais, para que, posteriormente, sejam racionalizadas ferramentas científicas dentro das pesquisas acadêmicas, contribuindo para criação de métodos para responder perguntas captadas pelo processo de abertura que a extensão propõe e colocadas genuinamente pela sociedade.

Baseado nas atividades que aconteceram tentando proporcionar um diálogo verdadeiro em igualdade de posições, era esperado que os grupos ocupassem maior espaço de conhecimento nessa relação que sai dos muros universitários pelos projetos extensionistas, nesse caso, especificamente, da INTECOOP/UNIFEI. A partir desse reconhecimento, nota-se que esses grupos esperam mais convivência com esse tipo de incentivo provindos da universidade – salvo as associadas(os) que tiveram uma experiência negativa e que, por este motivo, preferem conhecer o projeto sistematicamente antes de desenvolver algum vínculo, por meio de contato com grupos que participaram e deveriam carregar os princípios extensionistas, contudo o que se observa foi a criação de distanciamento e desinteresse, porque acabou ocorrendo meramente a

transferência de conhecimento, que submetia os associados e negava a lógica desenvolvida pela associação ao longo do tempo.

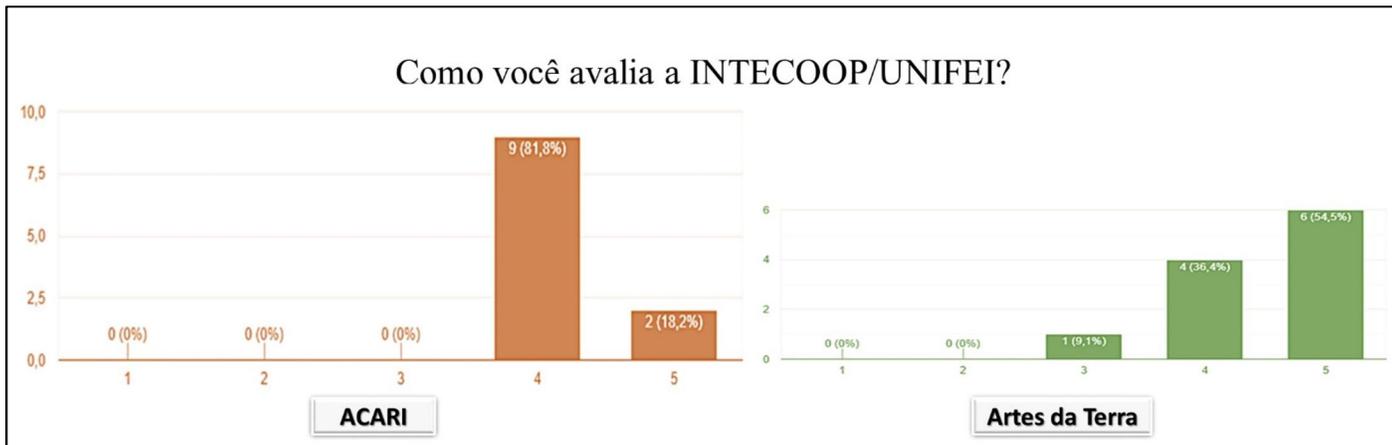
Neste sentido, Guareschi (1996, pg 76) traduz de forma verdadeira e sintética como sempre deveriam ter disso essas relações:

“(…) o verdadeiro diálogo exige que um esteja ao lado do outro e não que um se coloque em posição de superioridade, como é o caso do professor que “está convencido” de que sabe. O diálogo exige respeito total ao mundo do outro, exige verdadeira democracia. (...) Nessa reciprocidade, na provocação de um para o outro, dá-se o verdadeiro dialogo que leva ao crescimento mútuo, ao conhecimento dos esquemas lógicos subjacentes a cada um”.

Aliado a isso, deve-se destacar que a proposta de estar com esses grupos, de perder o caráter de pesquisador/extensionista e de participar dessas intercepções é um exercício “indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e mais efetiva.” (Singer, 2002: 123).

E, dentro dessas avaliações relacionando e diagramando os dados, chega-se a última pergunta, que é a avaliação da incubadora.

Figura 33 – Gráfico da pergunta sobre a avaliação da INTECOOP/UNIFEI



Fonte: Elaborado pelo Autor

É sabido que não existe neutralidade e que mesmo as reflexões e críticas a essas estruturas também não são neutras, além disso os caminhos alternativos que apontamos estão distantes de

ser autônomos, pois são também determinados pelos valores sociais que encarnamos e encenamos cotidianamente (Vasconcellos, 2017). Isso, reflete em todas as análises desenvolvidas e consecutivamente nas respostas que os associados(as) apresentaram, sejam elas nas conversas, nas oficinas e/ou em qualquer uma das entrevistas realizadas – ainda que elas fossem anônimas e auxiliadas cautelosamente para uma maior abertura das realidades dos(as) atores trabalhados.

Naturalmente as associadas(os) não iriam dar, sobretudo nessa pergunta, uma nota baixa com o pesar de desestimular essa relação por parte da incubadora, já que, conforme Freire (1978), vivemos numa sociedade dinamicamente em fase de transição, com uma educação quietista ao invés daquela que procura a verdade em comum, ouvindo, perguntando, investigando. Logicamente isso não iria acontecer, contudo, vale ressaltar que cada uma dessas demandas serve de substrato para que as questões sejam pensadas e articuladas, visando ampliar o desenvolvimento social da incubadora por uma economia solidária e popular.

6 – FECHANDO UMA ABORDAGEM E ABRINDO MUITAS OUTRAS: A CONCLUSÃO

O primeiro percurso que foi construído nessa dissertação teve como objetivo juntar os afluentes e subafluentes de um rio a fim de contextualizar a narrativa das incubadoras a partir do surgimento das ideias de extensão, as possibilidades de um raciocínio crítico e teórico sobre a ciência e tecnologia e, simultaneamente, perceber como isso junto dos movimentos civis remodelou os limites e as possibilidades de um pensamento cooperativista por uma economia mais solidária.

A partir disso, se vê possível atrelar esse arranjo citado a uma superação dos modelos hegemônicos, para uma análise que num primeiro instante se faz lateralizada, porém se vista como uma penetrante de um sistema profundamente engessado, reconfigura-se por compreendermos como o capital se manifesta e por isso conceber alternativas por meio de um procedimento de desconstrução e, conseqüentemente, de reconstrução que combine o verdadeiro bem-estar social.

Embora nem todos os projetos extensionistas operem de pose emancipatória e como visto muitas vezes estorvam a linearidade de uma atividade coletiva, é importante caracterizar que isso ainda é um modelo ideal a ser alcançado quando se debate ter toda uma extensão voltada para interesses populares. A emancipação, neste contexto, concebe uma promoção de caráter coletivo e cooperativista entre membros de classes populares e não individualmente como distinguem determinadas incubadoras ou projetos ‘extensionistas’, já que, é muito comum desassociar a ciência da sociedade que a produziu e sob a qual acontece. Dialogando com o professor Paulo Freire, se a universidade sozinha não pode demudar a sociedade, sequer sem ela a sociedade muda. Logo, a ciência e a tecnologia, sob esse ponto de vista, são também espaços de disputa e resistência, e a INTECOOP/UNIFEI imbricada com os empreendimentos solidários, não se faz diferente.

A participação de grupos populares nesse cenário é essencial, de maneira que é importante desassocia-los de que são meros demandistas de uma tecnologia adequada, mas participantes

impossíveis de serem substituídos nos processos de desenvolvimento, e isso impacta radicalmente no modo de disputa dos modelos socialmente construídos, visto que são esses campos que geram o questionamento estrutural da forma da reprodução capitalística. Os grupos assessorados, ainda que não percebam, são rompentes orgânicos disso.

Afunilando com essas percepções, as ITCPs e a INTECOOP/UNIFEI têm – além de todas as atividades que associam civis a estudantes – a oportunidade de vincular o envolvimento das disputas dos trabalhadores e trabalhadoras com a reconfiguração da universidade pela formação crítica de profissionais politicamente entendedores dos espaços e de corpos em querela.

Com base nos dados de afinidades e das relações percebidas dentro dos empreendimentos em afimco com a definição do que é uma economia solidária, é possível observar que ainda um longo caminho a percorrer no que se refere à consolidação desses empreendimentos nesse espírito. Mesmo que esse espaço de disputa seja encorpado indiscutivelmente por esses sujeitos independente de estarem localizados em seus campos de fala, é notório que, especialmente no momento atual de governo, é fundamental a conscientização do zona de peleja, já que, as buscas por alternativas socioeconômicas por via das associações se revela ser um número expressivo contra o desemprego nesse período recente, e assim eles passam de contribuintes socioeconômicos para líderes de movimentos autônomos libertários para essa recessão. Isso reflete, por conseguinte, a dificuldade de parcela da população economicamente ativa, em participar do mercado de trabalho formal e como esses corpos podem usufruir e reconstruir novos modelos de uma economia mais humana e solidária.

Os dados também dão pistas sobre qual caminho decorrer na capacitação dessas trabalhadoras(es) para alcançar esse ideal, ainda distante, de vencer o individualismo e as formas pouco solidárias do desenvolvimento capitalista. E novos estudos podem retomar essas possibilidades, e esses não precisam ser necessariamente acadêmicos, mas atrelados dentro da própria incubadora.

Ainda que a INTECOOP/UNIFEI proporcione elementos balizadores de sua metodologia de incubação pela participação dos envolvidos como agentes transformadores da realidade em

que vivem pela produção e troca de saberes, construir um modelo autogestionário é e está sendo um grande desafio com todos os grupos, mesmo que na maioria exista um pensamento de cooperativismo. É natural que isso acontece, já que percebeu-se pelos estudos que os modelos autogestionários são, por si só, difíceis de serem implementados e, para que isso aconteça, necessita-se de muito mais do que um exercício organizacional, mas particular e diário de todos e todas envolvidos. Talvez, no que tange a INTECOOP/UNIFEI, o problema esteja sobre a metodologia que está em construção e certamente permanecerá em constante transformação, mas como as razões e interesses institucionais multifacetados burocratizam e criam a relação de andar sempre preocupado com como eles vão reagir nas propostas articuladas.

Contudo, a par das institucionalidades, a incubadora tem se configurado como um refúgio de estudantes diante da recusa do trabalho alienado e de novos modelos humanizados possíveis, especialmente dentro da UNIFEI que tem por si um caráter que promove a competitividade por uma formação de qualificação do profissional pela disputa individual e intermitente, e a própria quantidade de páginas dedicadas a isso no Relatório Final da Proex UNIFEI 2018 tipifica isso.

A heterogeneidade do formato de cada ITCP se faz – especialmente se baseado na experiência da INTECOOP/UNIFEI –, num esforço de da viabilização desses espaços como uma atividade acadêmica que tem por condição adequar os princípios comuns da incubação às arcabouços institucionais de que dispõem. A diversidade de posicionamentos teórico-metodológicos dos atores universitários e das assessorias contribui assiduamente nesse tabuleiro, e isso fica claro nos montes de desmontes que aconteceram na incubadora em suas últimas experiências.

Traduzindo tudo isso, a incubação se produz e se efetiva num espaço social e pedagógico que aproxima dois universos dinâmicos e com as mais diversas possibilidades, onde um se encontra numa posição privilegiada de acessos e condicionamentos a desenvolver atividades conceituais, a parte de outro que se mostra em disputa diariamente, conquistando espaços e reivindicando e recriando demandas tecnocientífica, separados por razões classicistas em um

debate que nunca deveria ter sido perdido, e que pode remodelar um sistema esdrúxulo: a troca de saberes populares com o saber acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. “**Culture and Administration**”. *Telos*, n.º 37, Winter, 1979.

AIKENHEAD, G. S. What is STS science teaching? In: SOLOMON, J.; AIKENHEAD, G. (Eds.). **STS education: international perspectives on reform**. New York: Teachers College Press, 1994. p. 47-59.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAZZO, W. A.; VON LINSINGEN, I.; PEREIRA, L. T. V. (Eds.). **Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**, Madrid: OEI, 2003.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília. Ministério da Educação. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 06 SET. 2018.

BRASIL. Decreto Federal nº. 5.940/2006.

BRASIL. Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRASIL. Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei n o 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. **O plano de desenvolvimento da Educação**: razão, princípios e programas – PDE – Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2007.

BRASSARD, Michael., Field, Carolyn. Oddo, Fran., Page, Bob., Ritter, Diane. Smith, Larry. **The Six Sigma Memory**. Jogger™ II.GOAL/QPC. Estados Unidos, 2002.

CARSON, Rachel. **Silent Spring**. Boston: Houghton Mifflin.1962.

CASSIANI, S; LINSINGEN, I. von e GIRLADI, P. M. **Histórias de leituras: produzindo sentidos sobre Ciência e Tecnologia**. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 59-70, jan./abr. 2011.

CUNHA, Lenilda Soares. **Extensão universitária brasileira: as tensões das propostas acadêmicas**. In: MELO NETO, José Francisco de. Extensão universitária: diálogos populares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da Tecnologia: um convite**. 3º ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

DAGNINO, R . “A construção do Espaço Ibero-americano do Conhecimento, os estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade e a política científica e tecnológica”. **Revista CTS**, v. 4, nº 12, 2009.

DAGNINO, R. A Tecnologia Social e seus desafios. In: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2 ed. Campinas: Komedi, 2010. pp. 53-70.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p. ISBN 978-85-7879-327-2.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2 ed. Campinas: Komedi, 2010. pp. 71-112.

DAGNINO, R.; THOMAS, H.; DAVYT, A. El pensamiento en ciencia, tecnología y sociedad en Latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria. In: **REDES**, v.III, n.7, pp. 13- 52. Buenos Aires, 1996.

DINIZ, Flávio Pereira. **A extensão universitária como instrumento de política pública**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2012

FEENBERG, A (2003) “**O que é a Filosofia da Tecnologia?**” Conferência pronunciada para estudantes universitários em Komaba, Japão, em junho de 2003.

FRAGA, L. (2012). **Extensão e Transferência de Conhecimento: As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. Tese (doutorado) Universidade estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

FRAGA, L. S. (2018). As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, 14(31), 140-155.

FRAGA, L. S. (2018). As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) na construção da contra hegemonia acadêmica. **Revista Farol**, 13 , 469-539.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo freire: uma história de vida**. Indaiatuba: Villa Das Letras, 2006.

FREIRE, P. **Fazer escola conhecendo a vida**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 1986

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. New York: Herder & Herder, 1970

FREIRE, PAULO. **Extensão ou comunicação?** 15. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FURTADO, Celso. **Brasil, a Construção Interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso; “**A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**”, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1973.

GICA SANTOS, N. C. **Uma Análise sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade na Iniciação Científica no Curso de Engenharia de Produção da UNIFEI**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Itajubá, 2016.

GIL, A.C. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1988

GODOY, M. B. R. B. (2013). Dificuldades para aplicar a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil/Difficulties regarding the application of the Brazilian National Law of Solid Waste. **Caderno de Geografia**, 23(39), 1-12.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática**. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1980. (Coleção educação e transformação).

GONÇALVES, N. G.; VIEIRA, C. S. Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 269-291, jan/jun. 2015.

GUERRA, A. C.; PEREIRA, J. R. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Possibilidades de Gestão. **APGS**, Viçosa, v.2, n.1, jan./mar. 2010, p. 21-44.

GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate: transformações do mundo do trabalho**. São Paulo: **Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho** – UNITRABALHO, 2000

GUIMARÃES, F.C (2015). **Desafios enfrentados pela incubadora tecnológica de cooperativas populares da universidade federal de Itajubá – INTECOOP/UNIFEI**: Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Itajubá, Instituto de Engenharia de Produção e Gestão.

GURGEL, Roberto Mauro. Extensão universitária e saber popular. In: MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, UFC, 1986.

- HEIDEGGER, M. **A questão da técnica**. São Paulo: USP, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- IBGE. (2017) **Estimativas da população residente no Brasil** e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (2013) **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**. Brasília, Brazil: IPEA, 40 pages.
- IRELAND, Timothy Denis. Educação de jovens e adultos e extensão universitária: primos pobres? Aproximações para um estudo sobre a educação de jovens e adultos na universidade. In: Melo Neto, José Francisco de. **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.
- KREIMER, P. “Social studies of science and technology in Latin America: A field in the process of consolidation”. **Science Technology Society**, v. 12, nº 1, pp. 1-9, 2007.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 13 ed. São Paulo: Perspectiva, 2018
- KUHN, Thomas. **The structure of scientific revolutions**. Chicago. University Press. 1962.
- LAKATOS, E.M. **Sociologia geral**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LÓPEZ CERESO “Ibero-american Perspectives”. In: MITCHAM, C. (Ed.) **Encyclopedia of Science, Technology and Ethics**. Michigan: Thomson Gale, 2005.
- LÓPEZ CERESO, J. A. Participación ciudadana y cultura científica. **ARBOR Ciência, Pensamiento y Cultura CLXXXI**, n. 715, p. 351-362, sep.-out. 2005
- MEDEIROS, Luísa F. R.; MACEDO, Kátia B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista psicologia & sociedade**, n. 18, v. 2, 2006.

Merton, R. K. (1957a). **On social structure and science**. Chicago: The University of Chicago Press

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Estudo de caso na engenharia de produção: estruturação e recomendações para sua condução. **Produção**. V.17 nº01, p. 216-229. Jan/abril-2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRRA, Evando. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

MTE. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-economia-solidaria-emdesenvolvimento/>>
Acesso em: 20 ago. 2018.

NOVAES, H. T.; DIAS, R. B. Construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2 ed. Campinas: Komedi, 2010. pp.113-154.

NUNES J. e CAVIQUE L., **Plano de marketing, estratégia em Acção**, Lisboa: Dom Quixote, 2001. Vilhena, 2014.

O SUL DE MINAS. Ano 60, nº **3258**. Itajubá, 13 out, 2007, pg 7-8.

OLIVEIRA, B. A. M. de. As cooperativas populares como ambientes de multiplicação de capital social e de sustentação da economia solidária. In: Maria José Carneiro; Luiz Flávio. (Org.). **Cadernos de Textos do CPDA**. 22ed. Rio de Janeiro: 2006, v. 01, p. 103-123.

OLIVEIRA, B. A. M. Economia solidária e o cooperativismo popular: da gênese aos desafios atuais. **Revista Proposta: economia solidária e autogestão**, ano 30. n. 97, p.20-32, jun./ago., 2003.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. O Capital Social nas Cooperativas Populares e suas Relações com a Economia Solidária. **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2004

- ORTEGA Y GASSET, J. **Meditación de la técnica** (orig. 1939). Madrid: EspasaCalpe, 1965.
- ORTIZ, Renato. A Escola de Frankfurt e a questão da cultura. **Sociologia em Rede**, v. 6, n. 6, 2016. pgs. 203 a 242
- OSTRENGA, M.R.; OZAN, T. R.; MCHATTAN, R. D. & HARWOOD, M, D. **Guia da Ernst & Young para Gestão total dos custos**. Rio de Janeiro: Record, 1993
- PEERS, Robert. **Adult education: a comparative study**. London: Routledge & Kegan Paul, 1972.
- PINHEIRO, D. C. & PAULA, A. P. P. (2010). “Quem educa os educadores?”: a autogestão e os processos de formação nas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 3(1), 52-66.
- REFERÊNCIAS:
- SACHS, **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Garamond: Rio de Janeiro, 2008. ISBN 85-7617-04-X.
- SANTOS, A, M. CRUZ, A. C. M., Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. **e-cadernos DOI** : 10.4000/eces.1354. 2008.
- SANTOS, T. “La teoría de la dependencia un balance histórico y teórico”. In: SEGRERA, F. L. (Ed.) **Los retos de la globalización**. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos. Caracas: UNESCO, 1998.
- SELLTIZ, Claire et alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987.
- SILVA, P. B. C. da. **Ciência, Tecnologia e Sociedade na América Latina nas décadas de 60 e 70: Análise de obras do período**; Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Federal De Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2015.

SILVA, Sandro; GOES, Fernanda; ALVAREZ, Albino. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável** – Brasil. Brasília: SGPR/Ipea, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf. Disponível em:

SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p.123-34.

SINGER, P.; SOUZA, A. (orgs.) **Um novo conceito de socialismo**. Folha de São Paulo. São Paulo, 06 nov. 2001.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP/MEC, 2005.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **A universidade no olho do furacão**. Estudos avançados [online]. 2001, vol.15, n.42, pp. 305-316.

SINGER, Paul. Apresentação. In: VARANDA, Ana Paulo de Moura; CUNHA, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (organizadores). **Diagnóstico e impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas**. Rio de Janeiro: FASE, 2007

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1º ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SLACK, N. et al. **Administração da produção**. 8ºed São Paulo: Atlas, 2018.

SOUZA, Ana Luiza Lima de. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: **VII Encontro Nacional de Economia Política**, maio de 2002, Curitiba, Anais, 2002.

TAVARES, Maria Das Graças M. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade**. Maceió: Edufal, 1997.

TAVARES, R. **Construindo mapas conceituais**. Ciências Cognição. 2007; 12(4):72-85.

THOMPSON, EDWARD (1993). **Customs in Common** (Studies in Traditional Popular Culture). Nova Iorque: The New Press.

VASCONCELLOS, Bruna (2011), **Gênero, Tecnologia e Economia Solidária, reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais**. Mestrado em Política Científica e Tecnológica, Brasil, Unicamp.

VECHIA R. D., TILLMAN R., NUNES, T. & CRUZ, A. (2011). **A Rede de ITCPS – passado, presente e alguns desafios para o futuro**. Diálogo, Canoas, 18, 115-144

VERONESE, Marília Verissimo, GAIGER, Luiz Inácio, & FERRARINI, Adriane Vieira. (2017). **Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária**. Caderno CRH, 30(79), 89-104. <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792017000100006>

von LINSINGEN, I.; CASSIANI, S. Educação CTS em perspectiva discursiva: contribuições dos estudos sociais da Ciência e da Tecnologia. In: **Atas do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Campinas: ABRAPEC, 2011.

WEBER, M. A Objetividade do conhecimento nas ciências sociais e políticas. In **Sobre a Teoria das Ciências Sociais**. São Paulo: Moraes. 1991

ZALUAR, Alba. (2009), “Pesquisando no perigo: Etnografias voluntárias e não acidentais”. **Mana** 15(2), pp. 557-584.